

Natal, 06 de Abril de 2006-04-06.

Exmos Srs

Senadores, Presidente, Secretários e Membros da CPMI dos Correios, e Sub-Relatoria
De Fundos de Pensão da CPMI dos Correios.

Prezados Senhores,

Conforme se pode comprovar através das cópias xerox em anexo, sou um dos milhares aposentados/pensionistas PETROS. Porque não dizer conceituada Fundação? Olhem Vs Excias os dados do Contra-cheque e encontrarão a resposta.

Estou enviando também as publicações PETROS, recebidas em 03/04/06, para a justa apreciação dos senhores, sobretudo a matéria intitulada: "FUNDAÇÃO PÔE TUDO EM PRATOS LIMPOS".

Quando ouvi na mídia rumores das aplicações duvidosas, pensei que pudesse ser por aí o ralo por onde se tem escoado os benefícios complementares de aposentadoria, que efetivamente nos deveriam ser restituídos na íntegra e não são. Digo restituído, porque são valores que forem descontados mensalmente, durante anos de nossos salários em pesadas cifras quando na ativa.

Quando, após os tramites do concurso, fui admitido ao quadro de funcionários da Petrobrás em 01/12/86, eu já contava com um tempo de serviço de mais de 05 anos à Marinha do Brasil, e 21 anos em CTPS. Visto que eu não haveria de permanecer 35 na Petrobrás, esta me submeteu a apreciação da PETROS, para aprovação do sistema de previdência complementar desta. "Processo normal e justo, com todos aqueles que já contam com algum tempo de serviço, antes de ser admitido pela Petrobrás".

Uma vez aprovado, a PETROS, me apresentou uma tabela com um valor que deveria me ser cobrado além dos descontos normais mensais, sendo esse valor da tabela a título de Jóia, bastante alto, mas que poderia ser saldado em 04 anos. Assim, essa jóia foi paga, acrescida de correção monetária nos 04 anos seguintes aos primeiros do principal. Tudo isso seria dado por necessário e justo, "isso, se viéssemos na aposentadoria a ter o retorno devido e proporcional, efetivamente não ocorrido". Para se ter uma idéia dos valores capitalizados pela PETROS, no período da ativa, havia meses, durante o pagamento do parcelamento da jóia, mais a contribuição do mês em questão, que a soma desses valores excedia a um terço do salário bruto!



No ritmo em que a PETROS, me restitui a aposentadoria complementar, provavelmente nos próximos 190 anos VITALÍCIOS, eu seja totalmente reembolsado!

Para onde foi aquele dinheiro? Nesse verão eu estou convicto que não sou a única andorinha sacrificada! São milhares de petroleiros aposentados. Muitos já morreram, quem sabe de desgosto. Eu acabei aposentado por INVALIDEZ, com mais de 35 anos de serviços prestados ao Brasil. O que me dá em troca o Brasil, através de administradores deste ou daquele seguimento da sociedade, que não deveriam estar ali naquelas funções? A mim e aos meus companheiros? Isso, depois de **levantarmos** a Petrobrás nos ombros agora desconjuntados por tanto maltrato, e a transformarmos nessa gigante colossal brasileira. Temos as nossas carcaças atiradas aos abutres ou precocemente aos germes de uma sepultura!

Vale salientar ainda que ao me aposentar, a PETROS se recusou durante meses a fazer os meus complementos de benefícios, o que só foi conseguido através de sentença judicial. Muitos companheiros certamente desistem ou morrem sem nunca terem recebido o que é seu por direito. Falo do valor real devido, e não dos valores que a PETROS credita, que mais nos faz lembrar do valor do salário/família.

Para onde vai esse dinheiro arrecadado de dezenas de milhares de trabalhadores? A que fim ele vai servir, já que não torna aos seus legítimos donos e investidores? Estamos todos investindo numa bolsa furada? Num saco rasgado? Servirá esse dinheiro para cobrir o que não deveria ser descoberto? Parece-me senhores, que alguém acertou em cheio em uma caixa, “não uma caixa econômica”, uma caixa de marimbondos! Nesse caso só há duas coisas que podem ser feitas: 1-Enfrenta-los com dignidade: ou 2-Correr! Porque eles são maus e têm peçonha.

Tendo sido aposentado “POR INVALIDEZ” em Setembro/95, e sentindo-me desde então, lesado financeiramente pela PETROS, fato que certamente vem contribuindo substancialmente para que eu tenha sofrido um princípio de infarto, duas hemorragias com coma profundo de 06 dias, tendo desde a primeira recebida transfusão sangue com vírus de hepatite, a qual me causou uma cirrose hepática; 36 (Trinta e seis) internações hospitalares, 06 delas em UTI; um descontrole difícil e caro de ser tratado (Tendo que passar por tratamento contínuo e medicação contínua, medicação esta que absorve parte substancial de meus proventos); cirurgia do rim direito e extração do baço; 03 cateterismos cardíacos; onde os desajustes mais graves estão ligados a problemas: 1- Cardiovasculares; 2- Gastroenterológicos; e 3- Renais, pensei em participar a Vs Excias, dessas ocorrências já dantes, prestando a minha solidariedade à esta CPMI, ao ver provavelmente descoberto no desenrolar dos acontecimentos, uma possível razão para tanto descontrole, ineficiência administrativa, e sobretudo tanta maldade e insensatez para com aqueles que contribuíram para os alimentar e manter o nível de seus empregos que bem poderiam ser mais brilhantes.

Não o fiz antes. Ainda sou do tipo brasileiro que aceita a carga e o látego, e vai andando e gemendo. Mas essa peneira de tapa-sol “FUNDAÇÃO PÔE TUDO EM PRATOS LIMPOS” tenha dó! Isso me fez vomitar, não deu mais para agüentar. Aliás, o meu vômito vai aí como que escaneado, nesse prato da revista, da matéria em anexo, que é o petróleo que se derrama com a bile da minha vesícula, que não suporta tanta hipocrisia. A



pedra porosa é o Queijo Suíço que sobra para aqueles senhores comerem! Um queijo sujo e contaminado com o sangue dos inocentes.

Eu gostaria muito que o meu soluço e o meu grito de rebeldia contra esse tratamento desrespeitoso e esse jogo obscuro de corrupção, se fizesse soar daí ou donde seja, para que a PETROS, ou quaisquer outros seguimentos da sociedade, que trilhem, ou tenda a trilharem o mesmo caminho tortuoso, saibam de bom som que não aceitaremos tal comportamento, e que ainda estaremos dispostos a se necessário se fizer, extrapolar as nossas fronteiras para levar detalhes preciosos e semelhantes ao conhecimento internacional! Mandamos o primeiro ASTRONALTA ao espaço, podemos mandar o primeiro APOSENTADO MASSACRADO a ONU, ainda que acompanhado de uma UTI móvel.

Parabéns, a todos os senhores que compõem a CPMI dos Correios. Eu acredito no Senado Federal, na Câmara, no Brasil. E acreditem senhores, eu sou PT!

Recebo mensalmente essas publicações da PETROS. “Seria cômico se não fosse trágico” o custo disto deve superar o complemento salarial que eles me fazem a cada mês.

Dessas publicações recebidas em abril/06, eu nada tirei, nem as propagandas da área de saúde, apenas acrescentei cópias xerox de minha documentação que me relaciona com a Petrobrás e a PETROS. Como o endereço postal existente na documentação não cita o telefone, anoto aqui: 3641-3116 (084) Natal/RN.

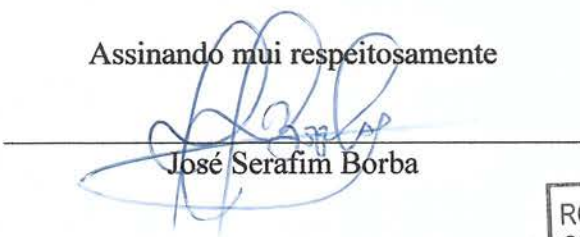
Espero que isto possa contribuir de alguma forma, para que pelo menos a PETROS não possa classifica-los como desqualificados, inconsistentes e equivocados e estejam agindo **ilegalmente**, como se fossem os Senhores, os criminosos e corruptos, Conforme afirma o senhor Wagner Pinheiro.

Eu não creio que a PETROS colocou os Pingos nos iis. Eu sei que ela não colocou. Confio em que os Senhores, como guardiões da Ética e da Moralidade, nos ajudarão a colocar de fato os acentos nos seus devidos lugares.

Queremos o que é nosso. Pelo menos no que diz respeito aos direitos financeiros, já que a nossa saúde e qualidade de vida que nos foi tirada, jamais poderão nos restituir, nem trazer a vida àqueles que morreram prematuramente lutando por um Brasil melhor.

Assim, deixo aqui transcrito a Vossas Excelências, os meus votos da mais alta estima e apreço, antecipando os meus melhores agradecimentos pela acolhida que certamente terei por este instrumento, dentre pessoas de caráter e performances tão elevados,

Assinando mui respeitosamente


José Serafim Borba

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
003
Fls Nº _____
Doc. <u>7408</u>



RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fis Nº 004
3408

Doc. _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DTC - INSTITUTO FISCAL PAULISTO

REGISTRO GERAL 3.283.793

NOME José Serafim Borde

ALACAO Antonio Serafim Borde
FILHOS Borde

NATURALIDADE Minas Gerais DATA DO NASCIMENTO 3.6.1944

Wladimir
Wladimir Carvalho - Diretor

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CONDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS

PARTICIPAÇÃO DE INTERESSE

DOCUMENTO CONDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS

UNIDADE EMITIDA TERRITÓRIO NACIONAL

Wladimir
Wladimir Carvalho

AVISO DE PAGAMENTO Março/2006

IM BORBA

CPF

CB
00.28040-0

RATIVO

O CÔD. DESCRIÇÃO

R\$
VALOR

PROVENTOS INSS

0101 BENEFÍCIO-INSS (RENTA MENSAL)
0168 CP-PARCELA DA REVISÃO DO IRSM
0410 ACRÉSCIMO DE RENDA (CPMF)
TOTAL DOS PROVENTOS INSS

1.702,90
255,99
7,47
1.966,36

DESCONTOS INSS

0722 EMPRÉSTIMO PETROS
0861 CONTRIBUIÇÃO AMS GRANDE RISCO
0864 PART. AMS ESC. DIRIGIDA/MORTIZAÇÃO
0955 AMBEP
0985 ADIANTAMENTO 40% LÍQUIDO-PETROS
TOTAL DOS DESCONTOS INSS

300,92
21,61
44,76
9,79
420,40
797,48
1.168,88

LÍQUIDO A RECEBER EM 24 de março de 2006

1.238,09

PROVENTOS PETROS

1000 BENEFÍCIO PETROS
4995 RESSARCIMENTO A PETROS
TOTAL DOS PROVENTOS PETROS

116,61
66,16
182,77

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

IDENTIDADE/ORGÃO EXPEDIDOR
0003283793 IFP

BANCO DE PAGAMENTO
BCO. BRASIL

AGÊNCIA
04461-A3. PETROBRAS - NATAL-RN

CONTA
00.131.966-3

DEPENDENTES SALÁRIO-FAMÍLIA
00

ESPÉCIE E Nº BENEFÍCIO INSS
32 000597403007

PATROCINADORA
01-PETROBRAS

TABELA
NM

NÍVEL
00220

SALÁRIO BÁSICO
R\$ 950,50

ÍNDICE
FBM 0.1226887

INFORMAÇÕES SOBRE EMPRÉSTIMO

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO

467.319

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO

SALDO DEVEDOR EM 14.03.2006 R\$ 10.866,44

SALDO DEVEDOR EM

PRESTAÇÕES PAGAS (*)

7

PRESTAÇÕES PAGAS (*)

PRESTAÇÕES A PAGAR

53

PRESTAÇÕES A PAGAR

(*) Inclui a prestação devida neste contracheque

DATA PREVISTA PARA O PRÓXIMO CRÉDITO

25 de abril de 2006

INFORMAÇÕES GERAIS

QUANDO A PETROS SABE ONDE ENCONTRAR VOCÊ E A SUA FAMÍLIA, TODOS GANHAM AGILIDADE NOS SERVIÇOS E MAIS INFORMAÇÃO SOBRE OS SEUS DIREITOS. POR ISSO, MANTENHA OS SEUS DADOS ATUALIZADOS. LIGUE 0800 56 00 55 OU ACESSE WWW.PETROS.COM.BR PARA ALTERAR VOCE MESMO O SEU CADASTRO.



- Evite problemas com o pagamento do seu benefício Petros, mantendo sempre seus dados cadastrais atualizados.
- Central de Atendimento Telefônico Petros: 0800 560055 de 8 às 18 horas.
- Verifique sempre o seu saldo no banco, antes de emitir cheque.

Handwritten calculations:

100 120,40
40 32,46
70 452,09
51 1,238,09
1688 1,690,98
230 1,690,98
650 1,690,98

1690
1990
1990
1990

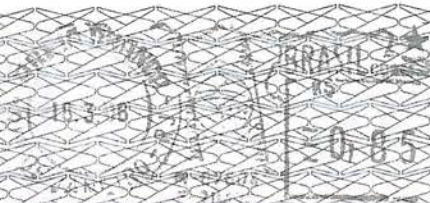
PARA USO DO CORREIO

- ☐ MUDOU-SE
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
- ☐ NÃO ENCONTRADO
☐ AUSENTE
☐ FALCIDO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO

RETEGRADO AO
SERVIÇO POSTAL EM:

DATA

ASSINATURA E
DO ENTREGADOR



JOSE SERAFIM BORBA

55698



000010100001100320060002804001

CEP 20132-950

CAIXA POSTAL 15559 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
PETROS - FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL

REMETENTE

www.petros.com.br

0800 56 00 55

Salvador - (0xx71) 3350-34
Santos - (0xx13) 3223-27

ATENDIMENTO AO CLIENTE

ATENÇÃO

A Empresa não se responsabiliza por atendimentos prestados fora da validade desta carteira ou a pessoas não relacionadas como beneficiários.

O beneficiário identificado por (*) à esquerda do código esta autorizado a representar o titular para todos os fins previstos nas Normas da A.M.S.

O titular ou demais beneficiários deverá ter sua identidade comprovada por documento complementar (Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento).

BR PETROBRAS		AMS		APOSENTADO	
EMPRESA	ÓRGÃO	MATRÍCULA		EMISSÃO	
01	ERP RNC	01728902		14.11.2005	
CODIGO	NOME DO BENEFICIÁRIO	VALIDADE			
00	JOSE SERAFIM BORBA	30.06.2006			
*02	TIAGO VIDAL BORBA	30.06.2006			
*05	LUCIDALVA V BORBA	30.06.2006			
NAO ASSINE RSP EM BRANCO		INFORMACOES 3235.4039			

Matrícula PETROS 1329522

Código do Benefício 00280400

JOSE SERAFIM BORBA

Assinatura

PETROS

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL

CENTRAL DE ATENDIMENTO

(021) 296-5131

RQS nº 03/2005 - CN

CPMI - CORREIOS

Fis. Nº 006

3408

Doc.

• ENCARTE ESPECIAL -
revista PETROS - nº 28
• DEZEMBRO 2005



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2006 - 2010

Planos de Contribuição Definida



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	2
1 <i>Objetivos da Política de Investimentos</i>	3
1.1 Aplicação da política de Investimentos	4
1.2 Vigência da Política	4
2 <i>Avaliação de Cenário Macroeconômico de Curto, Médio e Longo Prazos</i>	4
2.1 Avaliação do Cenário Internacional	4
2.2 Avaliação do Cenário Brasileiro	5
3 <i>Alocação de Recursos</i>	7
3.1 Alocação global	7
3.2 Alocação no Segmento de Renda Fixa	7
3.3 Alocação no Segmento de Renda Variável	8
3.4 Alocação no Segmento de Imóveis	8
3.5 Alocação no Segmento de Empréstimos a Participantes	8
3.6 Operações com Derivativos	8
4 <i>Limites para Investimentos para a Emissão e/ou Coobrigação de uma mesma Pessoa Jurídica</i>	8
5 <i>Critérios de Contratação de Gestores de Recursos</i>	8
5.1 Pré-seleção de Gestores	8
5.2 Limite preliminar de volume para gestão de fundos de renda fixa	9
5.3 Análise de Performance, <i>Due Diligence</i> e Critérios Qualitativos	9
5.3.1 Processo de <i>Due Diligence</i>	9
5.3.2 Análise comparativa da performance dos gestores	9
5.3.3 Critérios Qualitativos	9
6 <i>Estratégia de Formação de Preço Ótima</i>	9
7 <i>Princípios Norteadores da Alocação de Recursos</i>	10
8 <i>Resultados Esperados</i>	11
9 <i>Avaliação e Controle de Riscos</i>	11
10. <i>Comunicado ao Participante</i>	12
Anexo 1 - Cenário Macroeconômico	13
Anexo 2 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa	14
Anexo 3 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social	15
Anexo 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03	17
Anexo 5 - Indicadores de Governança Corporativa	18

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPP	Associação Brasileira de Previdência Privada
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CCB	Cédula de Crédito Bancário
CCI	Cédula de Crédito Imobiliário
CDCA	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPR	Cédula de Produto Rural
CRA	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
CRI	Certificado de Recebíveis Imobiliários
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FIDC	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
FIP	Fundo de Investimentos em Participações
FMIEE	Fundo Mutuo de Investimentos em Empresas Emergentes
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
SPC	Secretaria de Previdência Complementar

1. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos tem como objetivo fornecer aos gestores da Petros as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em um horizonte de longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos planos. Neste contexto, tendo em vista o provável cenário de redução das taxas de juros reais dos títulos públicos nos próximos anos, elaborado pela Assessoria de Planejamento de Investimentos, estamos propondo o início de uma estratégia de alocação de recursos que contemple investimentos lastreados na atividade produtiva do setor privado.

A diversificação da carteira destinando recursos à renda variável e a títulos de renda fixa privados, estruturados via mercado de capitais, representa a melhor estratégia para otimizar a rentabilidade dos ativos dos planos de contribuição definida diante da expectativa de redução das taxas reais de juros nos próximos anos.

Diante da alteração da antiga estratégia que privilegiava apenas investimento em renda fixa, o Comitê Gestor de Investimento de cada plano terá um papel fundamental na implementação desta Política de Investimentos e no processo de seleção de ativos. Dentro desta nova postura, torna-se fundamental a avaliação dos resultados de rentabilidade da carteira sob uma perspectiva de longo prazo. Este comitê será composto por representantes da Petros que são responsáveis pela área de investimentos e representantes indicados pela Patrocinadora do Plano.

Este comitê terá como principais atribuições:

- ✓ Recomendar possíveis alternativas de investimentos dentro da execução da Política de Investimentos;
- ✓ Recomendar ao Conselho Deliberativo alterações na Política de Investimentos; e
- ✓ Acompanhar e avaliar os resultados dos investimentos realizados.

CNPB	Planos	.Patrocinadoras / Instituidores
20.030.005-18	Plano PQU Previdência	Petroquímica União S/A
20.020.008-83	Plano Triunfo Vida	Petroquímica Triunfo S.A.
20.020.019-11	Plano IBP	Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
20.040.013-56	Plano SIMEPREV	- Sindicato dos Médicos de São Paulo - Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte - Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - Sindicato dos Médicos do Estado de Pernambuco
20.040.017-47	Plano Copesulprev	Copesul Companhia Petroquímica do Sul
20.040.023-11	Plano IBAPrev	Instituto Brasileiro de Atuária - IBA
20.040.025-65	Plano CULTURAPREV	- Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais - Cooperativa Paulista de Teatro do Estado de São Paulo - Sindicatos dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões dos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Sergipe e do Rio de Janeiro - Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro - Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo
20.000.062-56	Plano de Previdência DBA	DBA - Engenharia de Sistemas Ltda.
20.010.004-56	Plano Concepa	Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - CONCEPA
20.000.073-92	Plano de Previdência Transpetro	Petrobrás Transporte S.A. - Transpetro
19.990.031-11	Plano de Previdência REPSOL YPF	- Repsol YPF Brasil S.A. - Repsol YPF Distribuidora S.A.
20.000.059.18	Plano de Previdência Cachoeira Dourada	Cachoeira Dourada S.A.
20.050.004-11	Plano CROPrev	- Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro - Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte
20.050.007-11	Plano SinMed/RJ	Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro - SinMed/RJ
20.020.004-92	Plano SAT	- Satélite Distribuidora de Petróleo S.A. - Petromarketing Consultoria S/C - Caraú - Caraú Com. de Derivados de Petróleo Ltda.
20.040.026-38	Plano Sanasa	Sanasa - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.
20.050.019-29	Plano Manguinhos	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.
Não Disponível	Plano FIEPEprev	- Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - SESA/PE - SENAI/PE - IEL/PE - Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lod



1. APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Seguindo os requisitos da legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a necessidade originada da proposta de alteração da estratégia focada apenas em títulos públicos federais, estamos destacando as características desses planos para melhor precisão dos gestores de investimentos da Petros.

A Petros administra 25 planos de benefícios, sendo que esta política de investimentos será aplicada aos seguintes Planos e Patrocinadoras descritas na tabela anterior (pag. 3).

1.2 VIGÊNCIA POLÍTICA

De acordo com a Resolução CGPC nº 7, de dezembro de 2003, o horizonte de vigência dessa Política de Investimentos é de, no mínimo, 60 meses, com revisões anuais.

2. AVALIAÇÃO DE CENÁRIO MACROECONÔMICO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

2.1 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO INTERNACIONAL

As incertezas em relação à economia mundial no final de 2004, que delineavam os fatores de risco nas decisões de investimentos, não se refletiram nos indicadores econômicos globais em 2005 – o mercado acionário americano avançou, o dólar apreciou em relação ao Euro, houve baixa volatilidade nos mercados de ouro e de taxa de juros de longo prazo nos Estados Unidos (notas do tesouro de 10 anos).

O principal fator de mudança em 2005 foi a transição da taxa de juros básica norte-americana de um nível acomodaticio para próximo do neutro (cerca de 4%aa), tendo como pano de fundo níveis recordes de preço de commodities. A princípio, esse movimento foi bem sucedido, sem gerar turbulências nos mercados globais. Por trás desse sucesso estão fatores estruturais que provavelmente não devem ser alterados no curto-prazo. O principal deles se refere à China como fator de excesso de oferta de bens, mão-de-obra e de poupança.

Outra questão importante foi a estabilidade das expectativas inflacionárias nos Estados Unidos, refletida nos títulos indexados à inflação de longo prazo (TIPS), que permitiu o avanço gradual da taxa básica americana, sem gerar turbulência nas economias emer-

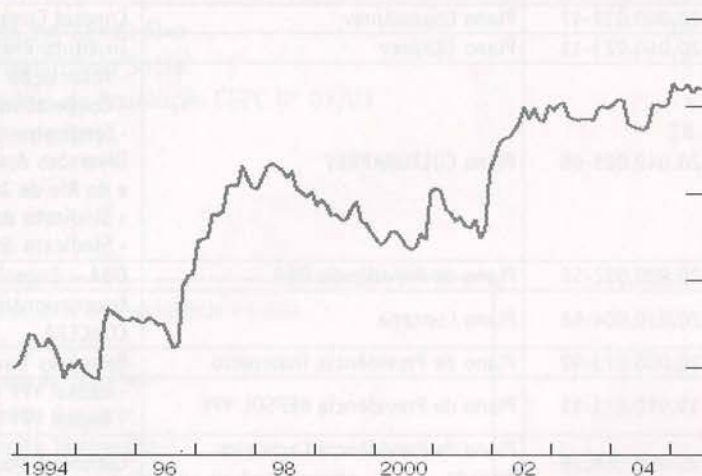
gentes.

O movimento de apreciação do dólar em relação ao Euro no primeiro semestre de 2005 refletiu a atratividade de maior crescimento da economia e diferencial de juros em favor dos Estados Unidos, em detrimento dos desequilíbrios do déficit em conta corrente e fiscal que ainda persistem.

Oportunamente, os países emergentes foram os que mais se beneficiaram da conjuntura internacional nos últimos anos. Há aproximadamente três anos atrás iniciou um intenso movimento de procura por riscos. Essa tendência surgiu com o período de deflação nos Estados Unidos. A expressiva redução das taxas de juros de curto prazo incentivou a migração do capital para ativos mais arriscados, mas com taxas mais altas, como títulos de dívida das principais economias emergentes, intensificando ao longo do tempo a procura por ativos como commodities internacionais e mercados de ações.

Esse período marcado por excesso de liquidez nos países emergentes foi fundamental a fim de melhorar os principais indicadores de vulnerabilidade. No contexto, os superávits em transações correntes permitiram a redução das dívidas externas públicas e privadas, aumentando dessa forma o grau de solvência. E esse fato está proporcionando ao longo do tempo uma melhoria da classificação de risco desses países.

Gráfico 1 - Classificação Agregada dos Países Emergentes



Fonte: FMI e Agências de Risco

Adicionalmente, essas economias aproveitaram o impulso internacional apresentando crescimento sólido, inflação moderada, responsabilidade fiscal, ajuda em conta corrente e acúmulo de reservas internacionais. Essa blindagem permite uma maior confiança em investimentos de longo prazo, mesmo em um cenário com algumas importantes incertezas internacionais. O preço do petróleo ajudou essa conjuntura ao mostrar em 2005 sinais de estabilidade, contrariando análises de que poderia alcançar patamar próximo aos maiores níveis históricos, acima de US\$ 100 / barril, em termos reais, registrado no início da década de 80, a

sar do alto patamar quando comparado há 3 anos.

Assim, os riscos no horizonte mais próximo (incluindo um intenso calendário eleitoral em 2006) não são desprezíveis e ainda há a possibilidade de turbulência. Entretanto, o que se coloca é que as economias emergentes ampliaram em 2005 o "colchão" de liquidez internacional que teria o efeito de reduzir o impacto de possíveis adversidades externas.

2.2 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO BRASILEIRO

O Brasil seguiu muito de perto a tendência de prosperidade das economias emergentes nos últimos anos, especialmente se tomarmos como base os principais indicadores de vulnerabilidade. Os vencimentos da dívida externa pública brasileira para 2006 estão praticamente todos contratados (o tesouro está comprando dólares com seis meses de antecedência) e a dívida externa privada foi reduzida drasticamente. A inserção brasileira na economia mundial em 2005 se mostrou tão positiva que possibilitou uma emissão bem sucedida de títulos do Tesouro brasileiro nos mercados internacionais em moeda local (o Real), um fato histórico inédito.

No entanto, em nossa avaliação, a evolução dos últimos anos da economia brasileira ainda está bastante subavaliada pelos mercados e agências de classificação de risco. O risco brasileiro medido pelo diferencial dos títulos emitidos no mercado internacional e a taxa básica americana ainda não reflete o momento favorável que a economia se encontra.

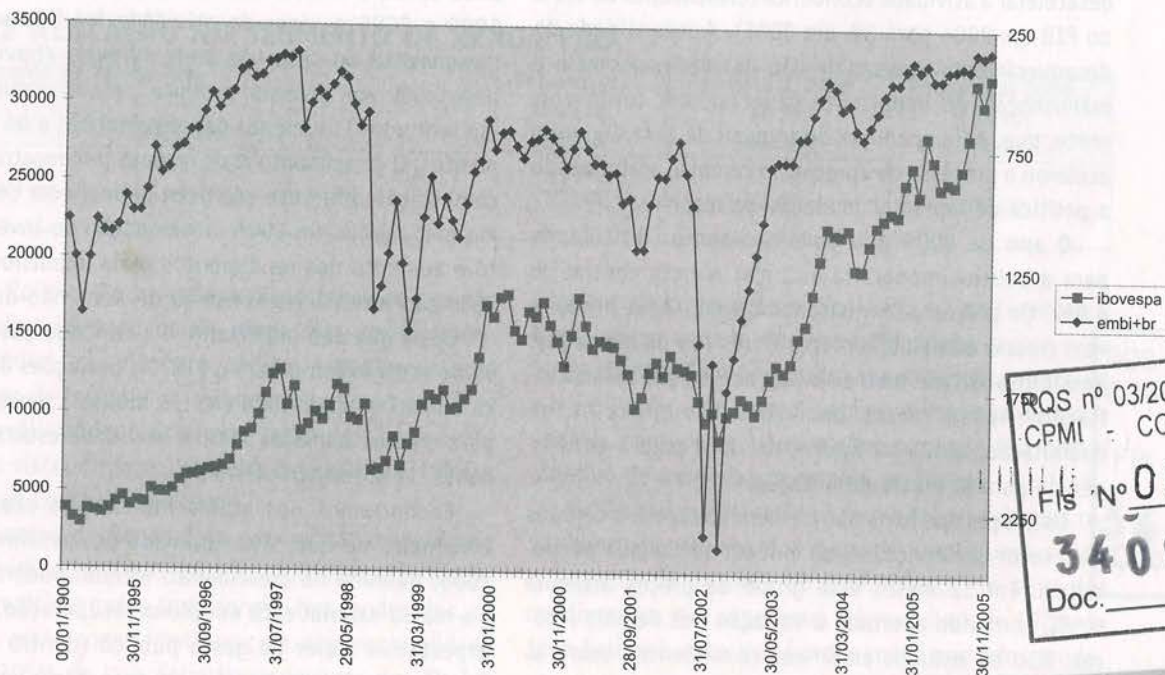
Em geral, o argumento utilizado para a manutenção de um nível de risco brasileiro acima do que consideramos "justo" é o tamanho e a composição da dívida interna brasileira. Nesse aspecto, é verdade que o

Brasil não evoluiu muito do ponto de vista estritamente numérico quando comparado a outros emergentes, notadamente Rússia, Venezuela, Equador, Turquia e Argentina, favorecidos, nos quatro primeiros casos, pelos preços do petróleo, e, no último caso, por renegociação da dívida pública, redução dos serviços oferecidos pelo estado e forte desequilíbrio dos preços internos, que traz uma grande incerteza para a economia Argentina nos próximos anos.

Apesar de não sofrer mais do "pecado original", que era a possibilidade de emissão monetária descontrolada para financiar déficits do Tesouro, a dívida interna brasileira ainda é muito elevada quando comparada a outros países emergentes e possui uma composição demasiada de títulos pós-fixados. Assim, o risco de desequilíbrio macroeconômico ainda tende a ser pago pelo governo, caso haja necessidade de alta nas taxas de juros. Nesse aspecto, a economia brasileira tem muito a avançar nos próximos anos. No entanto, uma única variável não justifica a atual avaliação sobre o risco país.

Conseqüentemente, nossa estratégia para os próximos anos tem como perspectiva a possibilidade dos mercados reconhecerem as melhoras já conquistadas dos fundamentos da economia brasileira, com possibilidade de ampliar a atratividade dos investidores estrangeiros em relação aos investimentos no Brasil, em especial em renda variável, tanto na Bolsa de Valores de São Paulo quanto na forma de Fundos de Participação (incluindo infra-estrutura) e Fundos de Empresas Emergentes. Como podemos ver no gráfico abaixo, a melhora da taxa de risco brasileiro tem correlação direta com a melhora dos preços das ações na BOVESPA, fortalecida pela entrada de recursos externos.

IBOVESPA x EMBI BR



A tendência da taxa de juros no Brasil para os próximos anos é de expressiva redução. Provavelmente não encontraremos mais os níveis de taxa de juros reais praticados atualmente (entre 13% e 14%). Intuitivamente, a taxa real de juros da economia brasileira segue em rumo ao seu nível de equilíbrio. Se utilizarmos a teoria econômica da paridade coberta de juros com as hipóteses de nível de risco Brasil de 360 pontos, taxa Libor 4,9% pontos e desvalorização máxima do real em relação ao dólar de 20%, encontraremos um valor aproximado de taxa de juros de equilíbrio próxima a 10,5% ao ano. Esse número subtraído da inflação de longo prazo brasileira (meta de inflação de 4,5%) fornece a taxa real 6%. Este nível de juro real deve ser entendido como o "justo", tornando o investidor indiferente do ponto de vista financeiro a aplicar no Brasil ou nos mercados globais. A economia brasileira já esteve próxima desse número - a taxa real de juros definida como a diferença entre a SELIC e a projeção de inflação do IPCA para os próximos 7 anos, já alcançou valores próximos de 9 %aa em 2004. Portanto, não parece ser um absurdo que com a redução da percepção de risco brasileiro e, caminhando para níveis melhores de classificação de risco, a taxa real de juros convirja para esse valor nos próximos anos.

O processo de desinflação já se encontra próximo do fim. A política monetária foi eficiente se utilizarmos como critério a trajetória descendente da inflação - de 17,2% (IPCA em 12 meses) em maio de 2003 para valores próximos de 5,5% no final de 2005.

No entanto, esta trajetória de desinflação teve muita influência da apreciação cambial - a maior contribuição veio dos preços de bens comercializáveis (ou transacionáveis) - de 19,7% para 2,2%. O processo de elevação da taxa de juros também terminou por desacelerar a atividade econômica (crescimento de 4,9% do PIB em 2004 para 3% em 2005). A intensidade do desaquecimento, apesar de não desejada, permitiu a manutenção de importante superávit em conta corrente, que, adicionado ao diferencial de taxa de juros, acelerou o processo de apreciação cambial, viabilizando a política de rápida acumulação de reservas.

O ano de 2006 não deve apresentar dificuldade para a política monetária alcançar a meta central de 4,5%. Os preços administrados devem, pela primeira vez, crescer abaixo dos preços livres (ou de mercado), possibilitando até uma eventual aceleração de sua inflação. Apesar desse bem-sucedido processo de desinflação, ainda há fatores de risco para a convergência para as metas de inflação.

Os preços dos bens não-comercializáveis, liderados pelo setor de serviço, ainda exibem demasiada persistência. Em 12 meses esse grupo de preços acumula 6,5%, tornando apertada a variação dos demais setores. Não há estudos empíricos consistentes sobre as possibilidades de êxito em um processo de desinflação

dos preços dos serviços, mas acredita-se que o principal fator é a manutenção da inflação estável por um longo período. Este é o principal desafio de médio prazo para a política monetária. Outros fatores de risco para a política monetária em 2006 estão associados a uma possível desvalorização cambial ou recomposição de margens agrícolas, seriamente comprimidas nos últimos dois anos (IPA agrícola acumula deflação de aproximadamente 10% em 12 meses).

Outros desafios para o governo e a política monetária para os próximos anos são produzir um crescimento econômico acima de 4%aa e manter a inflação próxima ao centro da meta inflacionária de 4,5% ao ano. Até o momento, notamos que o Banco Central tem focado apenas no processo de desinflação. Essa prática é aceitável quando os preços estão em um processo intenso de desinflação. Entretanto, a medida que a inflação alcance patamar próximo à estabilidade, respaldada por uma política fiscal consistente, é recomendável que a decisão de taxa de juros também envolva uma maior ponderação sobre seus efeitos sobre a atividade econômica, em especial sobre novos investimentos (oferta). Essa prática é comum em diversos países, inclusive nos Estados Unidos (que tem escrito no mandato), pois inibições de geração de capacidade produtiva (investimento) por longo período causam restrições à oferta de produtos e, conseqüentemente, um quadro favorável a pressões inflacionárias. Apesar das recentes taxas de crescimento do PIB brasileiro superar o desempenho das últimas décadas, quando compararmos sua variação com os demais emergentes, percebe-se que nossa economia ficou abaixo do crescimento médio internacional nos últimos anos.

O perfil do crescimento do PIB para os próximos anos tende a sofrer uma mudança importante. Entre 1999 e 2005 o vigor da atividade foi liderado pelo crescimento do setor de bens duráveis (havia baixa penetração em diversos produtos, assim como consumo reprimido), aumento das exportações e de investimentos. O crescimento mais recente tem mostrado uma composição diferente que deve permanecer dessa forma pelo menos em 2006: acomodação do investimento e aumento dos rendimentos reais impulsionando a absorção interna via consumo de bens não-duráveis.

Outra questão importante é a contribuição negativa do setor externo para o PIB. As projeções de balança comercial para 2006 (R\$ 35 bilhões) mostram que para crescer acima de 2005 a atividade estará dependente da absorção interna.

Encontramos nos atuais indicadores econômicos evidências de que esta retomada do crescimento em 2006, baseada no crescimento interno poderá ocorrer - a massa salarial está em plena recuperação, há uma expectativa maior de gasto público (dentro da meta fiscal) e um início de estímulo monetário pela queda

nos juros básicos desponta parecendo ser mais duradouro do que nos últimos anos.

Por fim, ainda que haja incertezas em relação ao cenário doméstico, acreditamos que o maior fator de risco continua sendo o externo. Enquanto houver a permanência de alta liquidez internacional, há espaço para turbulências internas sem que isso se reflita em queda dos principais indicadores econômicos. Esses casos são acompanhados de expressiva volatilidade, mas a tendência de longo prazo (melhora dos fundamentos econômicos) segue inalterada. Os principais fatores que podem alterar nosso cenário básico de excesso de liquidez são:

✓ O estouro da bolha de preços dos imóveis nos Estados Unidos;

✓ Uma perda expressiva de fôlego da economia americana como processo de ajuste dos desequilíbrios externos;

✓ Choque de oferta ligado a uma extensão da gripe aviária asiática; e,

✓ Disparada da cotação do petróleo com elevação expressiva da taxa básica para conter a inflação mundial.

3. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O cenário de redução dos juros reais indicado, pela Assessoria de Planejamento de Investimentos, como o mais provável para os próximos anos, corrobora a es-

tratégia de uma política de diversificação dos investimentos, planejando a carteira total dos ativos com uma perspectiva de rentabilidade sólida de longo prazo baseada em conceitos de Investimentos Socialmente Responsáveis.

Nesse momento, portanto, é recomendável a Petros implementar uma Política de Investimentos para os planos de Contribuição Definida que contemple uma parcela de investimentos lastreada em empreendimentos produtivos, reduzindo a parcela dirigida a títulos públicos, hoje geridos através de fundos de renda fixa. Tais investimentos, se feitos por intermédio de veículos bem estruturados, têm uma remuneração esperada mais elevada que a renda fixa calcada em títulos públicos. Diante do exposto, estaremos destinando uma parcela dos recursos para fundo de renda fixa cujo foco é investir em títulos privados com as características supracitadas.

Dentro da estratégia de construção de uma carteira ótima de investimentos, que inclua vários tipos de riscos e procure maximizar a curva de eficiência de alocação, também propomos que seja aplicada uma parcela de recursos em renda variável (especialmente ações), aumentando as perspectivas de rentabilidade no médio e longo prazo.

Na seqüência da seção, são apresentadas propostas de alocação de recursos por classes de investimentos.

3.1 ALOCAÇÃO GLOBAL

Segmento	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010 Máximo
Renda Fixa	100,00	70,00	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	25,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00
Empréstimo a Participantes	0,00	0,00	8,00

3.2 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA FIXA

Segmento de Renda Fixa	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda Fixa	100,00	70,00	100,00

Esta Política de Investimentos estabelece que não serão adquiridos ativos de renda fixa considerados como médio /alto risco de crédito. A implementação desse tipo de investimento somente poderá ocorrer de forma involuntária, causada por deterioração da avaliação de risco do investimento causada por fatores alheios ao controle da Petros.

Os Fundos de Renda Fixa com gestão terceirizada estão divididos em dois grupos: multimercados moderados e multimercados tradicionais. Nos moderados, os gestores estão comprometidos com uma rentabilidade alvo de 105% da taxa Selic (taxa de juros dos Títulos

Públicos de curto prazo). No caso dos multimercados tradicionais, a meta de rentabilidade do gestor é de 108% da taxa Selic, exigindo uma alta performance do administrador, que poderá utilizar o mercado de renda variável para executar operações de renda fixa com o objetivo de maximizar o retorno do fundo.

O mecanismo de estímulo para otimização dos resultados financeiros dos gestores continuará sendo o pagamento da taxa de performance de 15% dos rendimentos que superarem o benchmark de 102% da taxa Selic no caso dos fundos multimercados mode-



rados e 20% dos rendimentos que superarem os 104% da taxa Selic nos fundos multimercados tradicionais. Tais taxas de performance somente serão pagas se o benchmark superar a meta atuarial da Petros (IPCA + 6%aa).

Por apresentar maior grau de risco de mercado, o volume financeiro do grupo de fundos do tipo multimercado tradicional terá como diretriz ser equivalente a cerca de 25% do volume alocado para os fundos moderados. Além desses dois tipos de Fundos de Renda Fixa terceirizados, esta política de investi-

mentos propõe destinar parte dos recursos em um fundo de renda fixa focado em papéis privados estruturados via mercado de capitais, como debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, cédula de recebíveis imobiliários, etc. Este Fundo segmenta este tipo de risco de crédito para deixar claro para os participantes e gestores sua característica distinta dos fundos de renda fixa multimercados moderados e tradicionais. O potencial de rentabilidade tende a ser superior no longo prazo do que os fundos de renda fixa lastrados apenas em Título Públicos Federais.

3.3 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Segmento de Renda Variável	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: Mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda Variável	0,00	0,00	25,00
Ações de Mercado*	0,00	0,00	22,00
Carteira de Participações	0,00	0,00	3,00
Debêntures de SPE**	0,00	0,00	3,00

Benchmark: *IBX-50; ** NTN-B + 1,5%aa.

Em decorrência do cenário mais provável para os próximos 5 anos favorecer aplicações em renda variável e graças aos bons resultados obtidos nos anos anteriores pelos gestores da Petros, estamos propondo a alocação de um percentual dos investimentos no segmento de Renda Variável

Também recomendamos debêntures de emissões de Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Apesar de se tratar de um instrumento de renda fixa, a legislação enquadra estes ativos em um segmento de renda variável por ser uma estrutura que financia projetos. Este investimento poderá ser feito de forma direta ou através de fundo de investimento.

3.4 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE IMÓVEIS

Essa política não permite investir diretamente em imóveis; ela privilegia os investimentos em imóveis através de instrumentos do mercado de capitais, como é o caso dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI - ou Fundos de Investimento em CRI ou CCI. Neste caso, o Certificado oferece como garantia um imóvel, o aluguel, ou a prestação de um financiamento imobiliário (que pode já estar pronto - performado - ou em fase de construção - não performado), mas a rentabilidade recebida pela Petros tem características de renda fixa, sendo independente dos resultados correntes do empreendimento.

3.5 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Esta Política de Investimentos propõe implementar o segmento de empréstimos a participantes. A proposta é que tal segmento seja implementado nos próximos anos no momento em que os planos tenham um patrimônio mínimo que torne viável a operacionalização deste segmento. Estas operações têm como objetivo reduzir ao máximo o custo de emprés-

timos para os participantes da Petros, sem colocar em risco a segurança do patrimônio do plano e ainda gerar uma rentabilidade superior à Meta Atuarial.

Benchmark: Meta Atuarial.

3.6 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

São permitidas operações com derivativos com o objetivo de otimizar a rentabilidade e diminuir os riscos de mercado e de crédito a que estão expostas as carteiras de renda fixa e renda variável na BOVESPA, na bolsa de mercadorias e de futuros e mercado de balcão organizado, desde que na modalidade "com garantia". Os limites utilizados para o uso de derivativos devem respeitar os limites estabelecidos pela Resolução CMF 3.121/03 e demais instruções complementares a ela.

4 LIMITES PARA INVESTIMENTOS PARA A EMISSÃO E/OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

A Petros estabeleceu que os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica devem respeitar os limites legais estabelecidos pela Resolução CMN 3.121/03 e demais instruções e regulamentações complementares a ela.

5 CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO DE GESTORES DE RECURSOS

Metodologia para estabelecer limites de gestão por renda fixa:

5.1 PRÉ-SELEÇÃO DE GESTORES

As empresas gestoras a serem consideradas para concessão de limites deverão possuir um volume mínimo de recursos administrados para entrarem em qualquer processo de análise. Empresas gestoras com volume inferior ao limite estabelecido pela Petros serão automaticamente excluídas do processo de concessão

de limites. Este volume será fixado em 1,5% do patrimônio da Petros. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.

5.2 LIMITE PRELIMINAR

Nesta etapa serão considerados apenas os gestores pré-qualificados na etapa 1.

O limite preliminar mínimo de gestão será então estabelecido, tomando-se o menor dentre os fatores, a saber:

- 30% do volume administrado excluindo recursos da Petros;
- 5,0% do patrimônio da Petros no caso de Gestores que já administram recursos da Petros.

5.3 ANÁLISE DE PERFORMANCE, DUE DILIGENCE E CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Os limites preliminares sugeridos na etapa 2 estarão sujeitos a redução ou aumento a partir de "rating interno Petros", que representa o "grau de confiança" da Fundação em operar com cada instituição. Os limites finais a serem estabelecidos serão baseados em uma análise quantitativa e qualitativa que abordam três etapas:

5.3.1 PROCESSO DE DUE DILIGENCE

Nesta etapa procurar-se-á obter informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes.

5.3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DA PERFORMANCE DOS GESTORES

Ao analisar a performance dos gestores será necessário separá-los em dois grupos, a saber:

- Gestores que já administram fundos da Petros e
- Gestores que não administram fundos da Petros

Na primeira situação, estar-se-á comparando a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da Petros. A comparação entre gestores é realizada através de histórico de rentabilidade e risco, da composição das carteiras e dos regulamentos e perfis dos fundos.

No segundo caso, dever-se-á comparar um grande número de fundos no mercado para tentar obter um indicador da qualidade de gestão. Qualquer medida, neste caso, é apenas uma aproximação da capacidade de gestão "real" e, portanto, os resultados desta análise deverão ser encarados dentro de um contexto, sem representarem um critério automático de exclusão / inclusão de gestores.

5.3.3 CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estruturas operacional, técnica e gerencial adequadas e que exibem performance considerada superior, segundo os parâmetros definidos pela equipe

da Petros.

Atualização dos limites de gestão: O prazo de vigência dos limites propostos pela metodologia será trimestral, ou seja, a atualização dos mesmos será trimestral. Os limites poderão ser reduzidos (ou até cancelados) a qualquer momento, como decorrência de:

- performance insatisfatória;
- aumento da percepção do risco da empresa gestora pela equipe da Petros;
- descumprimento do mandato concedido pela Petros para administração de fundos.

Critérios de escolha de Corretoras

- 1) Volume financeiro mensal total transacionado, em valores absolutos e em proporção ao mercado, no último ano (eliminatório);
- 2) O fato de trabalhar com operadores autônomos;
- 3) Taxa de devolução de corretagem mínima (eliminatório);
- 4) Operações com a carteira própria;
- 5) Contatos telefônicos entre operadores gravados (eliminatório);
- 6) Qualidade das análises de empresas ("Equity Research");
- 7) Qualidade das análises macroeconômicas ("Macro Research");
- 8) Qualidade do serviço prestado à mesa de operações;
- 9) Posse de certificados de qualidade (ISO, etc); e,
- 10) A revisão da avaliação das corretoras é feita pelo Comitê de avaliação de corretoras (COMAV), que possui composição multigerencial, com periodicidade trimestral.

6 ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇO ÓTIMA

São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento da Petros.

As decisões de alocação dependerão fundamentalmente do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada.

As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que inicialmente avalia o tipo do risco de crédito envolvido no desenvolvimento do investimento. Procede-se a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira; adequação do fluxo de caixa, além da responsabilidade social do investimento.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. 011
Doc. 3408

A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado pelo Diretor Financeiro e de Investimentos (coordenador, sem direito a voto) e mais 6 membros, dos quais dois representam diretamente as principais patrocinadoras, um representa os participantes (sendo indicado pelos conselheiros eleitos pelos participantes) e três representam as gerências técnicas da Petros. Este comitê tem como objetivo avaliar e recomendar os investimentos relacionados abaixo:

- ✓ FIP (Fundo de Participações);
- ✓ FMIEE (Fundo de empresas emergentes);
- ✓ Participações em SPEs;
- ✓ Participações acionárias com acordo de acionistas;
- ✓ Imóveis;
- ✓ Fundos de Investimentos Imobiliários;
- ✓ Certificados de Recebíveis Imobiliários; Cédulas de Crédito Bancário;
- ✓ Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios; Cédulas de Crédito Imobiliário; Cédula de Crédito Bancário; Debêntures e Demais Valores mobiliários de Renda Fixa de emissão de S.A., com prazos superiores a 3 anos;
- ✓ Outros investimentos, a critério do coordenador.

No caso dos investimentos considerados de alta liquidez, em especial as ações negociadas na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações técnicas são submetidas à decisão do Comitê de Aplicações de Curto Prazo, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria Financeira e de Investimentos, exceto a Gerência de Participações, responsável pela administração das participações da Petros em investimentos de longo prazo, a qual detém informações consideradas sigilosas pela Lei de SA e, portanto, não pode correr o risco de divulgá-la a outras instâncias de decisão da Fundação.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os princípios norteadores da decisão de alocação da Petros em investimentos de longo prazo listados abaixo têm como objetivo formar uma carteira que permita a Petros atingir uma relação risco / retorno / liquidez, da forma mais segura, o seu maior objetivo: pagar os benefícios aos quais têm direito seus participantes.

Sendo assim, a prospecção de novas oportunidades de investimento, mormente em projetos que tenham forte impacto econômico e social, não pode prescindir da segurança, conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sob uma perspectiva de longo prazo.

Desta feita, listam-se abaixo os princípios que na Petros norteiam a decisão de alocação de recursos em

investimentos de longo prazo:

1. **Responsabilidade social.** Investir em projetos / empresas que primem pelo respeito e observância das melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade social (pontos indicados no **Anexo 3**), ou seja, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade da implantação e/ou operação do investimento e maximizem o bem-estar social gerando rentabilidade compatível com as características do empreendimento. Empresas devem ser geridas seguindo boas práticas de governança corporativa (Anexo 5);

2. **Segurança.** Ingressar em investimentos que tenham uma estruturação de garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital para a Petros;

3. **Liquidez.** A Petros, como qualquer agente que tem um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez imediata. Estudos apontam para as necessidades de liquidez da Petros ao longo do tempo. Ainda assim, é fundamental desde o ingresso no investimento estabelecer a(s) possível(is) estratégia(s) de desinvestimento, mesmo que no longo prazo. Desta feita, é necessário buscar-se ativo que tenham um horizonte de desinvestimento compatível com o perfil intertemporal de obrigações da Petros;

4. **Rentabilidade.** Práticas e avaliações socialmente responsáveis por parte dos analistas da Petros requerem introduzir nas decisões de investimento parâmetros que levem em consideração o impacto do empreendimento no bem-estar dos seus participantes hoje e no período de usufruto dos benefícios. A métrica para a determinação da máxima rentabilidade vista a vis o risco do investimento ajustada ao impacto socio-ambiental, que reflete na vida dos participantes, ainda está sendo melhor elaborada pelos analistas da Petros e do mercado financeiro. Mas é importante salientar que a relação risco / retorno utilizada pelos analistas da Petros e pelo Comitê de Investimento tem procurado incorporar cada vez mais os possíveis impactos sobre a vida dos participantes. Por exemplo, alguns investimentos podem ampliar o bem-estar dos participantes dos planos de benefício de forma indireta, ao proporcionarem um maior nível de desenvolvimento à região na qual seus participantes se concentram ou mesmo a todo o país. Portanto, sempre as condições de risco e retorno serão levadas em consideração, ajustadas ao impacto de responsabilidade social do investimento. Não obstante, o piso de rentabilidade compatível com o compromisso fiduciário dos gestores dos recursos é a meta atuarial de IPI mais 6% ao ano.

5. **Ampliar a diversificação de investimentos e portfólio dos planos de contribuição definida.** A ampliação se faz necessária frente à contínua que

da taxa de juros básica no país. Frente à expectativa de manutenção de patamares baixos de taxas de juros no longo prazo (ver cenário macroeconômico no Anexo 1), a ampliação dos recursos carreados à carteira de renda variável e renda fixa lastreados em empreendimentos privados mostra-se como uma decisão racional de alocação ótima de recursos para maximização do retorno diante um mesmo risco total da carteira de investimentos dos planos de contribuição definida.

8 RESULTADOS ESPERADOS

- Obtenção de uma rentabilidade suficiente para superar a meta atuarial;
- Adequar o posicionamento relativo dos investimentos dos planos de contribuição definida para um cenário de juros básicos reais menores que 10%aa no médio prazo e menores que 6%aa no longo prazo;
- Adequação intertemporal do perfil dos fluxos derivados dos ativos e passivos dos planos de contribuição definida.

Rentabilidade Real Esperada da Carteira da Petros

	2006	2007	2008	2009	2010
1 Renda Fixa	7,45%	7,20%	6,96%	6,71%	6,46%
1.1 Carteira de R F com baixo risco de crédito	7,50%	7,25%	7,00%	6,75%	6,50%
1.2 Carteira de R F com médio/alto risco de crédito	1,45%	1,45%	1,45%	1,45%	1,45%
1.3 Derivativos de R F					
2 Renda Variável	12,90%	12,39%	10,89%	9,36%	8,48%
2.1 Carteira de Ações em mercado	13,00%	12,50%	11,00%	9,00%	8,00%
2.2 Carteira de Participações	12,00%	11,50%	10,00%	12,00%	12,00%
2.4 Derivativos de Renda Variável	NA	NA	NA	NA	NA
2.3 Carteira de RV - Outros Ativos					
3 Imóveis	3,83%	3,83%	3,83%	3,83%	3,83%
3.1 Carteira de Desenvolvimento					
3.2 Carteira de Aluguéis e Renda	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
3.3 Carteira de Fundos Imobiliários	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários					
4 Empréstimos e Financiamentos	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4.1 Carteira de Empréstimos e Participantes	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Rentabilidade Total	8,51%	8,36%	7,91%	7,39%	6,96%

9 AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

Concentram-se basicamente em apontar as formas pelas quais a Petros busca controlar o risco de suas alocações de recursos em renda variável e em participação permanente.

Para todas as carteiras, foi adotado a partir de 2004 o cálculo da Divergência Não Planejada - DNP (ou *Tracking Error*) como uma medida de controle da divergência não planejada entre o resultado efetivo de uma carteira e a taxa mínima atuarial, conforme exigido pelo art. 58 da Resolução CMN 3.121, de 25 de setembro de 2003.

A adoção de tal medida de risco, entretanto, poderá ser complementada por outras que sejam adequadas aos controles e gerenciamento dos riscos dos diversos tipo de investimentos da carteira de um fundo de pensão, como, por exemplo, o VaR, que mede a perda potencial em determinado prazo e dentro de um

certo intervalo de confiança, no caso dos fundos multimercados.

Para classificação do risco de crédito de instituições financeiras e não financeiras a Petros utilizará para a tomada das decisões os ratings estabelecidos pelas seguintes agências:

- ✓ Austin Asis;
- ✓ Fitch Rating;
- ✓ LF Rating;
- ✓ Lopes Filho & Associados;
- ✓ Moody's;
- ✓ SR Rating; e,
- ✓ Standard & Poor's.

A Petros irá considerar como baixo risco de crédito as seguintes notas:



Agência Classificadora de Risco	Ratings considerado como baixo risco
Austin Rating	Entre AAA e BBB
Fitch Rating	Entre AAA (bra) e BBB- (bra) / Entre F1(bra) e F3-(bra)
LF Rating	Entre AAA e BBB
Lopes Filho & Associados (RiskBank)	Baixo risco para longo prazo, Baixo risco para médio prazo e Baixo risco para curto prazo
Moody's	Entre Aaa.br e Baa3.br / Prime-1 e Prime-3
SR Rating	Entre brAAA e BBB / sr AA e sr A
Standard & Poor's	Entre brAAA e brBBB- / Entre brA-1 e brA-3

No caso do risco de crédito de instituições financeiras e de gestores de renda fixa, há uma reavaliação trimestral feita pelo Comitê multigerencial de Risco de Crédito, cujo resultado é enviado à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da Petros.

10 COMUNICADO AO PARTICIPANTE

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar, através da Resolução CGPC Nº 07, de 4 de Dezembro de 2003, estabeleceu as informações mínimas que à política de investimentos dos recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade fechada de previdência complementar deve conter e o modelo que deve ser encaminhada para seus participantes e assistidos e para a Secre-

taria de Previdência Complementar, esta versão encontra-se no Anexo 4 desta Política de Investimentos.

Além dessa informação obrigatória, como já é feito deste 2003, toda a Política de Investimento será disponibilizada na página da Petros na Internet. Todo o participante que desejar receber a Política de Investimento integral na forma impressa, poderá requisitá-la junto à Petros.

ANEXO 1 - Cenário Macroeconômico

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB (%)	2,9	4,1	3,9	4,2	4,3	4,5	4,5
Superávit Primário	4,8	4,3	4,5	4,3	4	3,75	3,5
Dívida Líquida	51	50,0	48,8	47,0	44,6	41,8	39,1
Selic Média	19,1	16	15,25	15	13,75	12,5	11,75
IPCA	5,6	4,6	4,1	4,7	4,5	4,5	4,5
Juros Reais (ex-post)	11,7	10,4	10,5	9,8	7,7	7,7	6,2
Risco País (Embi)	314	298	283	226	224	200	180
Taxa Média de Câmbio	2,18	2,32	2,50	2,72	2,89	3,06	3,19

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB (%)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Superávit Primário	3	3	2,5	2	1,5	1,5	1
Dívida Líquida	36,6	33,9	31,5	29,6	28,0	26,5	25,4
Selic Média	10,5	9,5	9	8,75	8,5	8,5	8,5
IPCA	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Juros Reais (ex-post)	5,8	4,8	4,8	4,3	4,3	4,3	4,3
Risco País (Embi)	180	180	180	180	180	180	180
Taxa Média de Câmbio	3,30	3,38	3,47	3,54	3,61	3,68	3,75

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PIB (%)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Superávit Primário	0,5	0	0	0	0	0	0
Dívida Líquida	24,9	24,8	24,8	24,8	24,7	24,7	24,6
Selic Média	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5
IPCA	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Juros Reais (ex-post)	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Risco País (Embi)	180	180	180	180	180	180	180
Taxa Média de Câmbio	3,83	3,90	3,98	4,06	4,14	4,22	4,31

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fis. Nº 013

3408 - 2005

ANEXO 2 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa

Abaixo apresentamos esquematicamente o modelo de gestão:

Mandatos gestores terceirizados - Moderado

Tx. Adm. AA	Tx. De Perform. AA	Benchmark	Meta de Rentab.	Perform. Mín. Mês	Perform. Mín. Sem.	Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa	Limites de Risco	Resumo do Mandato
0,130%	15%	102% Selic	105% Selic	50% Selic	90% Selic	LIMITE SIM	VAR<0,30% STRESS MÁX 2,5%	Até 100% Título Público Federal; até 25% CDB de baixo risco; Derivativos: Juros, Câmbio

Mandatos gestores terceirizados - Multimercado

Tx. Adm. AA	Tx. De Perform. AA	Benchmark	Meta de Rentab.	Perform. Mín. Mês	Perform. Mín. Sem.	Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa	Limites de Risco	Resumo do Mandato
0,130%	20%	104% Selic	108% Selic	20% Selic	80% Selic	LIMITE SIM	Em análise	Até 100% Tít. P. Federal; 25% CDBs; Derivativos: Juros, Câmbio, Bolsa e Renda Variável não Direcional

A Petros avalia a gestão terceirizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo:

$$n[IC] = n[IS] * 20\% + n[IT] * 10\% + n[IVA] * 10\% + n[IR] * 60\%$$

onde:

- Índice de Sharpe [IS]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco;

- Índice de Treynor [IT]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercado;

- Índice de Valor Adicionado [IVA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade

de variação deste retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercado; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e,

- Índice de Rentabilidade [IR]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.

Além da eficiência em relação à rentabilidade, as Gerências de Administração Financeira e Operações de Mercado, auxiliadas pela instituição custodiante, acompanham diariamente os gestores terceirizados no sentido de verificar o cumprimento dos limites previstos pela Regulamentação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, quanto às operações com derivativos e aos limites e às condições de atuação nos correspondentes mercados (atualmente estipulados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional no 3121, de 25 de setembro de 2003).

ANEXO 3 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social

Neste anexo propomos um aperfeiçoamento da metodologia de avaliação de investimentos que deverá ser introduzida nas práticas das equipes da Petros de forma gradual mas irreversível, com o objetivo de solidificar os princípios de responsabilidade social como métrica de precificação dos ativos das carteiras da Fundação.

Descrição da Nova Metodologia

Essa metodologia para a avaliação da responsabilidade social de empresas e investimento vem sendo amplamente discutida e analisada pela Petros. Ela está fundamentada em estudos, conceitos e metodologias elaboradas por vários estudiosos do setor. Ela tenta utilizar o que há de melhor para avaliação de responsabilidade social e se ajustar às características de cada investimento de maneira a tornar os resultados em ferramentas concretas para as decisões de alocação de recursos.

Em razão da necessidade de incorporar a avaliação do impacto social em diferentes tipo de investimento, esta metodologia tem como base três focos principais: avaliação das empresas para a carteira de ações, análise das empresas que a Petros tem participação e análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos).

1

Avaliação de empresas que a Petros tem participação

No intuito de avaliar o grau de aderência às práticas de responsabilidade social das empresas da carteira de participações, a Gerência de Participações construiu uma ferramenta de classificação através dos indicadores de responsabilidade social relacionados abaixo:

1) Valores e Transparência: Compromissos Éticos, Relação com Concorrência e Balanço Social;

2) Público Interno: Gestão Participativa, Compromisso com o desenvolvimento Profissional, Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho, Oferecimento de Plano Previdenciário, Preparação para a Aposentadoria, Comportamento relativo às Demissões, Ações Trabalhistas e Relacionamento com Representantes dos Trabalhadores;

3) Meio Ambiente: Gestão do Impacto ao Meio Ambiente e racionalização do uso de recursos, Educação ambiental e desenvolvimento sustentável, Responsabilidades ambientais dos executivos e gerentes e Passivo ambiental ou falta de licenças ambientais;

4) Fornecedores: Critérios de seleção e avaliação de fornecedores e apoio ao desenvolvimento de fornecedores;

5) Clientes: Política de comunicação comercial e atendimento e Conhecimento dos danos potenciais de produtos e serviços

6) Governo e Sociedade: Ações sociais e estímulo ao voluntariado, Contribuições para campanhas políticas, Práticas anti-corrupção e propina e Ações sociais e práticas de não discriminação.

2

Avaliação das Empresas para a Carteira de Ações

Através de estudos de desempenho das ações das empresas que estão divulgando seus balanços sociais, verificou-se que o mercado brasileiro valorizou estas empresas em 2004 e 2005. Desse modo, esta Política de Investimentos indica que seja dada preferência a investir-se em ações de empresas que se destaquem em investimentos sociais. Para verificar que empresas estão se destacando em investimentos sociais serão utilizados os seguintes índices:

- ISI - Indicador Social Interno = investimentos sociais interno/ receita líquida

- ISE - Indicador Social Externo = investimentos sociais externos/ receita líquida

- ISA- Indicador Social Ambiental = investimentos sociais ambientais / receita líquida

- IST - Indicador Social Tributos = pagamentos de tributos/ receita líquida

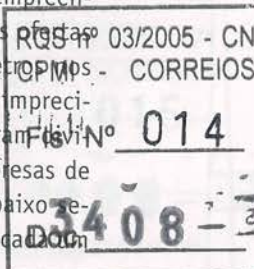
- ISG- Indicador Social Geral = consolidação dos indicadores sociais acima

3

Análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos)

Esta Política de Investimentos deu um enfoque especial para os novos investimentos que devem ser feitos exclusivamente em empreendimentos que cumpram plenamente os requisitos de responsabilidade social.

Para evitar indevida comparação entre empreendimentos com porte distintos, verificadas nas propostas concretas de investimento recebidas pela Petros nos últimos anos, que poderiam causar análises imprecisas, as propostas de novos investimentos foram divididas em três grandes grupos: projetos, empresas de médio porte e empresas de grande porte. Abaixo seguem os indicadores que serão utilizados em cada um dos grupos.



Indicador	Projeto	Médio Porte	Grande Porte
Indicadores de Desempenho Econômico			
Competitividade Nacional	Sim	Sim	Sim
Geração de Empregos	Sim	Sim	Sim
Concorrência Desleal	Não	Não	Sim
Indicadores de Desempenho Ambiental			
Impactos ambientais	Sim	Sim	Sim
Combate ao desperdício de matérias-primas	Sim	Sim	Sim
Autuações Ambientais	Não	Sim	Sim
Indicadores do Corpo Funcional			
Relação entre número de terceirizados / Força Total de trabalho	Sim	Sim	Sim
Benefícios sociais internos	Sim	Sim	Sim
Reclamações trabalhistas	Não	Sim	Sim
Rotatividade da mão-de-obra	Não	Sim	Sim
Número de empregados acima de 40 anos	Não	Não	Sim
Histórico de não cumprimento de acordos coletivos	Não	Não	Sim
Indicadores de Cidadania Empresarial			
Elaboração de Balanço Social ou Similar	Não	Sim	Sim
Código de Ética	Não	Sim	Sim
Seleção e contratação de fornecedores	Não	Sim	Sim
Projetos Sociais Externos	Não	Sim	Sim
Prêmios Recebidos	Não	Não	Sim

No caso dos Fundos de Investimentos em Participações, seus regulamentos devem conter cláusulas onde somente serão realizados investimentos em empresas que assumam expressamente os seguintes compromissos:

- Estar adequadas às normas de controle ambiental, observando inclusive os Princípios do Equador;
- Não utilizar trabalho infantil ou escravo; checando o controle sobre serviços terceirizados.
- Analisar planos que procurem minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades;
- Sugerir planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e,
- Atuar com boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível o seu capital humano.

O comportamento da empresa frente a esses indicadores será comparado aos seus pares de mercado,

para que as características setoriais sejam devidamente assimiladas pela metodologia.

Seguir cada vez mais rigidamente as métricas indicadas acima será a melhor forma de alocarmos os recursos da Petros, pois estaremos preservarmos totalmente os interesses dos participantes da Fundação ao exigirmos que a rentabilidade gerada pelos empreendimentos seja sustentável no longo prazo.

Para que as empresas e demais gestores de investimento de mercado assimilem de maneira definitiva a decisão, mas que tenham oportunidade concreta de se adaptarem à nova realidade da Petros, recomendamos que seja informado publicamente ao mercado a decisão de não mais investir em empresas que não cumpram, no final dos próximos três anos, os critérios mínimos de boas práticas de responsabilidade social apontados pela metodologia apontada acima.

ANEXO 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03

Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações à SPC	
 1. Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - cód. 00655 2. Exercício: 2006 3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia: XXXXXXXXXX 4. Plano de Benefício: Planos de Contribuição Definida Administrados pela Petros 5. Meta Atual do Plano de Benefício: Indexador - IPCA / Taxa de Juros - 6% aa (seis por cento ao ano) 6. AETO - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Ricardo Malavazi Martins 6.1. Renda Fixa: Ricardo Malavazi Martins 6.2. Renda Variável: Ricardo Malavazi Martins 6.3. Imóveis: Ricardo Malavazi Martins 6.4. Financiamentos: Ricardo Malavazi Martins 7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: (x) Meio Eletrônico (x) Impresso	
QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN Nº 3.121/2003	
Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação (Inciso I, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)
	Lim. Inf(%) Lim. Sup(%)
X.1 Renda Fixa	70,00 100,00
X.1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	70,00 100,00
X.1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	0,00 0,00
X.1.3 Derivativos de Renda Fixa	0,00 conforme legislação vigente
X.2 Renda Variável	0,00 25,00
X.2.1 Carteira de Ações em Mercado	0,00 22,00
X.2.2 Carteira de Participações	0,00 3,00
X.2.3 Carteira de RV - Outros Ativos	0,00 0,00
X.2.4 Derivativos de Renda Variável	0,00 conforme legislação vigente
X.3 Imóveis	0,00 0,00
X.3.1 Carteira de Desenvolvimento	0,00 0,00
X.3.2 Carteira de Aluguéis e Renda	0,00 0,00
X.3.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,00 0,00
X.3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00 0,00
X.4 Empréstimos e Financiamentos	0,00 8,00
X.4.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	0,00 8,00
X.4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	0,00 0,00
9. Diversificação (Inciso III, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) Obedecendo Resolução CMN nº 3.121/2003 Além de respeitar os artigos referentes aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.121/03, poderá haver um fundo renda fixa de crédito que poderá fazer aplicações em Títulos Privados de emissão de empresas não financeiras consideradas como "Baixo Risco de Crédito". Os Títulos de Emissão de Empresas Financeiras poderão ser adquiridos pelos Fundos Exclusivos da Petros que são administrados por terceiros. Não serão feitas aplicações em títulos emitidos por Estados e Municípios. A Petros não irá investir em títulos considerados como médio/alto risco de crédito. As operações com derivativos têm como objetivo otimizar a rentabilidade e diminuir o risco da carteira de renda fixa. Obedecendo Resolução CMN nº 3.121/2003 Além de obedecer a Resolução CMN nº 3.121/2003, a Petros poderá implementar uma estratégia de implementação de uma carteira renda variável. Para enquadrar possíveis debêntures de emissão de SPES adquiridas pelo fundo de renda fixa de crédito e que a legislação enquadra no segmento de Renda Variável faz-se necessário estabelecer um limite para estes ativos A Petros não estará investindo neste segmento As operações com derivativos têm como objetivo otimizar a rentabilidade e diminuir o risco da carteira de renda variável. Podem ser utilizados derivativos de renda variável para se gerar um retorno de renda fixa A Petros não estará investindo neste segmento A Petros não estará investindo neste segmento A Petros não estará investindo neste segmento A Petros não estará investindo neste segmento Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003 A Petros poderá implementar uma carteira de empréstimos a Participantes A Petros não estará investindo neste segmento	
10. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos (Inciso VII, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) O cenário macroeconômico, isto como o mais provável, aponta para um ritmo de crescimento de aproximadamente 4% em 2006 e para os anos seguintes. Em relação à taxa de juros real acreditamos na sua manutenção no patamar de 10% a.a. no curto prazo, tendo um decréscimo significativo a partir de 2009, ou seja, acreditamos na manutenção em níveis elevados da taxa de juros entre o período de 2006 a 2008. Dado o cenário macroeconômico esperado, o processo de escolha de setores-alvo para investimentos privilegiará os setores que tem forte correlação com o crescimento econômico, como por exemplo infra-estrutura, renda variável e títulos de renda fixa privados (ou na forma de fundos), reduzindo o montante alocado em títulos do Tesouro federal diante da expectativa de redução das taxas reais de juros no longo prazo.	
11. Objetivos da Gestão (Inciso II, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) Para os próximos 60 meses a liquidez requerida dos ativos não deverá representar restrição para maiores investimentos de longo prazo. A meta de rentabilidade real (além do IPCA) perseguida será, no cenário mais provável, de 10,64% em 2006, 10,73% em 2007, 10,05% em 2008, 8,00% em 2009 e 8,00% em 2010. A política de gerenciamento de risco usará vários métodos de mitigação do risco, incluindo a diversificação setorial, diversificação corporativa e por tipo de investimento, privilegiando investimentos com baixo custo de governança.	

Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações à SPC	
13. Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação externa dos ativos (Inciso V, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) Todos os investimentos são precificados pelo Sistema Policonto, que fornece um relatório contendo rentabilidade diária, mensal e anual comparativa entre os fundos da Petros. A Petros avalia a gestão terceirizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo: • $IPC = n[IS]20\% + n[IT]10\% + n[IVA]10\% + n[IR]60\%$ onde: • Índice de Sharpe [IS]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco; • Índice de Treynor [IT]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercado; • Índice de Valor Adicionado [IVA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade de variação deste retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercado; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e, • Índice de Rentabilidade [IR]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.	
14. Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável (Inciso VI, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) As empresas escolhidas para a gestão externa de recursos terão que satisfazer os seguintes critérios: i) Terem sob sua administração um volume mínimo de recursos; ii) Serem aprovadas em uma análise de performance e rentabilidades comparativas, um processo de due diligence e uma análise qualitativa feita pela equipe interna da Petros	
15. Estratégia de formação de preço - investimentos e desinvestimentos (Inciso VI, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento. As decisões de alocação dependem do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada. As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que separa os ativos em baixo, médio e alto risco de crédito. Proceder-se a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira, além da responsabilidade social do investimento. A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado por 7 membros dos quais dois representam diretamente as principais patrocinadoras, um representa os participantes e quatro representam a Petros, sendo três com direito a voto. Este comitê tem como objetivos avaliar e recomendar os investimentos principalmente ativos de longo prazo. No caso dos ativos mais líquidos, em especial as ações negociadas com grande liquidez na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações representam diretamente as são submetidas à decisão do Comitê Interno, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria de Investimentos, menos a de Participações.	
16. Definição de padrão de cálculo da divergência não planejada e de controle interno: Atendendo ao exigido no Art 58 da Resolução 3.121, a Petros adota desde 2004 o tracking error, conforme disposto abaixo, como uma ferramenta de aferição de divergência não planejada entre o valor de suas carteiras e o valor projetado para estas carteiras. O Tracking Error é um conceito que se presta a avaliar a aderência de uma carteira a meta atuarial. Sua definição mais usual é dada pela fórmula: $TE = \sqrt{\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (r_i - T)^2}$ onde: r_i = é o retorno da carteira, T = é o retorno da meta atuarial predeterminado e n = é o tamanho da amostra.	
17. Observações: Todos os métodos de avaliação e controle de risco dos investimentos são constantemente reavaliados no sentido de melhorar a rentabilidade dos ativos da Petros.	
18. Responsável, Local e Data Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2006 Local e Data Roberto H. Grenier - Chefe da Assessoria de Planejamento de Investimentos Rassomavelli (nome e cargo)	

ANEXO 5 - Anexo 5 - Indicadores de Governança Corporativa

Governança Corporativa

Empresa x

Selecione o Nível de Governança Corporativa

Novo Mercado

Crerios de Pontuação: Os tópicos de Governança Corporativa podem ser classificados em apenas uma das quatro categorias apresentadas (muito bom, bom, razoável ou insuficiente).

Categorias	Pontos
Muito Bom (MB)	1.000
Bom (B)	800
Razoável (R)	600
Insatisfatório (I)	200
Não Disponível (ND)	n.d.

Indicadores de Governança Corporativa	Descrição	Categorias	peso em relação à pontuação total	Pontos	Pontuação Máxima Possível
1) Propriedade			13,5%	133	135
1.1) Transparência			6,5%	65	65
a) Distribuição Acionária	Relação entre ONs/PNs. Maior pontuação para empresas cujo capital é composto apenas por ONs (% de ON no capital total: entre 33% e 49% = R; a partir de 50% = B; 100% = MB)	MB	2,0%	20	20
b) Ações em circulação	Maior pontuação para empresa com free float acima de 25% (abaixo de 25% = I; 25% = R; entre 25% e 50% = B; acima de 50% = MB).	MB	2,0%	20	20
c) Ações na Bolsa de Nova Iorque	Maior pontuação para empresas cujas ações são negociadas na bolsa de Nova Iorque (NYSE). MB = possui ADR; ND = Não possui ADR. (Nota: empresas com ADRs devem se enquadrar a padrões mais rígidos de governança, devendo apresentar, em média, melhor nível de governança.)	MB	1,0%	10	10
d) Abertura Completa de todos os acionistas	Maior pontuação para a empresa que fornece maior detalhamento no que se refere à participação de todos os seus acionistas. (B = abertura de acionistas com mais de 5% do capital social; MB = abertura de acionistas com Menos de 5% do capital social)	MB	0,5%	5	5
e) Limites estabelecidos de participação de diretores e administradores no capital	Maior pontuação para a empresa que limita a participação de diretores e administradores em sua estrutura de capital.	MB	1,0%	10	10
1.2) Concentração e Influência dos Controladores e Acionistas			7,0%	68	70
a) Concentração em grupos econômicos, familiares	Maior pontuação para estruturas de Capital pouco concentradas. (MB = máximo de 20% do capital total por acionista; B = 21% a 49%; R = 50%; I = a partir de 51%)	MB	2,0%	20	20
b) Afiliações e ligações entre acionistas	Maior pontuação quanto menor o vínculo entre acionistas.	MB	1,5%	15	15
c) Participação dos principais acionistas em partes relacionadas	Maior pontuação para nenhuma participação dos principais acionistas em partes relacionadas.	MB	1,5%	15	15
d) Regras para o tratamento de partes relacionadas	Maior pontuação para a existência de regras para o tratamento de partes relacionadas, inclusive proibindo empréstimos em favor do controlador e outras partes relacionadas (MB = restrições à empréstimos em favor do controlador e outras partes relacionadas).	B	1,0%	8	10
e) Regra de separação entre ativos pessoais dos acionistas e da empresa	Maior pontuação para a existência de uma prática clara de separação entre os ativos pessoais dos acionistas e os ativos da empresa.	MB	1,0%	10	10
2) Acionistas			24,0%	234	240
2.1) Votação e Assembléia Geral			3,0%	30	30
a) Estatutos definidos para a organização das assembleias gerais e regras de votação	Maior pontuação para Estatutos definidos para a organização das assembleias gerais e regras de votação.	MB	1,0%	10	10
b) Envio de documentação com antecedência	Maior pontuação quanto maior for a antecedência do envio.	MB	1,0%	10	10
c) Possibilidade de questionamento prévio e inclusão de assuntos na pauta de reuniões	Maior pontuação quanto maior for a abertura para questionamento e flexibilidade de incluir assuntos na pauta.	MB	0,5%	5	5
d) Organização da Assembléia	Maior pontuação para assembleias organizadas formalmente (abertura, deliberações e encerramento), com espaço para cada acionista expressar o seu respectivo voto.	MB	0,5%	5	5
2.2) Direitos dos Acionistas			14,0%	134	
a) Existência e qualidade do Acordo de Acionistas	Maior pontuação para existência de Acordo de Acionistas e detalhamento das informações contidas no mesmo (Nota: classificação MB depende da qualidade e conteúdo do AA). (Nota: NM, N2 e N1 são no mínimo B pois possuem AA). (Nota: quando a empresa não tem controlador MB = ausência de AA, quando a empresa possui controlador MB = existência de AA)	B	3,0%	24	24
b) Direito de tag along	Maior pontuação para tag along de 100% em ONs e PNs (B = 100% ON e 70% PN; R = 80% ON e 70% PN; I = 80% ON)	MB	3,0%	30	30
c) Quorum qualificado para matérias específicas	Maior pontuação quanto maior o quorum qualificado.	MB	2,0%	20	20
d) Direito de voto às ações preferenciais em matérias específicas	Maior pontuação para direito de voto em matérias como incorporação, cisão e fusão, e aprovação de contratos entre a companhia e empresas do mesmo grupo.	MB	2,0%	20	20
e) Política de distribuição de dividendos	Maior pontuação para a existência de uma política, por seu grau de detalhamento e distribuição acima de 25% do lucro líquido.	MB	2,5%	25	25
f) Histórico de dividendos	Maior pontuação para histórico positivo de pagamento de dividendos.	MB	1,5%	15	15
2.3) Proteção do Valor dos Acionistas			7,0%	70	
a) Medidas proibitivas do uso de informação privilegiada	Maior pontuação para medidas proibitivas.	MB	2,0%	20	20
b) Medidas previstas para a proteção do preço das ações em caso de fechamento de capital ou cancelamento de registro, onde prevaleça o valor econômico também para as ações em circulação	Maior pontuação para medidas que protegem o preço das ações em caso de fechamento de capital ou cancelamento de registro.	MB	5,0%	50	50
3) Conselho de Administração			12,5%	125	
3.1) Estrutura e Independência			5,5%	55	
a) Número de conselheiros e número de conselheiros independentes (não fazem parte da diretoria da empresa)	Maior pontuação quanto maior a proporção de conselheiros independentes relativo ao número total de conselheiros (CA deve possuir no mínimo 5 membros, sendo 2 independentes). (Nota: o presidente do conselho de administração e da diretoria executiva devem ser diferentes).	MB	1,5%	15	15
b) Qualificação dos conselheiros	Maior pontuação para conselheiros com experiência como executivo, formação acadêmica adequada, experiência em análise de relatórios gerenciais, contábeis e financeiros, disponibilidade de tempo (maior pontuação para conselheiros que comparecem, inclusive através de teleconferência, a 100% das reuniões realizadas).	MB	2,5%	25	25
c) Representatividade dos acionistas no conselho	Maior pontuação para conselheiros comprometidos com a geração de valor para o acionista.	MB	1,5%	15	15
3.2) Papel e Desempenho			7,0%	70	
a) Regimento Interno	Maior pontuação para a existência de um regimento interno bem definido, com direito a consulta externa.	MB	1,5%	15	15
b) Acesso às informações por parte dos conselheiros	Maior pontuação para empresas que fornecem dados e material aos conselheiros com maior transparência e antecedência necessária (pelo menos 15 dias) para análise dos mesmos.	MB	1,5%	15	15
c) Auditoria interna e controles internos	Maior pontuação para a existência de auditoria externa e procedimentos de controles internos.	MB	1,5%	15	15
d) Frequência das reuniões do conselho	Maior pontuação para frequência mensal de reuniões do conselho.	MB	1,0%	10	10
e) Avaliação do Conselho de Administração	Maior Pontuação para existência de avaliação de conselheiros.	MB	1,5%	15	15

5) Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Externa		11,5%	115	115
a) Processo de eleição e independência		MB	10	10
b) Qualificação e competência dos membros		MB	20	20
c) Prestação de contas (para o conselho - em caso de comitê - e para os acionistas)		MB	15	15
d) Frequência das reuniões		MB	15	15
e) Monitoramento do conselho de administração e da diretoria executiva		MB	15	15
f) Conselho fiscal permanente "turbinado" como alternativa para atender a seção 301 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige a criação de um comitê de auditoria		MB	20	20
g) Critérios de escolha dos auditores externos		MB	10	10
h) Relatórios de Auditoria externa		MB	10	10
6) Informações Públicas: Transparência e Disclosure		12,5%	121	125
a) Demonstrações financeiras		MB	20	20
b) Apresentação aos analistas do mercado de ações		B	16	20
c) Relatórios sociais e ambientais		MB	15	15
d) Relatórios e informações enviadas aos acionistas		MB	20	20
e) Divulgação de informações relevantes		MB	10	10
f) Qualidade das informações não-financeiras		MB	20	20
g) Qualidade e acesso aos registros da instituição		MB	10	10
h) Listado no Novo Mercado ou nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa		MB	10	10
TOTAL DE PONTOS CLASSIFICAÇÃO		100,0% A	988	1.000 99%

Classificação	Pontos Percentuais
A	90% - 100%
B	76% - 89%
C	65% - 75%
D	abaixo de 65%

• ENCARTE ESPECIAL -
revista PETROS - nº 28
• DEZEMBRO 2005



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2006 - 2010

Planos de Contribuição Definida



• ENCARTE ESPECIAL -
revista PETROS - nº 28
• DEZEMBRO 2005



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2006 - 2010

Planos Petros Privatizadas

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 017
3408 - 2005
Doc.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	2
1 <i>Objetivos da Política de Investimentos</i>	3
1.1 Aplicação	3
1.2 Vigência da Política	4
2 <i>Avaliação de Cenário Macroeconômico de Curto, Médio e Longo Prazos</i>	4
2.1 Avaliação do Cenário Internacional	4
2.2 Avaliação do Cenário Brasileiro	5
3 <i>Alocação de Recursos</i>	7
3.1 Alocação global	7
3.2 Alocação no Segmento de Renda Fixa	7
3.3 Alocação no Segmento de Renda Variável	8
3.4 Alocação no Segmento de Imóveis	10
Alocação de Imóveis (Classificação Resolução CMN 3.121/03)	10
3.5 Alocação no Segmento de Empréstimos a Participantes	11
3.6 Operações com Derivativos	11
4 <i>Limites para Investimentos para a Emissão e/ou Coobrigação de uma mesma Pessoa Jurídica</i>	11
5 <i>Crêditos de Contratação de Gestores de Recursos</i>	11
5.1 Pré-seleção de Gestores	11
5.2 Limite preliminar de volume para gestão de fundos de renda fixa	11
5.3 Análise de Performance, <i>Due Diligence</i> e Critérios Qualitativos	11
5.3.1 Processo de <i>Due Diligence</i>	11
5.3.2 Análise comparativa da performance dos gestores	11
5.3.3 Critérios Qualitativos	11
6 <i>Estratégia de Formação de Preço Ótima</i>	12
7 <i>Princípios Norteadores da Alocação de Recursos</i>	12
8 <i>Resultados Esperados</i>	14
9 <i>Avaliação e Controle de Riscos</i>	14
10. <i>Comunicado ao Participante</i>	14
Anexo 1 - Cenário Macroeconômico	15
Anexo 2 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa	15
Anexo 3 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social	16
Anexo 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03	18
Anexo 5 - Indicadores de Governança Corporativa	21

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPP	Associação Brasileira de Previdência Privada
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CCB	Cédula de Crédito Bancário
CCI	Cédula de Crédito Imobiliário
CDCA	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPR	Cédula de Produto Rural
CRA	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
CRI	Certificado de Recebíveis Imobiliários
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FIDC	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
FIP	Fundo de Investimentos em Participações
FMIEE	Fundo Mutuo de Investimentos em Empresas Emergentes
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
SPC	Secretaria de Previdência Complementar

1. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos tem como objetivo fornecer aos gestores da Petros as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em um horizonte de longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento da Fundação. Tendo em vista o êxito dos últimos anos e a manutenção do cenário básico para os próximos anos, consideramos de fundamental importância dar continuidade nos próximos 5 anos, iniciados em 2006, à estratégia de alocação de recursos inicialmente aprovada pela Política de Investimento de 2004 e que teve continuidade em 2005.

Durante 2005, foram executadas as diretrizes estabelecidas na política de investimentos 2005 / 2009, em especial o incremento de investimentos lastreados na atividade produtiva do setor privado. Como consequência, os resultados dos investimentos deverão fechar novamente significativamente acima da meta atuarial. Em se tratando da transparência na prestação de contas trimestrais, nossa avaliação é de que os resultados têm sido muito bons, aproximando a Petros dos seus participantes. Apesar dos ataques infundados à gestão da Fundação, as reações dos participantes quanto ao gerenciamento dos investimentos, especialmente nas apresentações públicas da Diretoria Financeira e de Investimentos, têm sido positivas. Mas, independentemente de uma avaliação conjuntural, trata-se de um compromisso da atual gestão com os participantes e que poderia se tornar uma obrigação estatutária da diretoria da Petros.

Esta Política optou por dar sequência à estratégia de diversificação dos investimentos calcando-se na percepção básica de que, uma maior destinação de recursos a renda variável, títulos de renda fixa privados (ou na forma de fundos) e projetos ligados principalmente à infra-estrutura continuam sendo a melhor estratégia de longo prazo para otimizar a rentabilidade de seus ativos diante da expectativa de redução das taxas reais de juros nos próximos anos.

No processo de cisão do Plano Petros ocorrido devido à processo de desestatização de algumas patrocinadoras, a composição percentual dos investimentos acabou por se mostrar diferenciada ao longo do tem-

po devido aos distintos comportamentos históricos dos passivos e dos aportes de recursos desde o ano de 2001, com destaque para o acerto da dívida referente aos beneficiários conhecido como pré-70 e a mudança da legislação dos últimos anos, funcionários que já trabalhavam na Petrobras antes do início do Plano Petros. Com o sucesso da Política de Investimento dos últimos três anos e as novas exigências da legislação, essas diferenças passaram a exigir que apresentemos uma Política de Investimento específica para os planos Petros das empresas privatizadas.

Uma das características destes Planos é a existência dos Comitê Gestor de Investimento, que terá um papel fundamental na implementação desta Política de Investimentos. Este comitê será composto por representantes da Petros que são responsáveis pela área de investimentos e representantes indicados pela Patrocinadora do Plano. Este comitê terá como principais atribuições:

- ✓ Recomendar possíveis alternativas de investimentos dentro da execução da Política de Investimentos;
- ✓ Recomendar ao Conselho Deliberativo alterações na Política de Investimentos; e
- ✓ Acompanhar e avaliar os resultados dos investimentos realizados.

1.1 APLICAÇÃO

Devido ao sucesso das políticas de Investimentos de 2004 e 2005, que resultaram em crescimento da parcela de renda variável, e as exigências da legislação de caracterizar as peculiaridades da Política de Investimento para cada plano de previdência administrado pela Fundação (Res. CMN 3121), apresentamos em documentos distintos as diferentes estratégias para os vários planos previdenciários gerenciados pela Petros. O expressivo desempenho da parcela ampliada de renda variável nos últimos anos fez com que apenas um documento concentrando a Política de Investimentos da Fundação não fosse suficiente para fornecer as diretrizes precisas para os gestores da Petros administrarem os vários planos de previdência dentro das atuais regras legais.

A Petros possui 25 planos de benefícios, sendo que esta política de investimentos será aplicada aos seguintes Planos e Patrocinadoras descritas abaixo:

CNPB	Planos	Patrocinadoras
20.030.023-83	Plano Petros - Nitriflex/DSM	-Nitriflex S/A Indústria e Comércio - Nitriflex -DSM Elastômeros Brasil Ltda. - DSM
20.030.025-29	Plano Petros - PQU	Petroquímica União S/A - PQU
20.030.026-18	Plano Petros - Ultrafertil	Ultrafertil S/A - Ultrafertil
20.030.021-38	Plano Petros - Braskem	Braskem S/A - Braskem
20.030.022-19	Plano Petros - Copesul	Companhia Petroquímica do Sul - Copesul
20.030.024-56	Plano Petros - Petroflex	Petroflex Indústria e Comércio S/A - Petroflex

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fis Nº 018

3408
Doc.

1.2 VIGÊNCIA DA POLÍTICA

De acordo com a Resolução CGPC nº 7, de dezembro de 2003, o horizonte de vigência dessa Política de Investimentos é de, no mínimo, 60 meses, com revisões anuais.

Desse modo, a Política de Investimentos 2006 / 2010 dá continuidade à estratégia de alocação de recursos definida inicialmente pela Política de Investimento 2004 / 2008 e posteriormente atualizada pela Política de Investimentos 2005 / 2009.

2 AVALIAÇÃO DE CENÁRIO MACROECONÔMICO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

2.1 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO INTERNACIONAL

As incertezas em relação à economia mundial no final de 2004, que delineavam os fatores de risco nas decisões de investimentos, não se refletiram nos indicadores econômicos globais em 2005 - o mercado acionário americano avançou, o dólar apreciou em relação ao Euro, houve baixa volatilidade nos mercados de ouro e de taxa de juros de longo prazo nos Estados Unidos (notas do tesouro de 10 anos).

O principal fator de mudança em 2005 foi a transição da taxa de juros básica norte-americana de um nível acomodatório para próximo do neutro (cerca de 4%aa), tendo como pano de fundo níveis recordes de preço de commodities. A princípio, esse movimento foi bem sucedido, sem gerar turbulências nos mercados globais. Por trás desse sucesso estão fatores estruturais que provavelmente não devem ser alterados no curto-prazo. O principal deles se refere à China como fator de excesso de oferta de bens, mão-de-obra e de poupança.

Outra questão importante foi a estabilidade das expectativas inflacionárias nos Estados Unidos, refletida nos títulos indexados à inflação de longo prazo (TIPS), que permitiu o avanço gradual da taxa básica america-

na, sem gerar turbulência nas economias emergentes.

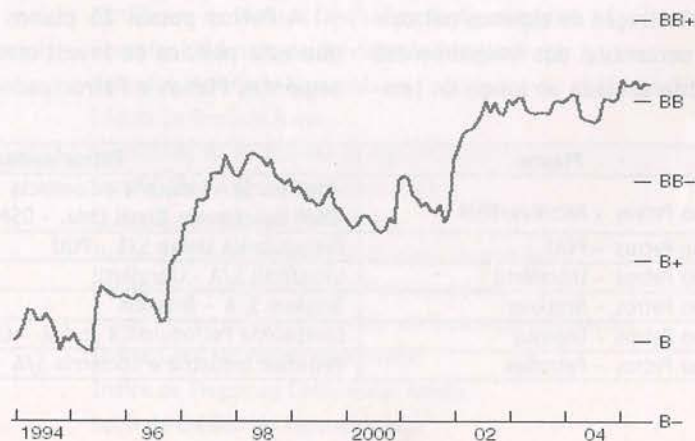
O movimento de apreciação do dólar em relação ao Euro no primeiro semestre de 2005 refletiu a atratividade de maior crescimento da economia e diferencial de juros em favor dos Estados Unidos em detrimento dos desequilíbrios de déficit em conta corrente e fiscal que ainda persistem.

Oportunamente, os países emergentes foram os que mais se beneficiaram da conjuntura internacional nos últimos anos. Há aproximadamente três anos se iniciou um intenso movimento de procura por risco. Essa tendência surgiu com o período de deflação nos Estados Unidos. A expressiva redução das taxas de juros de curto prazo incentivou a migração do capital para ativos mais arriscados, mas com taxas mais atraentes, como títulos de dívida das principais economias emergentes, intensificando ao longo do tempo para ativos como commodities internacionais e mercados de ações.

Esse período marcado por excesso de liquidez nos países emergentes foi fundamental a fim de melhorar os principais indicadores de vulnerabilidade. Neste contexto, os superávits em transações correntes permitiram a redução das dívidas externa pública e privada, aumentando dessa forma o grau de solvência. Este fato está proporcionando ao longo do tempo uma melhora da classificação de risco desses países

Adicionalmente, essas economias aproveitaram o impulso internacional apresentando crescimento sólido, inflação moderada, responsabilidade fiscal, ajuste em conta corrente e acúmulo de reservas internacionais. Essa blindagem permite uma maior confiança nos investimentos de longo prazo, mesmo em um cenário com algumas importantes incertezas internacionais. O preço do petróleo ajudou essa conjuntura ao mostrar em 2005 sinais de estabilidade, contrariando análises de que poderia alcançar patamar próximo os maiores níveis históricos, acima de US\$ 100 / barril, em termos reais, registrado no início da década de 80, ape-

Gráfico 1 - Classificação Agregada dos Países Emergentes



Fonte: FMI e Agências de Risco

sar do alto patamar quando comparado há 3 anos.

Assim, os riscos no horizonte mais próximo (incluindo um intenso calendário eleitoral em 2006) não são desprezíveis e ainda há a possibilidade de turbulência. Entretanto, o que se coloca é que as economias emergentes ampliaram em 2005 o "colchão" de liquidez internacional que teria o efeito de reduzir o impacto de possíveis adversidades externas.

2.2 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO BRASILEIRO

O Brasil seguiu muito de perto a tendência de prosperidade das economias emergentes nos últimos anos, especialmente se tomarmos como base os principais indicadores de vulnerabilidade. Os vencimentos da dívida externa pública brasileira para 2006 estão praticamente todos contratados (o tesouro está comprando dólares com seis meses de antecedência) e a dívida externa privada foi reduzida drasticamente. A inserção brasileira na economia mundial em 2005 se mostrou tão positiva que possibilitou uma emissão bem sucedida de títulos do Tesouro brasileiro nos mercados internacionais em moeda local (o Real), um fato histórico inédito.

No entanto, em nossa avaliação, a evolução dos últimos anos da economia brasileira ainda está bastante subavaliada pelos mercados e agências de classificação de risco. O risco brasileiro medido pelo diferencial dos títulos emitidos no mercado internacional e a taxa básica americana ainda não reflete o momento favorável que a economia se encontra.

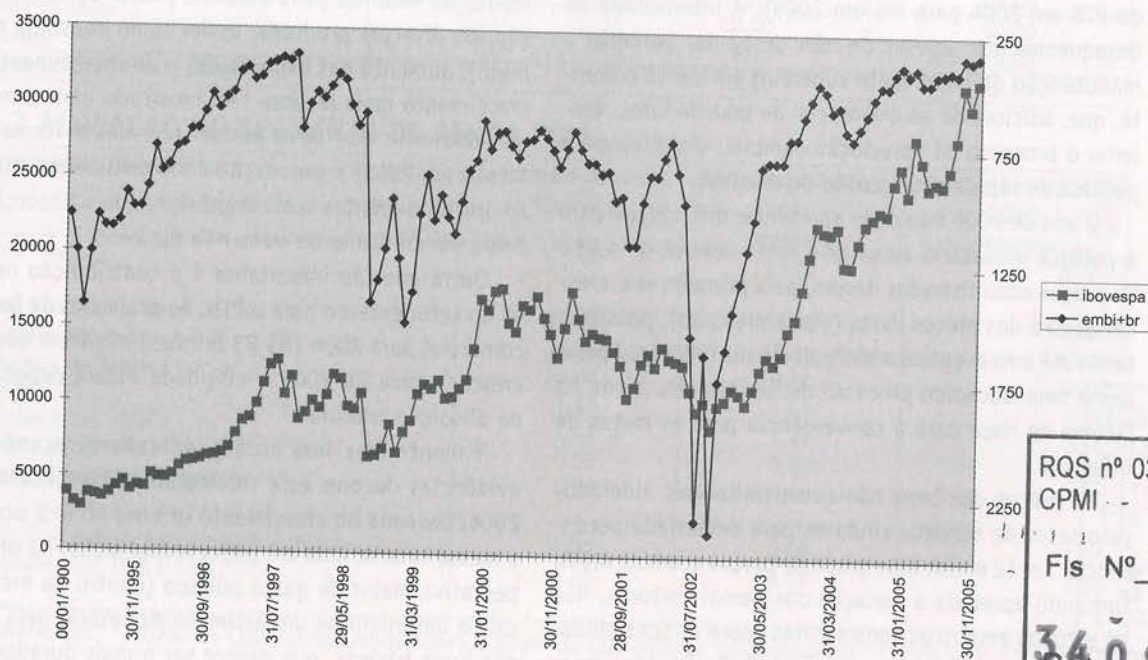
Em geral, o argumento utilizado para a manutenção de um nível de risco brasileiro acima do que consideramos "justo" é o tamanho e a composição da dívida interna brasileira. Nesse aspecto, é verdade que o

Brasil não evoluiu muito do ponto de vista estritamente numérico quando comparado a outros emergentes, notadamente Rússia, Venezuela, Equador, Turquia e Argentina, favorecidos, nos quatro primeiros casos, pelos preços do petróleo, e, no último caso, por renegociação da dívida pública, redução dos serviços oferecidos pelo estado e forte desequilíbrio dos preços internos, que traz uma grande incerteza para a economia Argentina nos próximos anos.

Apesar de não sofrer mais do "pecado original", que era a possibilidade de emissão monetária descontrolada para financiar déficits do Tesouro, a dívida interna brasileira ainda é muito elevada quando comparada a outros países emergentes e possui uma composição demasiada de títulos pós-fixados. Assim, o risco de desequilíbrio macroeconômico ainda tende a ser pago pelo governo, caso haja necessidade de alta nas taxas de juros. Nesse aspecto, a economia brasileira tem muito que avançar nos próximos anos. No entanto, uma única variável não justifica a atual avaliação sobre o risco país.

Conseqüentemente, nossa estratégia para os próximos anos tem como perspectiva a possibilidade dos mercados reconhecerem as melhoras já conquistadas dos fundamentos da economia brasileira, com possibilidade de ampliar a atratividade dos investidores estrangeiros em relação aos investimentos no Brasil, em especial em renda variável, tanto na Bolsa de Valores de São Paulo quanto na forma de Fundos de Participação (incluindo infra-estrutura) e Fundos de Empresas Emergentes. Como podemos ver no gráfico abaixo, a melhora da taxa de risco brasileiro tem correlação direta com a melhora dos preços das ações na BOVESPA, fortalecida pela entrada de recursos externos.

IBOVESPA x EMBI BR



RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 019

Doc. 08 - 2.3

A tendência da taxa de juros no Brasil para os próximos anos é de expressiva redução. Provavelmente não encontraremos mais os níveis de taxa de juros reais praticados atualmente (entre 13% e 14%). Intuitivamente, a taxa real de juros da economia brasileira segue em rumo ao seu nível de equilíbrio. Se utilizarmos a teoria econômica da paridade coberta de juros com as hipóteses de nível de risco Brasil de 360 pontos, taxa Libor de 4,9% pontos e desvalorização máxima do real em relação ao dólar de 20%, encontraremos um valor aproximado de taxa de juros de equilíbrio próxima a 10,5% ao ano. Esse número subtraído da inflação de longo prazo brasileira (meta de inflação de 4,5%) fornece a taxa real 6%. Este nível de juro real deve ser entendido como o "justo", tornando o investidor indiferente do ponto de vista financeiro a aplicar no Brasil ou nos mercados globais. A economia brasileira já esteve próxima desse número - a taxa real de juros definida como a diferença entre a SELIC e a projeção de inflação do IPCA para os próximos 7 anos, já alcançou valores próximos de 9%aa em 2004. Portanto, não parece ser um absurdo que com a redução da percepção de risco brasileiro e, caminhando para níveis melhores de classificação de risco, a taxa real de juros convirja para esse valor nos próximos anos.

O processo de desinflação já se encontra próximo do fim. A política monetária foi eficiente se utilizamos como critério a trajetória descendente da inflação - de 17,2% (IPCA em 12 meses) em maio de 2003 para valores próximos de 5,5% no final de 2005.

No entanto, esta trajetória de desinflação teve muita influência da apreciação cambial - a maior contribuição veio dos preços de bens comercializáveis (ou transacionáveis) - de 19,7% para 2,2%. O processo de elevação da taxa de juros também terminou por desacelerar a atividade econômica (crescimento de 4,9% do PIB em 2004 para 3% em 2005). A intensidade do desaquecimento, apesar de não desejada, permitiu a manutenção de importante superávit em conta corrente, que, adicionado ao diferencial de taxa de juros, acelerou o processo de apreciação cambial, viabilizando a política de rápida acumulação de reservas.

O ano de 2006 não deve apresentar dificuldade para a política monetária alcançar a meta central de 4,5%. Os preços administrados devem, pela primeira vez, crescer abaixo dos preços livres (ou de mercado), possibilitando até uma eventual aceleração de sua inflação. Apesar desse bem-sucedido processo de desinflação, ainda há fatores de risco para a convergência para as metas de inflação.

Os preços dos bens não-comercializáveis, liderados pelo setor de serviço, ainda exibem demasiada persistência. Em 12 meses esse grupo de preços acumula 6,5%, tornando apertada a variação dos demais setores. Não há estudos empíricos consistentes sobre as possibilidades de êxito em um processo de desinflação dos preços dos serviços, mas acredita-se que o principal fator é a

manutenção da inflação estável por um longo período. Este é o principal desafio de médio prazo para a política monetária. Outros fatores de risco para a política monetária em 2006 estão associados a uma possível desvalorização cambial ou recomposição de margens agrícolas, seriamente comprimidas nos últimos dois anos (IPA agrícola acumula deflação de aproximadamente 10% em 12 meses).

Outros desafios para o governo e a política monetária para os próximos anos são produzir um crescimento econômico acima de 4%aa e manter a inflação próxima ao centro da meta inflacionária de 4,5% ao ano. Até o momento, notamos que o Banco Central tem focado apenas no processo de desinflação. Essa prática é aceitável quando os preços estão em um processo intenso de desinflação. Entretanto, à medida que a inflação alcance patamar próximo à estabilidade, respaldada por uma política fiscal consistente, é recomendável que a decisão de taxa de juros também envolva uma maior ponderação sobre seus efeitos sobre a atividade econômica, em especial sobre novos investimentos (oferta). Essa prática é comum em diversos países, inclusive nos Estados Unidos (que tem escrito no mandato), pois inibições de geração de capacidade produtiva (investimento) por longo período causam restrições à oferta de produtos e, conseqüentemente, um quadro favorável a pressões inflacionárias. Apesar das recentes taxas de crescimento do PIB brasileiro superiores ao desempenho das últimas décadas, quando compararmos sua variação com os demais emergentes, percebe-se que nossa economia ficou abaixo do crescimento médio internacional nos últimos anos.

O perfil do crescimento do PIB para os próximos anos tende a sofrer uma mudança importante. Entre 1999 e 2005, o vigor da atividade foi liderado pelo crescimento do setor de bens duráveis (havia baixa penetração em diversos produtos, assim como consumo reprimido), aumento das exportações e de investimentos. O crescimento mais recente tem mostrado uma composição diferente que deve permanecer dessa forma pelo menos em 2006: acomodação do investimento, aumento dos rendimentos reais impulsionando a absorção interna via consumo de bens não-duráveis.

Outra questão importante é a contribuição negativa do setor externo para o PIB. As projeções de balanço comercial para 2006 (R\$ 35 bilhões) mostram que para crescer acima de 2005 a atividade estará dependente da absorção interna.

Encontramos nos atuais indicadores econômicos evidências de que esta retomada do crescimento em 2006, baseada no crescimento interno poderá ocorrer - a massa salarial está em plena recuperação, há uma expectativa maior de gasto público (dentro da meta fiscal) e um início de um estímulo monetário pela queda nos juros básicos, que parece ser o mais duradouro do que nos últimos anos.

Por fim, ainda que haja incertezas em relação ao cenário doméstico, acreditamos que o maior fator de risco continua sendo o externo. Enquanto houver a permanência de alta liquidez internacional, há espaço para turbulências internas sem que isso se reflita em queda dos principais indicadores econômicos. Esses casos são acompanhados de expressiva volatilidade, mas a tendência de longo prazo (melhora dos fundamentos econômicos) segue inalterada. Os principais fatores que podem alterar nosso cenário básico de excesso de liquidez são:

- ✓ O estouro da bolha de preços dos imóveis nos Estados Unidos;
- ✓ Uma perda expressiva de fôlego da economia americana como processo de ajuste dos desequilíbrios externos;
- ✓ Choque de oferta ligado a uma extensão da gripe aviária asiática; e,
- ✓ Disparada da cotação do petróleo com elevação expressiva da taxa básica para conter a inflação mundial.

3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O sucesso inequívoco da Política de Investimentos dos últimos três anos resultou em acréscimo mais rápido do que inicialmente planejado em 2003 da parcela de renda variável devido a expressiva valorização do preço das ações, com ótimos resultados para os participantes. Devido aos limites definidos pela legislação que rege os investimentos da Entidades de Previdência Complementar, que limita em 50% os investimen-

tos em renda variável, a estratégia básica proposta para estes planos de benefícios será a redução da parcela do segmento de renda variável e crescimento da parcela de renda fixa, dentro das necessidades de atendimento dos compromissos dos respectivos planos.

No entanto, dentro da renda variável será aplicado uma política dinâmica de gestão que substitua possíveis investimentos que não estejam comprometidos com princípios de responsabilidade social, dentro de uma perspectiva de rentabilidade sólida de longo prazo, como será detalhado à frente.

No caso do segmento de renda fixa, tendo em vista o cenário de redução dos juros reais dos títulos do Tesouro Federal, indicado pela Assessoria de Planejamento de Investimentos como o mais provável para os próximos anos, será seguida estratégia de crescimento dos investimentos em renda fixa estruturados a partir do mercado de capitais, onde a rentabilidade está lastreada principalmente em empreendimentos privados como, por exemplo, Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Certificado de Recebíveis Imobiliários, etc.

Não obstante, a manutenção de uma parcela considerável de recursos destes planos em ações com alta liquidez e em aplicações ancoradas em papéis públicos federais faz-se necessária dada a necessidade de manutenção de um nível de liquidez adequado às necessidades de caixa dos respectivos Planos.

Na sequência da seção, são apresentadas proposta de alocação de recursos por classes de investimentos.

3.1 ALOCAÇÃO GLOBAL

Segmento	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda Fixa	34,38	30,00	80,00
Renda Variável	50,32	20,00	50,00
Imóveis	7,38	2,50	8,00
Empréstimo a Participantes	7,92	3,50	10,00

3.2 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA FIXA

Segmento de Renda Fixa	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda Fixa	34,38	30,00	80,00
Renda Fixa Baixo Risco de Crédito	32,83	30,00	80,00
Títulos Públicos	11,35	11,00	70,00
Fundos de Renda Fixa*	18,06	18,00	30,00
FIDC's **	1,40	1,40	4,00
Debêntures, CCB e LH's ***	1,49	1,49	5,00
CRI's e CCI ***	0,53	0,53	4,00
CPR, LCA, CRA e CDCA **	0,00	0,00	3,00
Renda Fixa Médio/Alto Risco de Crédito	1,55	0,00	1,55
Debêntures, CCB e LH's ***	1,55	0,00	1,55

Benchmark: CDI; * 102% do CDI (fundos moderados) e 104% do CDI (fundos multimercado) **105% CDI; ***NTN-B+1%aa.



Esta Política de Investimentos estabelece que não serão adquiridos ativos de renda fixa considerados como médio /alto risco de crédito. Os limites estabelecidos acima para a carteira de renda fixa de Médio / Alto Risco de Crédito foram apresentados para deixar transparente a existência de antigas posições na carteira e indicar a diretriz de estabilidade ou de redução. A ampliação desse tipo de investimento somente poderá ocorrer de forma involuntária, causada por deterioração da avaliação de risco do investimento causada por fatores alheios ao controle da Petros.

Os Fundos de Renda Fixa com gestão terceirizada estão divididos em dois grupos: multimercados moderados e multimercados tradicionais. Nos moderados, os gestores estão comprometidos com uma rentabilidade alvo de 105% da taxa Selic (taxa de juros dos Títulos Públicos de curto prazo). No caso dos multimercados tradicionais, a meta de rentabilidade do gestor é de 108% da taxa Selic, exigindo uma alta performance do administrador, que poderá utilizar o mercado de renda variável para executar operações de renda fixa com o objetivo de maximizar o retorno do fundo.

O mecanismo de estímulo para otimização dos resultados financeiros dos gestores continuará sendo o pagamento da taxa de performance de 15% dos rendimentos que superarem o benchmark de 102% da taxa Selic no caso dos fundos moderados e 20% dos rendimentos que superarem os 104% da taxa Selic nos fundos multimercados. Tais taxas de performance somente serão pagas se o benchmark superar a meta atuarial da Petros (IPCA + 6%aa).

Por apresentar maior grau de risco de mercado, o volume financeiro do grupo de fundos do tipo multimercado tradicional terá como diretriz ser equi-

valente a cerca de 25% do volume alocado para os fundos moderados. Com esses dois tipos de Fundos de Renda Fixa, além dos recursos geridos internamente, acreditamos estar maximizando a rentabilidade dos recursos mais líquidos da Petros.

Entende-se que a terceirização se justifica em função de dois fatores: i) diversificação de risco de gestão; ii) obtenção de uma rentabilidade maior, dada a expertise específica dos gestores terceirizados em fundos multimercado, lançados há poucos anos no mercado brasileiro. No Anexo 3, é apresentada a política de terceirização de gestão da carteira de renda fixa.

Cerca de **R\$ 1,3 bilhão** será administrado internamente pela equipe de gestão de renda fixa da Petros, que também receberá um mandato de gestão claro quanto à política de investimento a ser implementada nos próximos meses, em formato parecido com o dos gestores terceirizados. Tal volume financeiro foi obtido a partir das necessidades líquidas de caixa da Fundação para os próximos dois anos. Tais recursos serão investidos em títulos públicos e privados e terão uma estratégia de gestão próxima ao mandato de um fundo de renda fixa moderado, embora com maior composição de títulos altamente líquidos que dê tranquilidade para a gestão do fluxo de caixa da Petros e observarão o benchmark de 100% da taxa Selic.

A tabela abaixo registra os limites de acordo com as diretrizes da Política de Investimento e a tabela ao lado os registra de acordo com as determinações da Resolução 3121/03. A principal diferença entre os dois modelos é decorrente da rigidez da Resolução no que diz respeito à classificação dos instrumentos de investimentos.

3.3 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Segmento de Renda Variável	Benchmark	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: Mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda variável		50,32	20,00	50,00
Carteira de Giro		30,06	12,00	35,00
Seleção	IBX 50	25,51	8,00	30,00
Dividendos	IBX 50	4,54	2,00	6,00
Carteira de Participações		14,59	6,00	16,00
Ações	IBX 50	4,61	2,00	6,00
Fundos de Participações/Private Equity	NTN-B+1,5% ^{a,a}	9,98	4,00	11,00
Fundos de Empresas Emergente/Venture Capital	NTN-B+5,0% ^{a,a}	0,00	0,00	1,00
Fundos de Ações de Mercado	IBX 50	2,46	1,00	3,00
Empresas de Financiamento de Projetos	NTN-B+1,5%^{a,a}	1,25	0,00	1,25
Renda Variável – outros ativos	NTN-B+5,0%^{a,a}	1,96	0,00	1,96

ALOCÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL (CLASSIFICAÇÃO RES. CMN 3.121/03)

Segmento de Renda Variável	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: Mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda variável	50,32	20,00	50,00
Ações em mercado	43,90	17,00	47,00
Participações	4,46	3,00	7,00
Renda Variável – Outros Ativos	1,96	0,00	1,96

Em decorrência dos resultados obtidos nos anos anteriores e a confirmação do cenário de retomada de ambiente favorável ao crescimento econômico, melhora da percepção do risco brasileiro e redução da taxa real de juros no médio prazo, estamos propondo a manutenção das estratégias para a Carteira de Giro elaboradas na Política de Investimentos 2005 /2009, ou seja, a manutenção da separação entre Carteira Dividendos e Carteira Seleção. Na Carteira Seleção as ações selecionadas continuarão sendo aquelas consideradas pelos analistas da Petros como as melhores opções da BOVESPA com perspectiva de 12 meses a frente, que não precisam necessariamente estar próximas à composição do índice IBX-50. Assim, é uma gestão ativa frente ao benchmark. Não obstante, os gestores da Carteira Seleção continuarão sendo avaliados por sua capacidade de superar o IBX-50, que é um índice de rentabilidade média das 50 ações mais capitalizadas da BOVESPA, além do compromisso de superarem a meta atuarial. No caso da Carteira Dividendos, o foco permanece sendo empresas que possuam políticas de distribuição de dividendos consistentes no médio prazo, com exposição menor ao risco de mercado, mas com menor potencial de rentabilidade no horizonte de 12 meses. Conseqüentemente, não se mostrou apropriado um índice de mercado como *benchmark*, que reflete mudanças conjunturais do desempenho das empresas. Optamos por sugerir como *benchmark* a rentabilidade dos títulos de longo prazo do Tesouro, acrescido da taxa de risco de 1,5%aa, que reflete com maior precisão a perspectiva de dividendos necessária para atrair investidores no tipo de empresa alvo da Carteira de Dividendos.

Para a Carteira Permanente, propõe-se reforçar a estratégia de melhora da eficiência do gerenciamento de nossas participações estratégicas de longo prazo em empresas, estreitando ainda mais o relacionamento com instituições com os mesmos interesses da Petros, em especial outros fundos de pensão. Continuaremos a política de ampliação da liquidez dos papéis das empresas nas quais a Petros tem participação através da defesa por parte de nossos conselheiros dos princípios de Investimento Socialmente Responsável, com destaque para as boas práticas de governança corporativa. Com essa estratégia, será possível reciclar essa carteira mitigando os riscos

dos investimentos da Petros no longo prazo.

A busca de oportunidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade mais alta que a oferecida pelos títulos públicos no médio prazo conduz à necessidade de ampliação da participação em veículos de investimento onde a gestão é compartilhada com outras instituições que têm os mesmos interesses no longo prazo. Neste contexto, a Petros dará continuidade na aplicação de recursos em Fundos de Participações (FIP - *Private Equity*) e Fundos de Empresas Emergentes (FMIEEs - *Venture Capital*). Neste planos, esta estratégia será executada mediante redução de outros tipos de investimentos do segmento de renda variável.

As razões para este tipo de estratégia são basicamente as seguintes: por um lado, o mercado de capitais brasileiro é pequeno para que a Petros consiga aproveitar ótimas oportunidades de investimento sem estar presente de forma significativa no capital total de um empreendimento; por outro lado, a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e as boas práticas de governança corporativa não permitem uma participação acima de 20% no capital total de um investimento. Gerir diretamente pequenas participações em empreendimentos pode gerar ineficiência de gestão e indesejáveis custos administrativos para um volume de ativos como o da Petros. Assim, estas oportunidades consubstanciam-se, em grande parte, nos fundos de investimentos supracitados, cuja característica básica é a perspectiva de longo prazo, sempre de acordo com as disponibilidades de liquidez exigidas pelo fluxo de compromissos dos planos de benefício geridos sob essa política de Investimento.

Projetos de Infra-Estrutura – Desde que tenham marcos regulatórios seguros, nossa proposta consiste em estar investindo em projetos de infra-estrutura através de estruturas de Fundos de Participações (FIPs - *Private Equity*) e Empresas de Financiamento de Projetos (que pode ser ações ou títulos emitidos por sociedades de Propósito Específico). As características dos investimentos em infra-estrutura, em especial energia, transportes, petróleo/gás e saneamento são apropriados ao perfil de compromissos de longo prazo de um Fundo de Pensão pelas seguintes características básicas:



baixo risco de mudança tecnológica; alta previsibilidade das receitas futuras; baixo risco de mercado; taxas de retorno atrativas vis-à-vis o risco. Em termos práticos, os desembolsos com investimentos nestes setores praticamente ocorrem nos primeiros 3 anos. Após essa fase inicial, dado a pouca necessidade de atualização tecnológica e baixa concorrência de mercado, as receitas são contínuas para os investidores.

A segurança das regras para correção das tarifas dos serviços oferecidos pelas empresas garantem a correção das receitas diretamente por um índice de preços, mantendo o valor no longo prazo e também pelo conceito jurídico de preservação do "equilíbrio econômico financeiro do contrato", comum a todas as concessões de serviços públicos em todo o mundo. Ou seja, não há interesse de um governo prejudicar a rentabilidade de investidores de longo prazo, que vão viabilizar o financiamento da infra-estrutura necessária para promover o desenvolvimento econômico em qualquer país.

O marco regulatório do setor de transportes, em especial rodovias, já pode ser considerado consolidado, com alto grau de segurança para os investidores.

No caso do setor de energia, as regras para o Programa PROINFA, de estímulo a produção de energias alternativas, aprovado em abril de 2004, possui uma ótima relação risco / retorno, além da garantia de compra da energia produzida no longo prazo. A regulamentação do marco regulatório geral do setor energético também sinaliza ótimas oportunidades para os investidores, sendo que a atual maior incerteza diz respeito às cláusulas ambientais, cujo risco se localiza no início do projeto, com baixo impacto na rentabilidade para os investidores no longo prazo. A regulamentação das linhas de transmissão também pode ser considerada segura para os investidores institucionais.

A experiência da Petros de investimentos na área de petróleo em parceria com a Petrobras, em conjunto com outras instituições (Fundos de Pensão e outros investidores), tem se mostrado positiva para a rentabilidade da carteira de investimentos ao longo do tempo. É fundamental para este êxito a construção de contratos onde os interesses da parceira operadora, no caso Petrobras, estejam completamente alinhados com o interesse dos investidores. Esperamos usar tal experiência de sucesso para prospectar projetos na área de gás.

Em relação ao setor de saneamento, o novo marco regulatório ainda não foi enviado ao Congresso pelo

governo. Ainda possui várias dúvidas para os afluentes de rios que ultrapassam vários municípios. Os técnicos da Petros estão acompanhando o tema. Como sempre, investimento nessa área dependerá da aprovação de regras claras e seguras para os investidores, que ofereça rentabilidade compatível com a relação risco / retorno e as necessidades da Petros.

No caso das oportunidades de investimento que se utilizem as regras das Parcerias Público Privadas, que estão em processo de ajustes finais, todos os projetos serão obrigatoriamente apresentados para deliberação do Conselho Deliberativo da Petros. Mantemos a avaliação de que poderá surgir oportunidades lucrativas e de baixo risco potencial realizadas por intermédio das Parcerias Público Privadas (PPPs) para investidores de longo prazo, como é a característica de um Fundo de Pensão.

Como veículo de ingresso em projetos de infra-estrutura, sugere-se a adoção pela Petros de instrumentos cuja rentabilidade básica seja semelhante à renda fixa e que esteja adequado às restrições de liquidez.

Benchmark: NTN-B de longo prazo + 1,5%aa.

3.4 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE IMÓVEIS

Dando prosseguimento ao que fora aprovado no Plano de Enquadramento da Petros e na Política de Investimentos do ano anterior, propomos a continuidade do processo de reavaliação da toda a carteira de empreendimentos imobiliários, incluindo processos de gerenciamento interno, dando continuidade no processo de execução da política de revalorização/desmobilização de acordo com a performance esperada para os próximos anos. Essa política privilegia os investimentos em imóveis através de instrumentos do mercado de capitais, como é o caso dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI - ou Fundos de Investimento em CRI ou CCI. Neste caso, o Certificado oferece como garantia um imóvel, o aluguel, ou a prestação de um financiamento imobiliário (que pode já estar pronto - performado - ou em fase de construção - não performado), mas a rentabilidade recebida pela Petros tem características de renda fixa, sendo independente dos resultados correntes do empreendimento.

Dessa forma, a carteira de imóveis na metodologia que é usada pela SPC tende a ficar estável ou apresentar queda nos próximos anos. Para efeito de classificação da SPC, os CRIs são classificados como renda fixa

Benchmark: NTN-B de longo prazo.

ALOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Segmento	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010 Máximo
Carteira Total	7,38	2,50	8,00
Carteira de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00
Carteira de Aluguéis e Renda	5,89	0,00	7,00
Carteira de Fundos Imobiliários	1,50	0,00	2,00
Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00

3.5 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Dadas as complexidades do empréstimo imobiliário, propusemos que tal sub-segmento fosse implementado através de parcerias que reduzissem ao máximo os custos de aquisição da casa própria para os participantes da Petros e não colocassem em risco a segurança do patrimônio da Fundação no longo prazo. De fato, já foi assinado acordo com a Caixa Econômica Federal para a oferta desse tipo de empréstimo, restando para ser finalizado a assinatura de acordos operacionais com as patrocinadoras que poderão oferecer esse tipo de empréstimo.

No caso dos empréstimos comuns, continuaremos a política de oferecer a menor taxa possível permitida pela legislação (meta atuarial mais custos administrativos), que favorece ao tomador do empréstimo sem colocar em risco a rentabilidade necessária para o cumprimento das obrigações com os beneficiários da Petros. Hoje, a Petros oferece as melhores condições para empréstimo, em termos de taxa, volume e prazo, quando comparado a outras fundações e ao sistema bancário.

Benchmark: Meta Atuarial.

3.6 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

São permitidas operações com derivativos com o objetivo de otimizar a rentabilidade e diminuir o risco a que estão expostas as carteiras de renda fixa e renda variável em bolsa de mercadorias e de futuros e mercado de balcão organizado desde que na modalidade "com garantia". Os limites utilizados para o uso de derivativos devem respeitar os limites estabelecidos pela Resolução CMN 3.121/03 e demais instruções complementares a ela.

4 LIMITES PARA INVESTIMENTOS PARA A EMISSÃO E/OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

A Petros estabeleceu que os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica devem respeitar os limites legais estabelecidos pela Resolução CMN 3.121/03 e demais instruções e regulamentações complementares a ela.

5 CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO DE GESTORES DE RECURSOS

Metodologia para estabelecer limites de gestão para fundos de renda fixa

5.1 PRÉ-SELEÇÃO DE GESTORES

As empresas gestoras a serem consideradas para a concessão de limites deverão possuir um volume mínimo de recursos administrados para entrarem em qualquer processo de análise. Empresas gestoras com volume inferior ao limite estabelecido pela Petros serão au-

tomaticamente excluídas do processo de concessão de limites. Este volume será fixado em 1,5% do patrimônio da Petros. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.

5.2 LIMITE PRELIMINAR DE VOLUME PARA GESTÃO DE FUNDOS DE RENDA FIXA

Nesta etapa serão considerados apenas os gestores pré-qualificados na etapa 1.

O limite preliminar máximo de gestão será então estabelecido, tomando-se o menor dentre os fatores, a saber:

- 30% do volume administrado excluindo recursos da Petros;
- 5,0% do patrimônio da Petros no caso de Gestores que já administram recursos da Petros.

5.3 ANÁLISE DE PERFORMANCE, DUE DILIGENCE E CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Os limites preliminares sugeridos na etapa 2 estarão sujeitos a redução ou aumento a partir de "rating interno Petros", que representa o "grau de confiança" da Fundação em operar com cada instituição. Os limites finais a serem estabelecidos serão baseados em uma análise quantitativa e qualitativa que abordam três etapas:

5.3.1 PROCESSO DE DUE DILIGENCE

Nesta etapa procurar-se-á obter informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes.

5.3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DA PERFORMANCE DOS GESTORES

Ao analisar a performance dos gestores será necessário separá-los em dois grupos, a saber:

- Gestores que já administram fundos da Petros e
- Gestores que não administram fundos da Petros

Na primeira situação, estar-se-á comparando a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da Petros. A comparação entre gestores é realizada através de histórico de rentabilidade e risco, da composição das carteiras e dos regulamentos e perfis dos fundos.

No segundo caso dever-se-á comparar um grande número de fundos no mercado para tentar obter um indicador da qualidade de gestão. Qualquer medida, neste caso, é apenas uma aproximação da capacidade de gestão "real" e, portanto, os resultados desta análise deverão ser encarados dentro de um contexto, sem representarem um critério automático de exclusão ou inclusão de gestores.

5.3.3 CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais



gestores têm estrutura operacional, técnica e gerencial adequadas e que exibem performance considerada superior, segundo os parâmetros definidos pela equipe da Petros.

Atualização dos limites de gestão

O prazo de vigência dos limites propostos pela metodologia será trimestral, ou seja, a atualização dos mesmos será trimestral. Os limites poderão ser reduzidos (ou até cancelados) a qualquer momento, como decorrência de:

- performance insatisfatória;
- aumento da percepção do risco da empresa gestora pela equipe da Petros;
- descumprimento do mandato concedido pela Petros para administração de fundos.

CrITÉrios de escolha de Corretoras

- 1) Volume financeiro mensal total transacionado, em valores absolutos e em proporção ao mercado, no último ano (eliminatório);
- 2) Se trabalha com operadores autônomos;
- 3) Taxa de devolução de corretagem mínima (eliminatório);
- 4) Operações com a carteira própria;
- 5) Contatos telefônicos entre operadores gravados (eliminatório);
- 6) Qualidade das análises de empresas ("Equity Research");
- 7) Qualidade das análises macroeconômicas ("Macro Research");
- 8) Qualidade do serviço prestado à mesa de operações;
- 9) Posse de certificados de qualidade (ISO, etc).
- 10) A revisão da avaliação das corretoras é feita pelo Comitê de avaliação de corretoras (COMAV), que possui composição multigerencial, com periodicidade trimestral.

6 ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇO ÓTIMA

São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento da Petros.

As decisões de alocação dependerão fundamentalmente do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada.

As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que inicialmente avalia o tipo do risco de crédito envolvido no desenvolvimento do investimento. Procede-se a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário

e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira; adequação do fluxo de caixa, além da responsabilidade social do investimento.

A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado pelo Diretor Financeiro e de Investimentos, (coordenador, sem direito a voto), e mais 6 membros, dos quais dois representam diretamente as principais patrocinadoras, um representa os participantes (sendo indicado pelos conselheiros eleitos pelos participantes) e três representam as gerências técnicas da Petros. Este comitê tem como objetivo avaliar e recomendar os investimentos relacionados abaixo:

- ✓ FIP (Fundo de Participações);
- ✓ FMIEE (Fundo de empresas emergentes);
- ✓ Participações em SPEs;
- ✓ Participações acionárias com acordo de acionistas;
- ✓ Imóveis;
- ✓ Fundos de Investimentos Imobiliários;
- ✓ Certificados de Recebíveis Imobiliários; Cédulas de Crédito Bancário;
- ✓ Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios; Cédulas de Crédito Imobiliário; Cédula de Crédito Bancário; Debêntures e Demais Valores mobiliários de Renda Fixa de emissão de S.A., com prazos superiores a 3 anos;
- ✓ Outros investimentos, a critério do coordenador.

No caso dos investimentos considerados de alta liquidez, em especial as ações negociadas na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações técnicas são submetidas à decisão do Comitê de Aplicações de Curto Prazo, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria Financeira e de Investimentos, menos a Gerência de Participações, responsável pela administração das participações da Petros em investimentos de longo prazo, que envolve informações consideradas sigilosas pela Lei de SA e, portanto, não pode correr o risco de divulgá-la a outras instâncias de decisão da Fundação.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os princípios norteadores da decisão de alocação da Petros em investimentos de longo prazo elencados abaixo, tem como objetivo formar uma carteira que permita atingir uma relação risco / retorno / liquidez que permita a Petros cumprir da forma mais segura seu maior objetivo: pagar os benefícios aos quais têm direito seus participantes.

Sendo assim, a prospecção de novas oportunidades de investimento, mormente em projetos que tenham forte impacto econômico e social, não pode prescindir da segurança, conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sob uma perspectiva de longo prazo

Desta feita, listam-se abaixo os princípios que na Petros norteiam a decisão de alocação de recursos em investimentos de longo prazo:

1. *Responsabilidade social.* Investir em projetos/empresas que primem pelo respeito e observância das melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade social (pontos indicados no **Anexo 4**), ou seja, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade da implantação e/ou operação do investimento e maximizem o bem-estar social, gerando rentabilidade compatível com as características do empreendimento. Empresas devem ser geridas seguindo boas práticas de governança corporativa (Anexo 6).

2. *Segurança.* Ingressar em investimentos que contenham uma estruturação de garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital para a Petros;

3. *Liquidez.* A Petros, como qualquer agente que tem um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez imediata. Ainda assim, é fundamental desde o ingresso no investimento estabelecer a(s) possível(is) estratégia(s) de desinvestimento, mesmo que no longo prazo. Desta feita, é necessário buscar-se ativos que tenham um horizonte de desinvestimento compatível com o perfil intertemporal de obrigações da Petros;

4. *Rentabilidade.* Práticas e avaliações socialmente responsáveis por parte dos analistas da Petros requerem introduzir nas decisões de investimentos

parâmetros que levem em consideração o impacto do empreendimento no bem-estar dos seus participantes hoje e no período de usufruto dos benefícios. A métrica para a determinação da máxima rentabilidade vis a vis o risco do investimento ajustada ao impacto sócio-ambiental, que reflete na vida dos participantes, ainda está sendo melhor elaborada pelos analistas da Petros e do mercado financeiro. Mas é importante salientar que a relação risco / retorno utilizada pelos analistas da Petros e pelo Comitê de Investimentos tem procurado incorporar cada vez mais os possíveis impactos sobre a vida dos participantes. Por exemplo, alguns investimentos podem ampliar o bem-estar dos participantes dos planos de benefício de forma indireta, ao proporcionarem um maior nível de desenvolvimento à região na qual seus participantes se concentram ou mesmo a todo o país. Portanto, sempre as condições de risco e retorno serão levadas em consideração, ajustadas ao impacto de responsabilidade social do investimento. Não obstante, o piso de rentabilidade compatível com o compromisso fiduciário dos gestores dos recursos é a meta atuarial de IPCA mais 6% ao ano.

5. *Ampliar a diversificação de investimentos no portfólio da Petros.* Tal ampliação se faz necessária frente à contínua queda da taxa de juros básica no país. Frente à expectativa de manutenção de patamares baixos de taxas de juros no longo prazo (ver cenário macroeconômico no **Anexo 1**), a ampliação dos recur-

Rentabilidade Real Esperada da Carteira da Petros

	2006	2007	2008	2009	2010
1 Renda Fixa	7,45%	7,20%	6,96%	6,71%	6,46%
1.1 Carteira de R F com baixo risco de crédito	7,50%	7,25%	7,00%	6,75%	6,50%
1.2 Carteira de R F com médio/alto risco de crédito	1,45%	1,45%	1,45%	1,45%	1,45%
1.3 Derivativos de R F					
2 Renda Variável	12,90%	12,39%	10,89%	9,36%	8,48%
2.1 Carteira de Ações em mercado	13,00%	12,50%	11,00%	9,00%	8,00%
2.2 Carteira de Participações	12,00%	11,50%	10,00%	12,00%	12,00%
2.4 Derivativos de Renda Variável	NA	NA	NA	NA	NA
2.3 Carteira de RV - Outros Ativos					
3 Imóveis	3,83%	3,83%	3,83%	3,83%	3,83%
3.1 Carteira de Desenvolvimento					
3.2 Carteira de Aluguéis e Renda	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
3.3 Carteira de Fundos Imobiliários	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários					
4 Empréstimos e Financiamentos	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4.1 Carteira de Empréstimos e Participantes	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Rentabilidade Total	8,51%	8,36%	7,91%	7,39%	6,96%



so carreados à carteira de projetos ligados à infraestrutura, Fundos de Participação (*private equity*), fundos de empresas emergentes (*venture capital*), fundos mezanino (que mesclam renda fixa com renda variável), dentre outros, mostra-se como uma decisão racional de alocação ótima de recursos para maximização do retorno diante um mesmo risco total da carteira de investimentos da Petros.

6. **Diversificação setorial.** Com o propósito de diversificar o risco, os investimentos em Fundos de Participação, Empresas de Propósito Específico, Debêntures, ou outro veículo de investimento de longo prazo selecionados pela Petros terão como parâmetro a diversificação setorial.

8 RESULTADOS ESPERADOS

a. Obtenção de uma rentabilidade suficiente para superar a meta atuarial;

b. Adequar o posicionamento relativo da Petros para um cenário de juros básicos reais menores que 10%aa no médio prazo e menores que 6%aa no longo prazo;

c. Adequação intertemporal do perfil dos fluxos derivados dos ativos e passivos da Petros.

9 AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

Concentram-se basicamente em apontar as formas pelas quais a Petros busca controlar o risco de suas alocações de recursos em renda variável e em participação permanente.

Para todas as carteiras, foi adotado a partir de 2004 o cálculo da Divergência Não Planejada - DNP (*ou Tracking Error*) como uma medida de controle da divergência não planejada entre o resultado efetivo de uma carteira e a taxa mínima atuarial, conforme exigido pelo art. 58 da Resolução CMN 3.121, de 25 de setembro de 2003.

A adoção de tal medida de risco, entretanto, poderá ser complementada por outras que sejam adequadas aos controles e gerenciamento do riscos dos diversos tipo de investimentos da carteira de um fundo de pensão, como, por exemplo, o VaR, que mede a perda potencial em determinado prazo e dentro de um certo intervalo de confiança, no caso dos fundos multimercados.

Para classificação do risco de crédito de instituições financeiras e não financeiras a Petros utilizará para a tomada das decisões os ratings estabelecidos pelas seguintes agências:

- ✓ Austin Asis;
- ✓ Fitch Rating;
- ✓ LF Rating;
- ✓ Lopes Filho & Associados;
- ✓ Moody's;
- ✓ SR Rating; e,
- ✓ Standard & Poor's.

A Petros irá considerar como baixo risco de crédito as seguintes notas:

Agência Classificadora de Risco	Ratings considerado como baixo risco
Austin Rating	Entre AAA e BBB
Fitch Rating	Entre AAA (bra) e BBB- (bra) / Entre F1(bra) e F3-(bra)
LF Rating	Entre AAA e BBB'
Lopes Filho & Associados (RiskBank)	Baixo risco para longo prazo, Baixo risco para médio prazo e Baixo risco para curto prazo
Moody's	Entre Aaa.br e Baa3.br / Prime-1 e Prime-3
SR Rating	Entre brAAA e BBB / sr AA e sr A
Standard & Poor's	Entre brAAA e brBBB- / Entre brA-1 e brA-3

No caso do risco de crédito de instituições financeiras e de gestores de renda fixa, há uma reavaliação trimestral feita pelo Comitê multigerencial de Risco de Crédito, cujo resultado é enviado à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da Petros.

10 COMUNICADO AO PARTICIPANTE

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar, através da Resolução CGPC Nº 07, de 4 de Dezembro de 2003, estabeleceu as informações mínimas que à política de investimentos dos recursos dos planos de benefícios

administrados pela entidade fechada de previdência complementar deve conter e o modelo que deve ser encaminhada para seus participantes e assistidos e para a Secretaria de Previdência Complementar, esta versão encontra-se no Anexo 5 desta Política de Investimentos.

Além dessa informação obrigatória, como já é feito desde 2003, toda a Política de Investimento será disponibilizada na página da Petros na Internet. Todo o participante que desejar receber a Política de Investimento integral na forma impressa, poderá requisitá-la junto à Petros.

ANEXO 1 - Cenário Macroeconômico

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB (%)	2,9	4,1	3,9	4,2	4,3	4,5	4,5
Superávit Primário	4,8	4,3	4,5	4,3	4	3,75	3,5
Dívida Líquida	51	50,0	48,8	47,0	44,6	41,8	39,1
Selic Média	19,1	16	15,25	15	13,75	12,5	11,75
IPCA	5,6	4,6	4,1	4,7	4,5	4,5	4,5
Juros Reais (ex-post)	11,7	10,4	10,5	9,8	7,7	7,7	6,2
Risco País (Embi)	314	298	283	226	224	200	180
Taxa Média de Câmbio	2,18	2,32	2,50	2,72	2,89	3,06	3,19

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB (%)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Superávit Primário	3	3	2,5	2	1,5	1,5	1
Dívida Líquida	36,6	33,9	31,5	29,6	28,0	26,5	25,4
Selic Média	10,5	9,5	9	8,75	8,5	8,5	8,5
IPCA	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Juros Reais (ex-post)	5,8	4,8	4,8	4,3	4,3	4,3	4,3
Risco País (Embi)	180	180	180	180	180	180	180
Taxa Média de Câmbio	3,30	3,38	3,47	3,54	3,61	3,68	3,75

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PIB (%)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Superávit Primário	0,5	0	0	0	0	0	0
Dívida Líquida	24,9	24,8	24,8	24,8	24,7	24,7	24,6
Selic Média	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5
IPCA	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Juros Reais (ex-post)	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Risco País (Embi)	180	180	180	180	180	180	180
Taxa Média de Câmbio	3,83	3,90	3,98	4,06	4,14	4,22	4,31

ANEXO 2 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa

No ano de 2005, a Petros passou a adotar novo modelo de gestão terceirizada em renda fixa. Como princípio geral, busca-se manter em gestão interna os recursos necessários aos desembolsos líquidos da Petros para os próximos dois anos. Dos recursos restantes, parte é direcionada à gestão terceirizada em fundos

moderados e parte em fundos multimercado, ambos com taxas de retorno esperadas mais altas que aquelas que atualmente vigem aos gestores que fazem a gestão terceirizada dos ativos da Petros.

Abaixo apresentamos esquematicamente o modelo de gestão:

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fis Nº 24

3408-3

Doc. _____

Resumo do Mandato

Mandatos gestores terceirizados - Moderado

Tx. Adm. AA	Tx. De Perform. AA	Benchmark	Meta de Rentab.	Perform. Mín. Mês	Perform. Mín. Sem.	Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa	Limites de Risco	
0,130%	15%	102% Selic	105% Selic	50% Selic	90% Selic	LIMITE SIM	VAR<0,30% STRESS MÁX 2,5%	Até 100% Título Público Federal; até 25% CDB de baixo risco; Derivativos: Juros, Câmbio

Mandatos gestores terceirizados - Multimercado

Tx. Adm. AA	Tx. De Perform. AA	Benchmark	Meta de Rentab.	Perform. Min. Mês	Perform. Min. Sem.	Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa	Limites de Risco	Resumo do Mandato
0,130%	20%	104% Selic	108% Selic	20% Selic	80% Selic	LIMITE SIM	Em análise	Até 100% Tít. P. Federal; 25% CDBs; Derivativos: Juros, Câmbio, Bolsa e Renda Variável não Direcional

A Petros avalia a gestão terceirizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo:

$$n[IC] = n[IS] * 20\% + n[IT] * 10\% + n[IVA] * 10\% + n[IR] * 60\%$$

onde:

- Índice de Sharpe [IS]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco;

- Índice de Treynor [IT]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercado;

- Índice de Valor Adicionado [IVA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade

de variação deste retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercado; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e,

- Índice de Rentabilidade [IR]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.

Além da eficiência em relação à rentabilidade, as Gerências de Administração Financeira e Operações de Mercado, auxiliadas pela instituição custodiante, acompanham diariamente os gestores terceirizados no sentido de verificar o cumprimento dos limites previstos pela Regulamentação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, quanto às operações com derivativos e aos limites e às condições de atuação nos correspondentes mercados (atualmente estipulados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional no 3121, de 25 de setembro de 2003).

ANEXO 3 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social

Neste anexo propomos um aperfeiçoamento da metodologia de avaliação de investimentos que deverá ser introduzida nas práticas das equipes da Petros de forma gradual mas irreversível, com o objetivo de solidificar os princípios de responsabilidade social como métrica de precificação dos ativos das carteiras da Fundação.

Descrição da Nova Metodologia

Essa metodologia para a avaliação da responsabilidade social de empresas e investimento vem sendo amplamente discutida e analisada pela Petros. Ela está fundamentada em estudos, conceitos e metodologias elaboradas por vários estudiosos do setor. Ela tenta utilizar o que há de melhor para avaliação de responsabilidade social e se ajustar às características de cada investimento de maneira a tornar os resultados em ferramentas concretas para as decisões de alocação de recursos.

Em razão da necessidade de incorporar a avaliação do impacto social em diferentes tipo de investimento, esta metodologia tem como base três focos principais: avaliação das empresas para a carteira de ações, análise das empresas que a Petros tem participação e análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos).

1 Avaliação de empresas que a Petros tem participação

No intuito de avaliar o grau de aderência às práticas de responsabilidade social das empresas da carteira de participações, a Gerência de Participações construiu uma ferramenta de classificação através dos indicadores de responsabilidade social relacionados abaixo:

- 1) Valores e Transparência: Compromissos Éticos, Relação com Concorrência e Balanço Social;
- 2) Público Interno: Gestão Participativa, Compro-

misso com o desenvolvimento Profissional, Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho, Ofe-
recimento de Plano Previdenciário, Preparação para a
Aposentadoria, Comportamento relativo às Demissões,
Ações Trabalhistas e Relacionamento com Represen-
tantes dos Trabalhadores;

3) Meio Ambiente: Gestão do Impacto ao Meio
Ambiente e racionalização do uso de recursos, Educa-
ção ambiental e desenvolvimento sustentável, Respon-
sabilidades ambientais dos executivos e gerentes e
Passivo ambiental ou falta de licenças ambientais;

4) Fornecedores: Critérios de seleção e avaliação
de fornecedores e apoio ao desenvolvimento de for-
necedores;

5) Clientes: Política de comunicação comercial e
atendimento e Conhecimento dos danos potenciais
de produtos e serviços

6) Governo e Sociedade: Ações sociais e estímulo
ao voluntariado, Contribuições para campanhas polí-
ticas, Práticas anti-corrupção e propina e Ações soci-
ais e práticas de não discriminação.

2 Avaliação das Empresas para a Carteira de Ações

Através de estudos de desempenho das ações das
empresas que estão divulgando seus balanços sociais,
verificou-se que o mercado brasileiro valorizou estas
empresas em 2004 e 2005. Desse modo, esta Política
de Investimentos indica que seja dada preferência a
investir-se em ações de empresas que se destaquem

em investimentos sociais. Para verificar que empresas
estão se destacando em investimentos sociais serão
utilizados os seguintes índices:

- ISI - Indicador Social Interno = investimentos
sociais interno/ receita líquida
- ISE - Indicador Social Externo = investimentos
sociais externos/ receita líquida
- ISA- Indicador Social Ambiental = investimen-
tos sociais ambientais / receita líquida
- IST - Indicador Social Tributos = pagamentos
de tributos/ receita líquida
- ISG- Indicador Social Geral = consolidação dos
indicadores sociais acima

3 Análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos)

Esta Política de Investimentos deu um enfoque
especial para os novos investimentos que devem ser
feitos exclusivamente em empreendimentos que cum-
pram plenamente os requisitos de responsabilidade
social.

Para evitar indevida comparação entre empreen-
dimentos com porte distintos, verificadas nas ofertas
concretas de investimento recebidas pela Petros nos
últimos anos, que poderiam causar análises impreci-
sas, as propostas de novos investimentos foram divi-
didas em três grandes grupos: projetos, empresas de
médio porte e empresas de grande porte. Abaixo se-
guem os indicadores que serão utilizados em cada um
dos grupos.

Indicador	Projeto	Médio Porte	Grande Porte
Indicadores de Desempenho Econômico			
Competitividade Nacional	Sim	Sim	Sim
Geração de Empregos	Sim	Sim	Sim
Concorrência Desleal	Não	Não	Sim
Indicadores de Desempenho Ambiental			
Impactos ambientais	Sim	Sim	Sim
Combate ao desperdício de matérias-primas	Sim	Sim	Sim
Autuações Ambientais	Não	Sim	Sim
Indicadores do Corpo Funcional			
Relação entre número de terceirizados / Força Total de trabalho	Sim	Sim	Sim
Benefícios sociais internos	Sim	Sim	Sim
Reclamações trabalhistas	Não	Sim	Sim
Rotatividade da mão-de-obra	Não	Sim	Sim
Número de empregados acima de 40 anos	Não	Não	Sim
Histórico de não cumprimento de acordos coletivos	Não	Não	Sim
Indicadores de Cidadania Empresarial			
Elaboração de Balanço Social ou Similar	Não	Sim	Sim
Código de Ética	Não	Sim	Sim
Seleção e contratação de fornecedores	Não	Sim	Sim
Projetos Sociais Externos	Não	Sim	Sim
Prêmios Recebidos	Não	Não	Sim



No caso dos Fundos de Investimentos em Participações, seus regulamentos devem conter cláusulas onde somente serão realizados investimentos em empresas que assumam expressamente os seguintes compromissos:

- Estar adequadas às normas de controle ambiental, observando inclusive os Princípios do Equador;
- Não utilizar trabalho infantil ou escravo; checando o controle sobre serviços terceirizados.
- Analisar planos que procurem minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades;
- Sugerir planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e,
- Atuar com boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível o seu capital humano.

O comportamento da empresa frente a esses indicadores será comparado aos seus pares de mercado,

para que as características setoriais sejam devidamente assimiladas pela metodologia.

Seguir cada vez mais rigidamente as métricas indicadas acima será a melhor forma de alocarmos os recursos da Petros, pois estaremos preservarmos totalmente os interesses dos participantes da Fundação ao exigirmos que a rentabilidade gerada pelos empreendimentos seja sustentável no longo prazo.

Para que as empresas e demais gestores de investimento de mercado assimilem de maneira definitiva a decisão, mas que tenham oportunidade concreta de se adaptarem à nova realidade da Petros, recomendamos que seja informado publicamente ao mercado a decisão de não mais investir em empresas que não cumpram, no final dos próximos três anos, os critérios mínimos de boas práticas de responsabilidade social apontados pela metodologia apontada acima.

ANEXO 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03

Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações à SPC

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar :	Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - cód. 00655
2. Exercício :	2006
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembléia :	Ata xxx de 20/12/2005
4. Plano de Benefício :	Planos de Benefício Definido Petros/ Empresas Privatizadas
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício :	Indexador - IPCA / Taxa de Juros - 6% aa (seis por cento ao ano)
6. AETO - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado :	Ricardo Malavazi Martins
6.1. Renda Fixa:	Ricardo Malavazi Martins
6.2. Renda Variável:	Ricardo Malavazi Martins
6.3. Imóveis:	Ricardo Malavazi Martins
6.4. Financiamentos:	Ricardo Malavazi Martins
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes :	(x) Meio Eletrônico (x) Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.121/2003

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação (Inciso I, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)		9. Diversificação (Inciso III, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)
	Lim.Inf(%)	Lim.Sup(%)	
K.1 Renda Fixa	30,00	80,00	Obedecendo Resolução CMN nº 3.121/2003
K.1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	30,00	80,00	Além de respeitar os artigos referentes aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.121/03, a carteira de renda fixa gerida internamente poderá fazer aplicações em Títulos Públicos Federais e Títulos Privados de emissão de empresas não financeiras consideradas como "Baixo Risco de Crédito". Os Títulos de Emissão de Empresas Financeiras poderão ser adquiridos pelos Fundos Exclusivos da Petros que são administrados por terceiros. Não serão feitas aplicações em títulos emitidos por Estados e Municípios.
K.1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	0,00	1,55	A Petros não irá investir em novos títulos considerados como médio/alto risco de crédito.
K.1.3 Derivativos de Renda Fixa	0,00	conforme legislação vigente	As operações com derivativos têm como objetivo otimizar a rentabilidade e diminuir o risco da carteira de renda fixa.
K.2 Renda Variável	20,00	50,00	Obedecendo Resolução CMN nº 3.121/2003
K.2.1 Carteira de Ações em Mercado	17,00	47,00	Além de obedecer a Resolução CMN nº 3.121/2003, a Petros continuará com a estratégia de manutenção de uma carteira que tem como objetivo de superar o IBrX - 50 e outra que tem como objetivo gerenciar a participações estratégicas de longo prazo em algumas empresas.
K.2.2 Carteira de Participações	3,00	7,00	A Petros pretende aumentar as suas posições em projetos de infra-estrutura através de Fundos ou via operações estruturadas que tragam taxas de retorno atrativas e um risco baixo.
K.2.3 Carteira de RV - Outros Ativos	0,00	1,96	Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003
K.2.4 Derivativos de Renda Variável	0,00	conforme legislação vigente	As operações com derivativos têm como objetivo otimizar a rentabilidade e diminuir o risco da carteira de renda variável. Podem ser utilizados derivativos de renda variável para se gerar um retorno de renda fixa
K.3 Imóveis	2,50	8,00	Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003 e ao Plano de Enquadramento da Petros apresentado a SPC em 10/11/2003 e reapresentado em 16/01/2004
K.3.1 Carteira de Desenvolvimento	0,00	0,00	A Petros não estará investindo neste segmento
K.3.2 Carteira de Aluguéis e Renda	0,00	7,00	Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003
K.3.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,00	2,00	Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003 e ao Plano de Enquadramento da Petros apresentado à SPC
K.3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	A Petros não estará investindo neste segmento
K.4 Empréstimos e Financiamentos	3,50	10,00	Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003
K.4.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	3,50	10,00	Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003
K.4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	0,00	0,00	Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003

ANEXO 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC N° 07/03

		Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		Informações à SPC	
		Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - cód. 00655			
1. Entidade Fechada de Previdência Complementar :					
2. Exercício : 2006					
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia : Ata xxx de 20/12/2005					
4. Plano de Benefício : Planos de Benefício Definido Petros/ Empresas Privatizadas					
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício : Indexador - IPCA / Taxa de Juros - 6% aa (seis por cento ao ano)					
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado : Ricardo Malavazi Martins					
6.1. Renda Fixa: Ricardo Malavazi Martins					
6.2. Renda Variável: Ricardo Malavazi Martins					
6.3. Imóveis: Ricardo Malavazi Martins					
6.4. Financiamentos: Ricardo Malavazi Martins					
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes : (x) Meio Eletrônico (x) Impresso					
10. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos (Inciso VII, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) O cenário macroeconômico, tido como o mais provável, aponta para um ritmo de crescimento de aproximadamente 4% em 2006 e para os anos seguintes. Em relação a taxa de juros real acreditamos na sua manutenção no patamar de 10% a.a. no curto prazo, tendo um decréscimo significativo a partir de 2009, ou seja, acreditamos na manutenção em níveis elevados da taxa de juros entre o período de 2006 a 2008. Dado o cenário macroeconômico esperado, o processo de escolha de setores-alvo para investimentos privilegiará os setores que tem forte correlação com o crescimento econômico, como por exemplo infra-estrutura, renda variável e títulos de renda fixa privados (ou na forma de fundos), reduzindo o montante alocado em títulos do Tesouro federal diante da expectativa de redução das taxas reais de juros no longo prazo.					
11. Objetivos da gestão (Inciso II, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) Para os próximos 60 meses, apesar do Plano Petros - Sistema Petrobras alcançar um maior grau de maturidade, a liquidez requerida dos ativos não deverá representar restrição para maiores investimentos de longo prazo. A meta de rentabilidade real (além do IPCA) perseguida será, no cenário mais provável, de 9,89% em 2006, 9,28% em 2007, 8,46% em 2008, 7,90% em 2009 e 7,19% em 2010. A política de gerenciamento de risco usará vários métodos de mitigação do risco, incluindo a diversificação setorial, diversificação corporativa e por tipo de investimento, privilegiando investimentos com baixo custo de governança.					

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls Nº	026
3408	
Doc.	

ANEXO 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC N° 07/03

Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações à SPC	
13. Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação externa dos ativos (inciso V, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) Todos os investimentos são precificados pelo Sistema Policentro, que fornece um relatório contendo rentabilidade diária, mensal e anual comparativa entre os fundos da Petros. A Petros avalia a gestão terceirizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo: $RI[C] = RI[S]*20\% + RI[T]*10\% + RI[VA]*10\% + RI[R]*60\%$, onde: • Índice de Sharpe [IS]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco; • Índice de Treynor [IT]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercado; • Índice de Valor Adicionado [IVA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade de variação de retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercado; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e, • Índice de Rentabilidade [IR]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.	14. Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável (inciso VI, § 11º, Art. 7º do Regulamento Anexo) As empresas escolhidas para a gestão externa de recursos terão que satisfazer os seguintes critérios: - Terem sob sua administração um volume mínimo de recursos; - Serem aprovadas em uma análise de performance e rentabilidades comparativas; um processo de due diligence e uma análise qualitativa feita pela equipe interna da Petros 15. Estratégia de formação de preço - investimentos e desinvestimentos (inciso VI, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento. As decisões de alocação dependerão do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada. As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que separa os ativos em baixo, médio e alto risco de crédito. Procede-se a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira; além da responsabilidade social do investimento. A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado por 7 membros dos quais dois representam diretamente os principais patrocinadores, um representa os participantes e quatro representam a Petros, sendo três com direito a voto. Este comitê tem como objetivos avaliar e recomendar os investimentos principalmente ativos de longo prazo. No caso dos ativos mais líquidos, em especial as ações negociadas com grande liquidez na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações representam diretamente as submissões à decisão do Comitê Interno, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria de Investimentos, menos a de Participações.
16. Definição do padrão de cálculo da divergência não planejada e de controle interno: Atendendo ao exigido no Art. 58 da Resolução 3.121, a Petros adota desde 2004 o tracking error, conforme disposto abaixo, como uma ferramenta de aferição de divergência não planejada entre o valor de suas carteiras e o valor projetado para estas carteiras. O Tracking Error é um conceito que se presta a avaliar a aderência de uma carteira a meta atuarial. Sua definição mais usual é dada pela fórmula: $TE = \sqrt{\frac{1}{T} \sum_{t=1}^T (r_t - r_m)^2}$ onde: r_t é o retorno da carteira; r_m é o retorno da meta atuarial predeterminado e T é o tamanho da amostra.	17. Observações: Todos os métodos de avaliação e controle de risco dos investimentos são constantemente reavaliados no sentido de melhorar a rentabilidade dos ativos da Petros.
12. Responsável, Local e Data Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2006 Local e Data	Roberto H. Grentier - Chefe da Assessoria de Planejamento de Investimentos Responsável (nome e cargo)

ANEXO 5 - Indicadores de Governança Corporativa

c) Possibilidade de questionamento prévio e inclusão de assuntos na pauta de reuniões	Maiores pontuação quanto maior for a abertura para questionamento e flexibilidade de incluir assuntos na pauta.	MB	0,5%	5
d) Organização da Assembleia	Maiores pontuação para assembleias organizadas formalmente (abertura, deliberações e encerramento), com espaço para cada acionista expressar o seu respectivo voto.	MB	0,5%	5
2.2) Direitos dos Acionistas			14,0%	134
a) Existência e qualidade do Acordo de Acionistas	Maiores pontuação para existência de Acordo de Acionistas e detalhamento das informações contidas no mesmo. (Nota: classificação MB depende da qualidade e conteúdo do AA). (Nota: NM, N2 e N1 são no mínimo B pois possuem AA). (Nota: quando a empresa não tem controlador MB = ausência de AA, quando a empresa possui controlador MB = existência de AA)	B	3,0%	24
b) Direito de tag along	Maiores pontuação para tag along de 100% em ONs e PNs (B = 100% ON e 70% PN; R = 80% ON e 70% PN; I = 80% ON)	MB	3,0%	30
c) Quorum qualificado para matérias específicas	Maiores pontuação quanto maior o quorum qualificado.	MB	2,0%	20
d) Direito de voto às ações preferenciais em matérias específicas	Maiores pontuação para direito de voto em matérias como incorporação, cisão e fusão, e aprovação de contratos entre a companhia e empresas do mesmo grupo.	MB	2,0%	20
e) Política de distribuição de dividendos	Maiores pontuação para a existência de uma política, por seu grau de detalhamento e distribuição acima de 25% do lucro líquido.	MB	2,5%	25
f) Histórico de dividendos	Maiores pontuação para histórico positivo de pagamento de dividendos.	MB	1,5%	15
2.3) Proteção do Valor dos Acionistas			7,0%	70
a) Medidas proibitivas do uso de informação privilegiada	Maiores pontuação para medidas proibitivas.	MB	2,0%	20
b) Medidas previstas para a proteção do preço das ações em caso de fechamento de capital ou cancelamento de registro, onde prevaleça o valor econômico também para as ações em circulação	Maiores pontuação para medidas que protegem o preço das ações em caso de fechamento de capital ou cancelamento de registro.	MB	5,0%	50
3) Conselho de Administração			12,5%	125
3.1) Estrutura e Independência			5,5%	55
a) Número de conselheiros e número de conselheiros independentes (não fazem parte da diretoria da empresa)	Maiores pontuação quanto maior a proporção de conselheiros independentes relativo ao número total de conselheiros (CA deve possuir no mínimo 5 membros, sendo 2 independentes). (Nota: o presidente do conselho de administração e da diretoria executiva devem ser diferentes).	MB	1,5%	15
b) Qualificação dos conselheiros	Maiores pontuação para conselheiros com experiência como executivo, formação acadêmica adequada, experiência em análise de relatórios gerenciais, contábeis e financeiros, disponibilidade de tempo (maior pontuação para conselheiros que comparecem, inclusive através de teleconferência, a 100% das reuniões realizadas).	MB	2,5%	25
c) Representatividade dos acionistas no conselho	Maiores pontuação para conselheiros comprometidos com a geração de valor para o acionista.	MB	1,5%	15
3.2) Papel e Desempenho			7,0%	70
a) Regimento Interno	Maiores pontuação para a existência de um regimento interno bem definido, com direito a consulta externa.	MB	1,5%	15
b) Acesso às informações por parte dos conselheiros	Maiores pontuação para empresas que fornecem dados e material aos conselheiros com maior transparência e antecedência necessária (pelo menos 15 dias) para análise dos mesmos.	MB	1,5%	15
c) Auditoria interna e controles internos	Maiores pontuação para a existência de auditoria externa e procedimentos de controles internos.	MB	1,5%	15
d) Frequência das reuniões do conselho	Maiores pontuação para frequência mensal de reuniões do conselho.	MB	1,0%	10
e) Avaliação do Conselho de Administração	Maiores Pontuação para existência de avaliação de conselheiros.	MB	1,5%	15

ANEXO 5 - Indicadores de Governança Corporativa

4) Gestão/Diretoria		26,0%	260
4.1) Estrutura e Independência		4,0%	40
a) Qualificação e experiência dos diretores	Maiores pontuação para diretores/conselheiros com experiência como alto executivo, formação acadêmica adequada, experiência em análise de relatórios gerenciais, contábeis e financeiros.	MB	25
b) Comitês de Assessoria	Maiores pontuação para a existência de comitês que assessoram o conselho de administração e a diretoria executiva, formalmente definidos em regimentos internos ou em estatuto social.	MB	15
4.2) Políticas de Remuneração e de Sucessão (diretoria e conselheiros)		6,5%	65
a) Política de remuneração dos executivos / Transparência da política de remuneração	Maiores pontuação para existência uma política de remuneração (programas de stock options) e sua transparência (Nota: N1, N2 e N3 são obrigados a divulgar programas de stock options)	MB	20
b) Remuneração por desempenho	Maiores pontuação para remuneração variável baseada em EVA ou GVA	MB	20
c) Comitê de remuneração	Maiores pontuação para a existência de um comitê de remuneração independente.	MB	15
d) Planejamento sucessório de executivos	Maiores pontuação para a existência de um plano de sucessão para os executivos da empresa.	MB	10
4.3) Responsabilidade		4,5%	45
a) Compromissos definidos da diretoria com a geração de valor para os acionistas	Maiores pontuação para maior comprometimento da diretoria com a geração de valor para o acionista.	MB	15
c) Política de metas	Maiores pontuação para a existência de política de metas bem definida.	MB	15
c) Planejamento estratégico e plano de negócios	Maiores pontuação para a existência de planejamento estratégico bem definido.	MB	15
4.4) Transparência e Prestação de Contas		7,5%	75
a) Canais de divulgação e qualidade das informações	Maiores pontuação para o maior número de canais utilizados pela companhia para divulgar seus dados (jornais, site corporativo, etc.) e para a qualidade e diversidade das informações contidas nos mesmos.	MB	15
b) Prestação de contas das diretorias	Maiores pontuação para empresas onde a diretoria executiva apresenta informações sobre suas atividades com qualidade e transparências aos conselhos e aos acionistas.	MB	20
c) Código de governança corporativa	Maiores pontuação para existência do código de governança corporativa.	MB	25
d) Código de ética das diretorias	Maiores pontuação para existência de um código de ética das diretorias.	MB	15
5) Relacionamento		3,5%	35
a) Relacionamento da diretoria executiva com os acionistas, conselho fiscal, conselho de administração, auditores independentes, stakeholders, investidores institucionais e instituições fiscalizadoras (externas)	Maiores pontuação para bom relacionamento entre as diretorias, com os conselhos, com os auditores, com stakeholders, com investidores institucionais e com instituições fiscalizadoras. O bom relacionamento inclui: profissionalismo, ética, saber expor ideias e questionar respeitosamente os demais executivos e acionistas da empresa, saber trabalhar em equipe, ausência de conflitos pessoais.	MB	20
b) Relacionamento entre diretoria, conselhos, acionistas, empresa e partes interessadas externas	Maiores pontuação para nenhum vínculo.	MB	15



ANEXO 5 - Indicadores de Governança Corporativa

		11,5%	115	115
5) Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Externa				
a) Processo de eleição e independência	MB	1,0%	10	10
b) Qualificação e competência dos membros	MB	2,0%	20	20
c) Prestação de contas (para o conselho - em caso de comitê - e para os acionistas)	MB	1,5%	15	15
d) Frequência das reuniões	MB	1,5%	15	15
e) Monitoramento do conselho de administração e da diretoria executiva	MB	1,5%	15	15
f) Conselho fiscal permanente "turbinado" como alternativa para atender a seção 301 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige a criação de um comitê de auditoria	MB	2,0%	20	20
g) Critérios de escolha dos auditores externos	MB	1,0%	10	10
h) Relatórios de Auditoria externa	MB	1,0%	10	10
6) Informações Públicas: Transparência e Disclosure		12,5%	121	125
a) Demonstrações financeiras	MB	2,0%	20	20
b) Apresentação aos analistas do mercado de ações	B	2,0%	16	20
c) Relatórios sociais e ambientais	MB	1,5%	15	15
d) Relatórios e informações enviadas aos acionistas	MB	2,0%	20	20
e) Divulgação de informações relevantes	MB	1,0%	10	10
f) Qualidade das informações não-financeiras	MB	2,0%	20	20
g) Qualidade e acesso aos registros da instituição	MB	1,0%	10	10
h) Listado no Novo Mercado ou nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa	MB	1,0%	10	10
TOTAL DE PONTOS CLASSIFICAÇÃO		100,0%	988	1.000
		A		99%

Classificação	Pontos Percentuais
A	90% - 100%
B	76% - 89%
C	65% - 75%
D	abaixo de 65%

Elaborado pelo Setor de Participações Mobiliárias - Gerência de Participações

• ENCARTE ESPECIAL -
revista PETROS - nº 28
• DEZEMBRO 2005



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2006 - 2010

Planos Petros Sistema Petrobras



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1 Objetivos da Política de Investimentos

1.1 Aplicação

1.2 Vigência da Política

2 Avaliação de Cenário Macroeconômico de Curto, Médio e Longo Prazos

2.1 Avaliação do Cenário Internacional

2.2 Avaliação do Cenário Brasileiro

3 Alocação de Recursos

3.1 Alocação global

3.2 Alocação no Segmento de Renda Fixa

3.3 Alocação no Segmento de Renda Variável

3.4 Alocação no Segmento de Imóveis

Alocação de Imóveis (Classificação Resolução CMN 3.121/03)

3.5 Alocação no Segmento de Empréstimos a Participantes

3.6 Operações com Derivativos

4 Limites para Investimentos para a Emissão e/ou Coobrigação de uma mesma Pessoa Jurídica

5 Critérios de Contratação de Gestores de Recursos

5.1 Pré-seleção de Gestores

5.2 Limite preliminar de volume para gestão de fundos de renda fixa

5.3 Análise de Performance, Due Diligence e Critérios Qualitativos

5.3.1 Processo de Due Diligence

5.3.2 Análise comparativa da performance dos gestores

5.3.3 Critérios Qualitativos

6 Estratégia de Formação de Preço Ótima

7 Princípios Norteadores da Alocação de Recursos

8 Resultados Esperados

9 Avaliação e Controle de Riscos

10. Comunicado ao Participante

Anexo 1 - Cenário Macroeconômico

Anexo 2 - Asset Liability Management - ALM 2006

Anexo 3 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa

Anexo 4 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social

Anexo 5 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03

Anexo 6 - Indicadores de Governança Corporativa

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPP	Associação Brasileira de Previdência Privada
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CCB	Cédula de Crédito Bancário
CCI	Cédula de Crédito Imobiliário
CDCA	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPR	Cédula de Produto Rural
CRA	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
CRI	Certificado de Recebíveis Imobiliários
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FIDC	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
FIP	Fundo de Investimentos em Participações
FMIEE	Fundo Mutuo de Investimentos em Empresas Emergentes
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
SPC	Secretaria de Previdência Complementar

O principal fator de mudança em 2005 foi a transição da taxa de juros básica norte-americana de um nível acomodaticio para próximo do neutro (cerca de 4%aa), tendo como pano de fundo níveis recordes de preço de commodities. A princípio, esse movimento foi bem sucedido, sem gerar turbulências nos mercados globais. Por trás desse sucesso estão fatores estruturais que provavelmente não devem ser alterados no curto-prazo. O principal deles se refere à China como fator de excesso de oferta de bens, mão-de-obra e de poupança.

Outra questão importante foi a estabilidade das expectativas inflacionárias nos Estados Unidos, refletida nos títulos indexados à inflação de longo prazo (TIPS), que permitiu o avanço gradual da taxa básica americana, sem gerar turbulência nas economias emergentes.

O movimento de apreciação do dólar em relação ao Euro no primeiro semestre de 2005 refletiu a atratividade de maior crescimento da economia e diferencial de juros em favor dos Estados Unidos em detrimento dos desequilíbrios do déficit em conta corrente e fiscal que ainda persistem.

Oportunamente, os países emergentes foram os que mais se beneficiaram da conjuntura internacional nos últimos anos. Há aproximadamente três anos se iniciou um intenso movimento de procura por risco. Essa tendência surgiu com o período de deflação nos Estados Unidos. A expressiva redução das taxas de juros de curto prazo incentivou a migração do capital para ativos mais ariscados, mas com taxas mais atraentes, como títulos de dívida das principais economias emergentes, intensificando ao longo do tempo para ativos como commodities internacionais e mercados de ações.

Esse período marcado por excesso de liquidez nos países emergentes foi fundamental a fim de melhorar os principais indicadores de vulnerabilidade. Neste contexto, os superávits em transações correntes permitiram a redução das dívidas externa pública e privada, aumentando dessa forma o grau de solvência. Este fato está proporcionando ao longo do tempo uma melhora da classificação de risco desses países.

Adicionalmente, essas economias aproveitaram o impulso internacional apresentando crescimento sólido, inflação moderada, responsabilidade fiscal, ajuste em conta corrente e acúmulo de reservas internacionais. Essa blindagem permite uma maior confiança nos investimentos de longo prazo, mesmo em um cenário com algumas importantes incertezas internacionais. O preço do petróleo ajudou essa conjuntura ao mostrar em 2005 sinais de estabilidade, contrariando análises

de que poderia alcançar patamar próximo aos maiores níveis históricos, acima de US\$ 100 / barril, em termos reais, registrado no início da década de 80, apesar do alto patamar quando comparado há 3 anos.

Assim, os riscos no horizonte mais próximo (incluindo um intenso calendário eleitoral em 2006) não são desprezíveis e ainda há a possibilidade de turbulência. Entretanto, o que se coloca é que as economias emergentes ampliaram em 2005 o "colchão" de liquidez internacional que teria o efeito de reduzir o impacto de possíveis adversidades externas.

Gráfico 1 - Classificação Aareqada dos Países Emergentes



Fonte: FMI e Agências de Risco

2.2 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO BRASILEIRO

O Brasil seguiu muito de perto a tendência de prosperidade das economias emergentes nos últimos anos, especialmente se tomarmos como base os principais indicadores de vulnerabilidade. Os vencimentos da dívida externa pública brasileira para 2006 estão praticamente todos contratados (o tesouro está comprando dólares com seis meses de antecedência) e a dívida externa privada foi reduzida drasticamente. A inserção brasileira na economia mundial em 2005 se mostrou tão positiva que possibilitou uma emissão bem sucedida de títulos do Tesouro brasileiro nos mercados internacionais em moeda local (o Real), um fato histórico inédito.

No entanto, em nossa avaliação, a evolução dos últimos anos da economia brasileira ainda está bastante subavaliada pelos mercados e agências de classificação de risco. O risco brasileiro medido pelo diferencial dos títulos emitidos no mercado internacional e a taxa básica americana, ainda não reflete o momento favorável que a economia se encontra.

Em geral, o argumento utilizado para a manutenção de um nível de risco brasileiro acima do que consideramos "justo" é o tamanho e a composição da dívida interna brasileira. Nesse aspecto, é verdade que o Brasil

não evoluiu muito do ponto de vista estritamente numérico quando comparado a outros emergentes, notadamente Rússia, Venezuela, Equador, Turquia e Argentina, favorecidos, nos quatro primeiros casos, pelos preços do Petróleo, e, no último caso, por renegociação da dívida pública, redução dos serviços oferecidos pelo estado e forte desequilíbrio dos preços internos, que traz uma grande incerteza para a economia Argentina nos próximos anos.

Apesar de não sofrer mais do "pecado original", que era a possibilidade de emissão monetária descontrolada para financiar déficits do Tesouro, a dívida interna brasileira ainda é muito elevada quando comparada a outros países emergentes e possui uma composição demasiada de títulos pós-fixados. Assim, o risco de desequilíbrio macroeconômico ainda tende a ser pago pelo governo, caso haja necessidade de alta nas taxas de juros. Nesse aspecto, a economia brasileira tem muito a avançar nos próximos anos. No entanto, uma única variável não justifica a atual avaliação sobre o risco país.

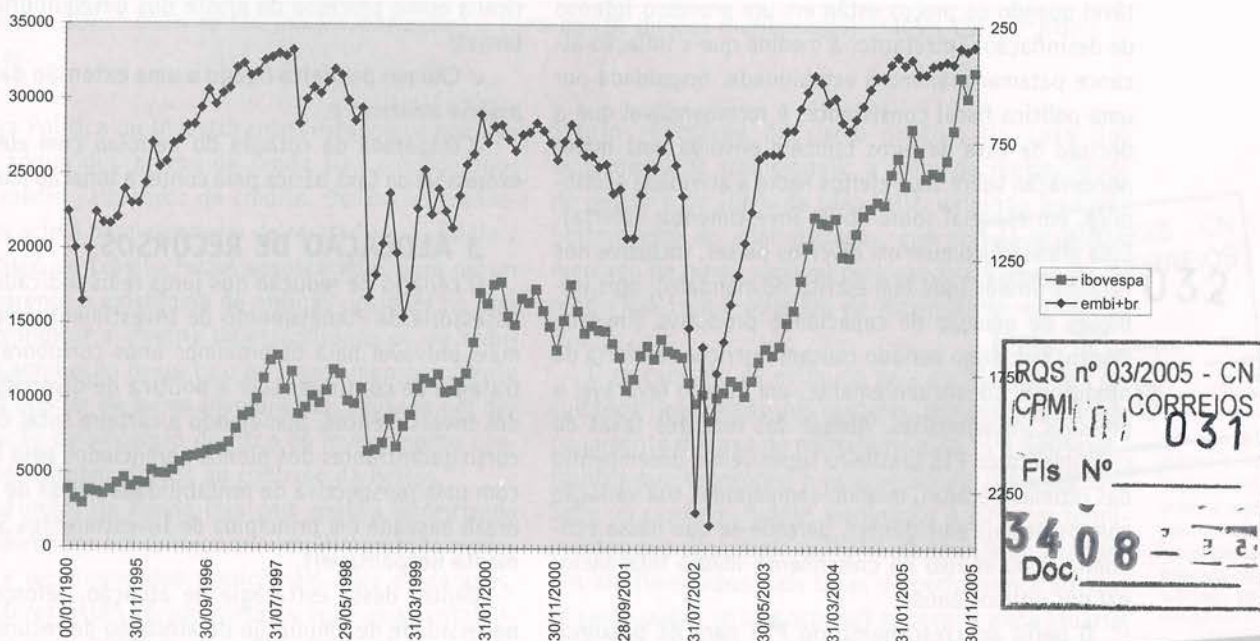
Conseqüentemente, nossa estratégia para os próximos anos tem como perspectiva a possibilidade dos mercados reconhecerem as melhoras já conquistadas dos fundamentos da economia brasileira, com possibilidade de ampliar a atratividade dos investidores estrangeiros em relação aos investimentos no Brasil, em especial em renda variável, tanto na Bolsa de Valores de São Paulo quanto na forma de Fundos de Participação (incluindo infra-estrutura) e Fundos de Empresas Emergentes. Como podemos ver no gráfico abaixo, a melhora da taxa de risco brasileiro tem correlação direta com a melhora dos preços das ações na BOVESPA, fortalecida pela entrada de recursos externos.

A tendência da taxa de juros no Brasil para os próximos anos é de expressiva redução. Provavelmente não encontraremos mais os níveis de taxa de juros reais praticados atualmente (entre 13% e 14%). Intuitivamente, a taxa real de juros da economia brasileira segue em rumo ao seu nível de equilíbrio. Se utilizarmos a teoria econômica da paridade coberta de juros com as hipóteses de nível de risco Brasil de 360 pontos, taxa Libor de 4,9% pontos e desvalorização máxima do real em relação ao dólar de 20%, encontraremos um valor aproximado de taxa de juros de equilíbrio próxima a 10,5% ao ano. Esse número subtraído da inflação de longo prazo brasileira (meta de inflação de 4,5%) fornece a taxa real 6%. Este nível de juro real deve ser entendido como o "justo", tornando o investidor indiferente do ponto de vista financeiro a aplicar no Brasil ou nos mercados globais. A economia brasileira já esteve próxima desse número - a taxa real de juros definida como a diferença entre a SELIC e a projeção de inflação do IPCA para os próximos 7 anos, já alcançou valores próximos de 9%aa em 2004. Portanto, não parece ser um absurdo que com a redução da percepção de risco brasileira e, caminhando para níveis melhores de classificação de risco, a taxa real de juros convirja para esse valor nos próximos anos.

O processo de desinflação já se encontra próximo do fim. A política monetária foi eficiente se utilizarmos como critério a trajetória descendente da inflação - de 17,2% (IPCA em 12 meses) em maio de 2003 para valores próximos de 5,5% no final de 2005.

No entanto, esta trajetória de desinflação teve muita influência da apreciação cambial - a maior contribuição veio dos preços de bens comercializáveis (ou transacionáveis) - de 19,7% para 2,2%. O processo de elevação da taxa de juros também terminou por

IBOVESPA x EMBI BR



desacelerar a atividade econômica (crescimento de 4,9% do PIB em 2004 para 3% em 2005). A intensidade do desaquecimento, apesar de não desejada, permitiu a manutenção de importante superávit em conta corrente, que, adicionado ao diferencial de taxa de juros, acelerou o processo de apreciação cambial, viabilizando a política de rápida acumulação de reservas.

O ano de 2006 não deve apresentar dificuldade para a política monetária alcançar a meta central de 4,5%. Os preços administrados devem, pela primeira vez, crescer abaixo dos preços livres (ou de mercado), possibilitando até uma eventual aceleração de sua inflação. Apesar desse bem-sucedido processo de desinflação, ainda há fatores de risco para a convergência para as metas de inflação.

Os preços dos bens não-comercializáveis, liderados pelo setor de serviço, ainda exibem demasiada persistência. Em 12 meses esse grupo de preços acumula 6,5%, tornando apertada a variação dos demais setores. Não há estudos empíricos consistentes sobre as possibilidades de êxito em um processo de desinflação dos preços dos serviços, mas acredita-se que o principal fator é a manutenção da inflação estável por um longo período. Este é o principal desafio de médio prazo para a política monetária. Outros fatores de risco para a política monetária em 2006 estão associados a uma possível desvalorização cambial ou recomposição de margens agrícolas, seriamente comprimidas nos últimos dois anos (IPA agrícola acumula deflação de aproximadamente 10% em 12 meses).

Outros desafios para o governo e a política monetária para os próximos anos são produzir um crescimento econômico acima de 4%aa e manter a inflação próxima ao centro da meta inflacionária de 4,5% ao ano. Até o momento, notamos que o Banco Central tem focado apenas no processo de desinflação. Essa prática é aceitável quando os preços estão em um processo intenso de desinflação. Entretanto, à medida que a inflação alcance patamar próximo à estabilidade, respaldada por uma política fiscal consistente, é recomendável que a decisão de taxa de juros também envolva uma maior ponderação sobre seus efeitos sobre a atividade econômica, em especial sobre novos investimentos (oferta). Essa prática é comum em diversos países, inclusive nos Estados Unidos (que tem escrito no mandato), pois inibições de geração de capacidade produtiva (investimento) por longo período causam restrições à oferta de produtos e, conseqüentemente, um quadro favorável a pressões inflacionárias. Apesar das recentes taxas de crescimento do PIB brasileiro superarem o desempenho das últimas décadas, quando comparamos sua variação com os demais emergentes, percebe-se que nossa economia ficou abaixo do crescimento médio internacional nos últimos anos.

O perfil do crescimento do PIB para os próximos anos tende a sofrer uma mudança importante. Entre 1999

e 2005 o vigor da atividade foi liderado pelo crescimento do setor de bens duráveis (havia baixa penetração em diversos produtos, assim como consumo reprimido) e pelo aumento das exportações e de investimentos. O crescimento mais recente tem mostrado uma composição diferente que deve permanecer dessa forma pelo menos em 2006: acomodação do investimento e aumento dos rendimentos reais, impulsionando a absorção interna via consumo de bens não-duráveis.

Outra questão importante é a contribuição negativa do setor externo para o PIB. As projeções de balanço comercial para 2006 (R\$ 35 bilhões) mostram que para crescer acima de 2005 a atividade estará dependente da absorção interna.

Encontramos nos atuais indicadores econômicos evidências de que esta retomada do crescimento em 2006 baseada no crescimento interno poderá ocorrer - a massa salarial está em plena recuperação, há uma expectativa maior de gasto público (dentro da meta fiscal) e um início de um estímulo monetário pela queda nos juros básicos desponta parecendo ser mais duradouro do que nos últimos anos.

Por fim, ainda que haja incertezas em relação ao cenário doméstico, acreditamos que o maior fator de risco continua sendo o externo. Enquanto houver a permanência de alta liquidez internacional, há espaço para turbulências internas sem que isso se reflita em queda dos principais indicadores econômicos. Esses casos são acompanhados de expressiva volatilidade, mas a tendência de longo prazo (melhora dos fundamentos econômicos) segue inalterada. Os principais fatores que podem alterar nosso cenário básico de excesso de liquidez são:

- ✓ O estouro da bolha de preços dos imóveis nos Estados Unidos;
- ✓ Uma perda expressiva de fôlego da economia americana como processo de ajuste dos desequilíbrios externos;
- ✓ Choque de oferta ligado a uma extensão da gripe aviária asiática; e,
- ✓ Disparada da cotação do petróleo com elevação expressiva da taxa básica para conter a inflação mundial.

3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O cenário de redução dos juros reais indicado pela Assessoria de Planejamento de Investimentos como o mais provável para os próximos anos corrobora a estratégia de continuar com a política de diversificação dos investimentos, planejando a carteira total dos recursos garantidores dos planos gerenciados pela Petros com uma perspectiva de rentabilidade sólida de longo prazo baseada em princípios de Investimentos Socialmente Responsáveis.

Dentro desta estratégia de atuação, reforça-se a necessidade de ampliação da alocação de recursos em veículos de investimentos - fundos, empresas de pro-

pósito específico, títulos privados, etc - que direcionem seus recursos para financiamento de projetos (incluindo projetos de infra-estrutura) e em operações estruturadas que resultem em instrumentos financeiros de renda variável e/ou renda fixa.

Dessa forma, propomos que a Petros continue implementando uma Política de Investimentos que tem como principal diretriz a ampliação da parcela de investimentos lastreados diretamente em empreendimentos produtivos, reduzindo a parcela dirigida a títulos públicos. Tais investimentos, se feitos por intermédio de veículos bem estruturados, têm uma remuneração esperada mais elevada que a renda fixa

calçada em títulos públicos e estão associados a níveis de risco de mercado mais baixos que os oferecidos pelo investimento em renda variável tradicional (bolsa de valores).

Por outro lado, também é preciso manter no longo prazo parcela dos recursos em ações com alta liquidez e em aplicações ancoradas em papéis públicos federais devido à necessidade de manutenção de um nível de liquidez adequado às necessidades de caixa de Fundação¹, para evitar qualquer tipo de risco para o pagamento dos benefícios de seus beneficiários.

Na sequência da seção, são apresentadas propostas de alocação de recursos por classes de investimentos.

3.1 ALOCAÇÃO GLOBAL

Segmento	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda Fixa	71,36	55,00	73,00
Renda Variável	21,96	20,00	35,00
Imóveis	3,22	2,50	4,00
Empréstimo a Participantes	3,46	3,00	6,00

3.2 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA FIXA

Segmento de Renda Fixa	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda Fixa	71,36	55,00	73,00
Renda Fixa Baixo Risco de Crédito	70,68	55,00	73,00
Títulos Públicos (NTNB – IPCA+6%)	52,19	45,00	54,00
Fundos de Renda Fixa*	17,00	12,00	19,00
FIDC's**	0,61	0,40	4,00
Debêntures, CCB e LH's***	0,65	0,65	5,00
CRI's e CCI***	0,23	0,30	4,00
CPR, LCA, CRA e CDCA**	0,00	0,00	3,00
Renda Fixa Médio/Alto Risco de Crédito	0,68	0,00	0,68
Debêntures, CCB e LH's ***	0,68	0,00	0,68

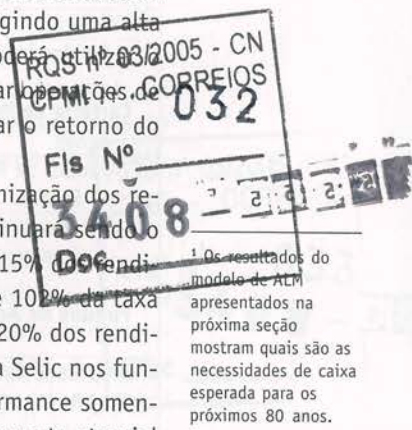
Benchmark: CDI; * 102% do CDI (fundos moderados) e 104% do CDI (fundos multimercado) **105% CDI; ***NTN-B+1%aa.

Esta Política de Investimentos estabelece que não serão adquiridos ativos de renda fixa considerados como médio /alto risco de crédito. Os limites estabelecidos acima para a carteira de renda fixa de Médio / Alto Risco de Crédito foram apresentados para deixar transparente a existência de antigas posições na carteira e indicar a diretriz de estabilidade ou de redução. A ampliação desse tipo de investimento somente poderá ocorrer de forma involuntária, causada por deterioração da avaliação de risco do investimento causada por fatores alheios ao controle da Petros.

Os Fundos de Renda Fixa com gestão terceirizada estão divididos em dois grupos: multimercados moderados e multimercados tradicionais. Nos moderados, os gestores estão comprometidos com uma rentabilidade alvo de 105% da taxa Selic (taxa de juros dos

Títulos Públicos de curto prazo). No caso dos multimercados tradicionais, a meta de rentabilidade do gestor é de 108% da taxa Selic, exigindo uma alta performance do administrador, que poderá utilizar o mercado de renda variável para executar operações de renda fixa com o objetivo de maximizar o retorno do fundo.

O mecanismo de estímulo para otimização dos resultados financeiros dos gestores continuará sendo o pagamento da taxa de performance de 15% dos rendimentos que superarem o benchmark de 102% da taxa Selic no caso dos fundos moderados e 20% dos rendimentos que superarem os 104% da taxa Selic nos fundos multimercados. Tais taxas de performance somente serão pagas se o benchmark superar a meta atuarial da Petros (IPCA + 6%aa).



¹ Os resultados do modelo de ALM apresentados na próxima seção mostram quais são as necessidades de caixa esperada para os próximos 80 anos.

Por apresentar maior grau de risco de mercado, o volume financeiro do grupo de fundos do tipo multimercado tradicional terá como diretriz ser equivalente a cerca de 25% do volume alocado para os fundos moderados. Com esses dois tipos de Fundos de Renda Fixa, além dos recursos geridos internamente, acreditamos estar maximizando a rentabilidade dos recursos mais líquidos da Petros.

Entende-se que a terceirização se justifica em função de dois fatores: i) diversificação de risco de gestão; ii) obtenção de uma rentabilidade maior, dada a expertise específica dos gestores terceirizados em fundos multimercado, lançados há poucos anos no mercado brasileiro. No Anexo 3, é apresentada a política de terceirização de gestão da carteira de renda fixa.

Cerca de **R\$ 1,3 bilhão** será administrado internamente pela equipe de gestão de renda fixa da Petros, que também receberá um mandato de gestão claro quanto à política de investimento a ser implementada nos próximos meses, em formato parecido com o dos gestores terceirizados. Tal volume financeiro foi obtido a partir de estudos de ALM que apontaram as necessidades líquidas de caixa da Fundação para os próximos dois anos. Tais recursos serão investidos em títulos públicos e privados e terão uma estratégia de gestão próxima ao mandato de um fundo de renda fixa moderado, embora com maior composição de títulos altamente líquidos que dê tranquilidade para a gestão do fluxo de caixa da Petros e observarão o benchmark de 100% da taxa Selic.

A tabela abaixo registra os limites de acordo com as diretrizes da Política de Investimento e a tabela ao lado registra de acordo com as determinações da Resolução 3121/03. A principal diferença entre os dois

modelos é decorrente da rigidez da Resolução no que diz respeito à classificação dos instrumentos de investimentos.

Em decorrência dos resultados obtidos nos anos anteriores e a confirmação do cenário de retomada de ambiente favorável ao crescimento econômico, melhora da percepção do risco brasileiro e redução da taxa real de juros no médio prazo, estamos propondo a manutenção das estratégias para a Carteira de Giro elaboradas na Política de Investimentos 2005 /2009, ou seja, a manutenção da separação entre Carteira Dividendos e Carteira Seleção. Na Carteira Seleção as ações selecionadas continuarão sendo aquelas consideradas pelos analistas da Petros como as melhores opções da BOVESPA com perspectiva de 12 meses a frente, que não precisam necessariamente estar próximas à composição do índice IBX-50. Assim, é uma gestão ativa frente ao *benchmark*. Não obstante, os gestores da Carteira Seleção continuarão sendo avaliados por sua capacidade de superar o IBX-50, que é um índice de rentabilidade média das 50 ações mais capitalizadas da BOVESPA, além do compromisso de superarem a meta atuarial. No caso da Carteira Dividendos, o foco permanece sendo empresas que possuam políticas de distribuição de dividendos consistentes no médio prazo, com exposição menor ao risco de mercado, mas com menor potencial de rentabilidade no horizonte de 12 meses. Consequentemente, não se mostrou apropriado um índice de mercado como *benchmark*, que reflete mudanças conjunturais do desempenho das empresas. Optamos por sugerir como benchmark a rentabilidade dos títulos de longo prazo do Tesouro, acrescido da taxa de risco de 1,5%aa, que reflete com maior precisão a perspectiva de dividendos necessária para atrair investidores no tipo de empresa

3.3 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Segmento de Renda Variável	Benchmark	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: Mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda variável		21,96	20,00	35,00
Carteira de Giro		13,12	10,00	20,00
Seleção	IBX 50	11,14	8,00	17,00
Dividendos	IBX 50	1,98	1,00	4,00
Carteira de Participações		6,38	5,00	12,00
Ações	IBX 50	2,02	1,00	4,00
Fundos de Participações/Private Equity	NTN-B+1,5% ^{a,a}	4,36	3,50	8,00
Fundos de Empresas Emergente/Venture Capital	NTN-B+5,0% ^{a,a}	0,00	0,00	1,00
Fundos de Ações de Mercado	IBX 50	1,07	1,00	3,00
Empresas de Financiamento de Projetos	NTN-B+1,5%^{a,a}	0,54	0,50	3,00
Renda Variável outros ativos	NTN-B+5,0%^{a,a}	0,85	0,00	0,85

ALOCÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL (CLASSIFICAÇÃO RES. CMN 3.121/03)

Segmento de Renda Variável	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: Mínimo	Percentual 2006 / 2010: Máximo
Renda variável	21,96	20,00	35,00
Ações em mercado	19,17	15,00	28,00
Participações	1,92	1,50	10,00
Renda Variável - Outros Ativos	0,85	0,00	0,85

alvo da Carteira de Dividendos.

Para a Carteira Permanente, propõe-se reforçar a estratégia de melhora da eficiência do gerenciamento de nossas participações estratégicas de longo prazo em empresas, estreitando ainda mais o relacionamento com instituições com os mesmos interesses da Petros, em especial outros fundos de pensão. Continuaremos a política de ampliação da liquidez dos papéis das empresas nas quais a Petros tem participação através da defesa por parte de nossos conselheiros dos princípios de Investimento Socialmente Responsável, com destaque para as boas práticas de governança corporativa. Com essa estratégia, será possível ampliar essa carteira mitigando os riscos dos investimentos da Petros no longo prazo.

A busca de oportunidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade mais alta que a oferecida pelos títulos públicos no médio prazo conduz à necessidade de ampliação da participação em veículos de investimento onde a gestão é compartilhada com outras instituições que têm os mesmos interesses no longo prazo. Neste contexto, a Petros dará continuidade a aplicação de recursos em Fundos de Participações (FIP - *Private Equity*) e Fundos de Empresas Emergentes (FMIEEs - *Venture Capital*)

As razões são basicamente as seguintes: por um lado, o mercado de capitais brasileiro é pequeno para que a Petros consiga aproveitar ótimas oportunidades de investimento sem estar presente de forma significativa no capital total de um empreendimento; por outro lado, a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e as boas práticas de governança corporativa não permitem uma participação acima de 20% no capital total de um investimento. Gerir diretamente pequenas participações em empreendimentos pode gerar ineficiência de gestão e indesejáveis custos administrativos para um volume de ativos como o da Petros. Assim, estas oportunidades consubstanciam-se, em grande parte, nos fundos de investimentos supracitados, cuja característica básica é a perspectiva de longo prazo, sempre de acordo com as disponibilidades de liquidez exigidas pelo fluxo de compromissos da Petros.

Projetos de Infra-Estrutura - Desde que tenham marcos regulatórios seguros, nossa proposta consiste em estar investindo em projetos de infra-estrutura através de estruturas de Fundos de Participações (FIPs - *Private Equity*) e Empresas de Financiamento de Projetos (que pode ser ações ou títulos emitidos por Sociedades de Propósito Específico). As características dos investimentos em infra-estrutura, em especial energia, transportes, petróleo/gás e saneamento são apropriados ao perfil de compromissos de longo prazo de um Fundo de Pensão pelas seguintes características básicas: baixo risco de mudança tecnológica; alta previsibilidade das receitas futuras; baixo risco de mercado; taxas de retorno atrativas vis-à-vis o risco. Em termos práticos, os desembolsos com investimentos nestes setores praticamente ocorrem nos primeiros 3 anos. Após essa fase inicial, dado a pouca necessidade de atualização tecnológica e baixa concorrência de mercado, as receitas são contínuas para os investidores.

A segurança das regras para correção das tarifas dos serviços oferecidos pelas empresas garantem a correção das receitas diretamente por um índice de preços, mantendo o valor no longo prazo, e também pelo conceito jurídico de preservação do "equilíbrio econômico financeiro do contrato", comum a todas as concessões de serviços públicos em todo o mundo. Ou seja, não há interesse de um governo prejudicar a rentabilidade de investidores de longo prazo, que vão viabilizar o financiamento da infra-estrutura necessária para promover o desenvolvimento econômico em qualquer país.

O marco regulatório do setor de transportes, em especial rodovias, já pode ser considerado consolidado, com alto grau de segurança para os investidores.

No caso do setor de energia, as regras para o Programa PROINFA, de estímulo a produção de energias alternativas, aprovado em abril de 2004, possui uma ótima relação risco / retorno, além da garantia de compra da energia produzida no longo prazo. A regulamentação do marco regulatório geral do setor energético também sinaliza ótimas oportunidades para



os investidores, sendo que a atual maior incerteza diz respeito às cláusulas ambientais, cujo risco se localiza no início do projeto, com baixo impacto na rentabilidade para os investidores no longo prazo. A regulamentação das linhas de transmissão também pode ser considerada segura para os investidores institucionais.

A experiência da Petros de investimentos na área de petróleo em parceria com a Petrobras, em conjunto com outras instituições (Fundos de Pensão e outros investidores), tem se mostrado positiva para a rentabilidade da carteira de investimentos ao longo do tempo. É fundamental para este êxito a construção de contratos onde os interesses da parceira operadora, no caso Petrobras, estejam completamente alinhados com o interesse dos investidores. Esperamos usar tal experiência de sucesso para prospectar projetos na área de gás.

Em relação ao setor de saneamento, o novo marco regulatório ainda não foi enviado ao Congresso pelo governo. Ainda possui várias dúvidas para os afluentes de rios que ultrapassam vários municípios. Os técnicos da Petros estão acompanhando o tema. Como sempre, investimento nessa área dependerá da aprovação de regras claras e seguras para os investidores, que ofereça rentabilidade compatível com a relação risco / retorno e as necessidades da Petros.

No caso das oportunidades de investimento que se utilizem as regras das Parcerias Público Privadas, que estão em processo de ajustes finais, todos os projetos serão obrigatoriamente apresentados para deliberação do Conselho Deliberativo da Petros. Mantemos a avaliação de que poderão surgir oportunidades lucrativas e de baixo risco potencial realizadas por intermédio das Parcerias Público Privadas (PPP's) para investidores de longo prazo, como é a característica de um Fundo de Pensão.

Como veículo de ingresso em projetos de infraestrutura, sugere-se a adoção pela Petros de instrumentos cuja rentabilidade básica seja semelhante à renda fixa e que esteja adequado às restrições de liquidez apontadas pelo ALM.

Benchmark: NTN-B de longo prazo + 1,5%aa.

3.4 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE IMÓVEIS

Dando prosseguimento ao que fora aprovado no Plano de Enquadramento da Petros e na Política de Investimentos do ano anterior, propomos a continuidade do

ALOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Segmento	Percentual alocado Out/05	Percentual 2006 / 2010: mínimo	Percentual 2006 / 2010 máximo
Carteira Total	3,22	2,50	4,00
Carteira de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00
Carteira de Aluguéis e Renda	2,57	1,00	3,00
Carteira de Fundos Imobiliários	0,65	0,00	1,00
Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00

processo de reavaliação da toda a carteira de empreendimentos imobiliários, incluindo processos de gerenciamento interno, dando continuidade ao processo de execução da política de revalorização/desmobilização de acordo com a performance esperada para os próximos anos. Essa política privilegia os investimentos em imóveis através de instrumentos do mercado de capitais, como é o caso dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI - ou Fundos de Investimento em CRI ou CCI. Neste caso, o Certificado oferece como garantia um imóvel, o aluguel, ou a prestação de um financiamento imobiliário (que pode já estar pronto - performado - ou em fase de construção - não performado), mas a rentabilidade recebida pela Petros tem características de renda fixa, sendo independente dos resultados correntes do empreendimento.

Dessa forma, a carteira de imóveis na metodologia que é usada pela SPC tende a ficar estável nos próximos anos. Para efeito de classificação da SPC, os CRIs são classificados como renda fixa.

Benchmark: NTN-B de longo prazo.

3.5 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Dadas as complexidades do empréstimo imobiliário, propusemos que tal sub-segmento fosse implementado através de parcerias que reduzissem ao máximo os custos de aquisição da casa própria para os participantes da Petros e não colocassem em risco a segurança do patrimônio da Fundação no longo prazo. De fato, já foi assinado acordo com a Caixa Econômica Federal para a oferta desse tipo de empréstimo, restando para ser finalizado a assinatura de acordos operacionais com as patrocinadoras que poderão oferecer esse tipo de empréstimo.

No caso dos empréstimos comuns, continuaremos a política de oferecer a menor taxa possível permitida pela legislação (meta atuarial mais custos administrativos), que favorece ao tomador do empréstimo sem colocar em risco a rentabilidade necessária para o cumprimento das obrigações com os beneficiários da Petros. Hoje, a Petros oferece as melhores condições para empréstimo, em termos de taxa, volume e prazo, quando comparado a outras fundações e ao sistema bancário.

Benchmark: Meta Atuarial.

3.6 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

São permitidas operações com derivativos com o objetivo de otimizar a rentabilidade e diminuir o risco de mercado e de crédito a que estão expostas as carteiras de renda fixa e renda variável na BOVESPA, na bolsa de mercadorias e de futuros e mercado de balcão organizado, desde que na modalidade "com garantia". Os limites utilizados para o uso de derivativos devem respeitar os limites estabelecidos pela Resolução CMN 3.121/03 e demais instruções complementares a ela.

4 LIMITES PARA INVESTIMENTOS PARA A EMISSÃO E/OU COOBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

A Petros estabeleceu que os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica devem respeitar os limites legais estabelecidos pela Resolução CMN 3.121/03 e demais instruções e regulamentações complementares a ela.

5 CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO DE GESTORES DE RECURSOS

Metodologia para estabelecer limites de gestão para fundos de renda fixa

5.1 PRÉ-SELEÇÃO DE GESTORES

As empresas gestoras a serem consideradas para a concessão de limites deverão possuir um volume mínimo de recursos administrados para entrarem em qualquer processo de análise. Empresas gestoras com volume inferior ao limite estabelecido pela Petros serão automaticamente excluídas do processo de concessão de limites. Este volume será fixado em 1,5% do patrimônio da Petros. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.

5.2 LIMITE PRELIMINAR DE VOLUME PARA GESTÃO DE FUNDOS DE RENDA FIXA

Nesta etapa serão considerados apenas os gestores pré-qualificados na etapa 1.

O limite preliminar máximo de gestão será então estabelecido, tomando-se o menor dentre os fatores, a saber:

- 30% do volume administrado excluindo recursos da Petros;
- 5,0% do patrimônio da Petros no caso de Gestores que já administram recursos da Petros.

5.3 ANÁLISE DE PERFORMANCE, DUE DILIGENCE E CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Os limites preliminares sugeridos na etapa 2 estarão sujeitos a redução ou aumento a partir de "rating interno Petros", que representa o "grau de confiança" da Fundação em operar com cada instituição. Os limites finais a serem estabelecidos serão baseados em uma análise quantitativa e qualitativa que abordam três etapas:

5.3.1 PROCESSO DE DUE DILIGENCE

Nesta etapa procurar-se-á obter informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes.

5.3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DA PERFORMANCE DOS GESTORES

Ao analisar a performance dos gestores será necessário separá-los em dois grupos, a saber:

- Gestores que já administram fundos da Petros e
- Gestores que não administram fundos da Petros

Na primeira situação, estar-se-á comparando a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da Petros. A comparação entre gestores é realizada através de histórico de rentabilidade e risco, da composição das carteiras e dos regulamentos e perfis dos fundos.

No segundo caso dever-se-á comparar um grande número de fundos no mercado para tentar obter um indicador da qualidade de gestão. Qualquer medida, neste caso, é apenas uma aproximação da capacidade de gestão "real" e, portanto, os resultados desta análise deverão ser encarados dentro de um contexto, sem representarem um critério automático de exclusão / inclusão de gestores.

5.3.3 CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estrutura operacional, técnica e gerencial adequadas e que exibem *performance* considerada superior, segundo os parâmetros definidos pela equipe da Petros.

Atualização dos limites de gestão

O prazo de vigência dos limites propostos pela metodologia será trimestral, ou seja, a atualização dos mesmos será trimestral. Os limites poderão ser reduzidos (ou até cancelados) a qualquer momento, como decorrência de:

- *performance* insatisfatória;
- aumento da percepção do risco da empresa gestora pela equipe da Petros;
- descumprimento do mandato concedido pela Petros para administração de fundos.

Critérios de escolha de Corretoras

- 1) Volume financeiro mensal total transacionado, em valores absolutos e em proporção ao mercado, no último ano (eliminatório);
- 2) Se trabalha com operadores autônomos;
- 3) Taxa de devolução de corretagem mínima (eliminatório);
- 4) Operações com a carteira própria;
- 5) Contatos telefônicos entre operadores gravados (eliminatório);



6) Qualidade das análises de empresas ("Equity Research");

7) Qualidade das análises macroeconômicas ("Macro Research");

8) Qualidade do serviço prestado à mesa de operações;

9) Posse de certificados de qualidade (ISO, etc).

10) A revisão da avaliação das corretoras é feita pelo Comitê de avaliação de corretoras (COMAV), que possui composição multigerencial, com periodicidade trimestral.

6 ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇO ÓTIMA

São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento da Petros.

As decisões de alocação dependerão fundamentalmente do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada.

As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que inicialmente avalia o tipo do risco de crédito envolvido no desenvolvimento do investimento. Procede-se a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira; adequação do fluxo de caixa e flexibilidade do fluxo de caixa (ALM), além da responsabilidade social do investimento.

A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado pelo Diretor Financeiro e de Investimentos (coordenador, sem direito a voto) e mais 6 membros, dos quais dois representam diretamente as principais patrocinadoras, um representa os participantes (sendo indicado pelos conselheiros eleitos pelos participantes) e três representam as gerências técnicas da Petros. Este comitê tem como objetivo avaliar e recomendar os investimentos relacionados abaixo:

- ✓ FIP (Fundo de Participações);
- ✓ FMIEE (Fundo de empresas emergentes);
- ✓ Participações em SPEs;
- ✓ Participações acionárias com acordo de acionistas;
- ✓ Imóveis;
- ✓ Fundos de Investimentos Imobiliários;
- ✓ Certificados de Recebíveis Imobiliários; Cédulas de Crédito Bancário;
- ✓ Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios; Cédulas de Crédito Imobiliário; Cédula de Crédito Bancário; Debêntures e Demais Valores mobiliários de Renda Fixa de emissão de S.A., com prazos superiores a 3 anos;
- ✓ Outros investimentos, a critério do coordenador.

No caso dos investimentos considerados de alta

liquidez, em especial as ações negociadas na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações técnicas são submetidas à decisão do Comitê de Aplicações de Curto Prazo, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria Financeira e de Investimentos, menos a Gerência de Participações, responsável pela administração das participações da Petros em investimentos de longo prazo, que envolve informações consideradas sigilosas pela Lei de SA e, portanto, não pode correr o risco de divulgá-la a outras instâncias de decisão da Fundação.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os princípios norteadores da decisão de alocação da Petros em investimentos de longo prazo elencados abaixo, tem como objetivo formar uma carteira que permita atingir uma relação risco / retorno / liquidez que permita a Petros cumprir da forma mais segura seu maior objetivo: pagar os benefícios aos quais têm direito seus participantes.

Sendo assim, a prospecção de novas oportunidades de investimento, mormente em projetos que tenham forte impacto econômico e social, não pode prescindir da segurança, conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sob uma perspectiva de longo prazo.

Desta feita, listam-se abaixo os princípios que na Petros norteiam a decisão de alocação de recursos em investimentos de longo prazo:

1. *Responsabilidade social.* Investir em projetos/empresas que primem pelo respeito e observância das melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade social (pontos indicados no **Anexo 4**), ou seja, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade da implantação e/ou operação do investimento e maximizem o bem-estar social, gerando rentabilidade compatível com as características do empreendimento. Empresas devem ser geridas seguindo boas práticas de governança corporativa (**Anexo 6**)

2. *Segurança.* Ingressar em investimentos que contenham uma estruturação de garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital para a Petros;

3. *Liquidez.* A Petros, como qualquer agente que tem um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez imediata. Os estudos de ALM (indicados no **Anexo 2**) apontam para as necessidades de liquidez da Petros ao longo do tempo. Ainda assim, é fundamental desde o ingresso no investimento estabelecer a(s) possível(is) estratégia(s) de desinvestimento, mesmo que no longo prazo. Desta feita, é necessário buscar-se ativos que tenham um

horizonte de desinvestimento compatível com o perfil intertemporal de obrigações da Petros;

4. **Rentabilidade.** Práticas e avaliações socialmente responsáveis por parte dos analistas da Petros requerem introduzir nas decisões de investimentos parâmetros que levem em consideração o impacto do empreendimento no bem-estar dos seus participantes hoje e no período de usufruto dos benefícios. A métrica para a determinação da máxima rentabilidade vis a vis o risco do investimento ajustada ao impacto sócio-ambiental, que reflete na vida dos participantes, ainda está sendo melhor elaborada pelos analistas da Petros e do mercado financeiro. Mas é importante salientar que a relação risco / retorno utilizada pelos analistas da Petros e pelo Comitê de Investimentos tem procurado incorporar cada vez mais os possíveis impactos sobre a vida dos participantes. Por exemplo, alguns investimentos podem ampliar o bem-estar dos participantes dos planos de benefício de forma indireta, ao proporcionarem um maior nível de desenvolvimento à região na qual seus participantes se concentram ou mesmo a todo o país. Portanto, sempre as condições de risco e retorno serão levadas em consideração, ajustadas ao impacto de responsabilidade social do investimento. Não obstante, o piso de rentabilidade compatível com o compromisso fiduciário dos gestores dos recursos é a meta atuarial de IPCA mais 6% ao ano.

5. *Ampliar a diversificação de investimentos no*

portfólio da Petros. Tal ampliação se faz necessária frente à contínua queda da taxa de juros básica no país. Frente à expectativa de manutenção de patamares baixos de taxas de juros no longo prazo (ver cenário macroeconômico no Anexo 1), a ampliação dos recursos carregados à carteira de projetos ligados à infraestrutura, Fundos de Participação (private equity), fundos de empresas emergentes (venture capital), fundos mezanino (que mesclam renda fixa com renda variável), dentre outros, mostra-se como uma decisão racional de alocação ótima de recursos para maximização do retorno diante um mesmo risco total da carteira de investimentos da Petros.

6. **Diversificação setorial.** Com o propósito de diversificar o risco, os investimentos em Fundos de Participação, Empresas de Propósito Específico, Debêntures, ou outro veículo de investimento de longo prazo selecionados pela Petros terão como parâmetro a diversificação setorial.

8 RESULTADOS ESPERADOS

a. Obtenção de uma rentabilidade suficiente para superar a meta atuarial;

b. Adequar o posicionamento relativo da Petros para um cenário de juros básicos reais menores que 10%aa no médio prazo e menores que 6%aa no longo prazo;

c. Adequação intertemporal do perfil dos fluxos derivados dos ativos e passivos da Petros. . No Anexo 2 apresenta-se o resultado medido pelo ALM

Rentabilidade Real Esperada da Carteira da Petros

	2006	2007	2008	2009	2010
1 Renda Fixa	7,45%	7,20%	6,96%	6,71%	6,46%
1.1 Carteira de R F com baixo risco de crédito	7,50%	7,25%	7,00%	6,75%	6,50%
1.2 Carteira de R F com médio/alto risco de crédito	1,45%	1,45%	1,45%	1,45%	1,45%
1.3 Derivativos de R F					
2 Renda Variável	12,90%	12,39%	10,89%	9,36%	8,48%
2.1 Carteira de Ações em mercado	13,00%	12,50%	11,00%	9,00%	8,00%
2.2 Carteira de Participações	12,00%	11,50%	10,00%	12,00%	12,00%
2.4 Derivativos de Renda Variável	NA	NA	NA	NA	NA
2.3 Carteira de RV - Outros Ativos					
3 Imóveis	3,83%	3,83%	3,83%	3,83%	3,83%
3.1 Carteira de Desenvolvimento					
3.2 Carteira de Aluguéis e Renda	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
3.3 Carteira de Fundos Imobiliários	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários					
4 Empréstimos e Fianciamentos	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4.1 Carteira de Empréstimos e Participantes	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Rentabilidade Total	8,51%	8,36%	7,91%	7,39%	6,96%

RQS nº 03/2005 - CN
CPMK, 00% CORREIOS

Fls. Nº 035

3408

Doc. 00%

determinístico das mudanças alocativas propostas neste documento, frente às hipóteses macroeconômicas mais conservadoras diferenciadas das apontadas anteriormente.

9 AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

Concentram-se basicamente em apontar as formas pelas quais a Petros busca controlar o risco de suas alocações de recursos em renda variável e em participação permanente.

Para todas as carteiras, foi adotado a partir de 2004 o cálculo da Divergência Não Planejada - DNP (*ou Tracking Error*) como uma medida de controle da divergência não planejada entre o resultado efetivo de uma carteira e a taxa mínima atuarial, conforme exigido pelo art. 58 da Resolução CMN 3.121, de 25 de setembro de 2003.

A adoção de tal medida de risco, entretanto, poderá ser complementada por outras que sejam adequa-

das aos controles e gerenciamento do riscos dos diversos tipo de investimentos da carteira de um fundo de pensão, como, por exemplo, o VaR, que mede a perda potencial em determinado prazo e dentro de um certo intervalo de confiança, no caso dos fundos multimercados.

Para classificação do risco de crédito de instituições financeiras e não financeiras a Petros utilizará para a tomada das decisões os ratings estabelecidos pelas seguintes agências:

- ✓ Austin Asis;
- ✓ Fitch Rating;
- ✓ LF Rating;
- ✓ Lopes Filho & Associados;
- ✓ Moody's;
- ✓ SR Rating; e,
- ✓ Standard & Poor's.

A Petros irá considerar como baixo risco de crédito as seguintes notas:

Agência Classificadora de Risco	Ratings considerado como baixo risco
Austin Rating	Entre AAA e BBB
Fitch Rating	Entre AAA (bra) e BBB- (bra) / Entre F1(bra) e F3-(bra)
LF Rating	Entre AAA e BBB
Lopes Filho & Associados (RiskBank)	Baixo risco para longo prazo, Baixo risco para médio prazo e Baixo risco para curto prazo
Moody's	Entre Aaa.br e Baa3.br / Prime-1 e Prime-3
SR Rating	Entre brAAA e BBB / sr AA e sr A
Standard & Poor's	Entre brAAA e brBBB- / Entre brA-1 e brA-3

No caso do risco de crédito de instituições financeiras e de gestores de renda fixa, há uma reavaliação trimestral feita pelo Comitê multigerencial de Risco de Crédito, cujo resultado é enviado à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da Petros.

10 COMUNICADO AO PARTICIPANTE

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar, através da Resolução CGPC Nº 07, de 4 de Dezembro de 2003, estabeleceu as informações mínimas que à política de investimentos dos recursos dos planos

de benefícios administrados pela entidade fechada de previdência complementar deve conter e o modelo que deve ser encaminhada para seus participantes e assistidos e para a Secretaria de Previdência Complementar, esta versão encontra-se no Anexo 5 desta Política de Investimentos.

Além dessa informação obrigatória, como já é feito desde 2003, toda a Política de Investimento será disponibilizada na página da Petros na Internet. Todo o participante que desejar receber a Política de Investimento integral na forma impressa, poderá requisitá-la junto à Petros.

ANEXO 1 - Cenário Macroeconômico

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB (%)	2,9	4,1	3,9	4,2	4,3	4,5	4,5
Superávit Primário	4,8	4,3	4,5	4,3	4	3,75	3,5
Dívida Líquida	51	50,0	48,8	47,0	44,6	41,8	39,1
Selic Média	19,1	16	15,25	15	13,75	12,5	11,75
IPCA	5,6	4,6	4,1	4,7	4,5	4,5	4,5
Juros Reais (ex-post)	11,7	10,4	10,5	9,8	7,7	7,7	6,2
Risco País (Embi)	314	298	283	226	224	200	180
Taxa Média de Câmbio	2,18	2,32	2,50	2,72	2,89	3,06	3,19

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB (%)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Superávit Primário	3	3	2,5	2	1,5	1,5	1
Dívida Líquida	36,6	33,9	31,5	29,6	28,0	26,5	25,4
Selic Média	10,5	9,5	9	8,75	8,5	8,5	8,5
IPCA	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Juros Reais (ex-post)	5,8	4,8	4,8	4,3	4,3	4,3	4,3
Risco País (Embi)	180	180	180	180	180	180	180
Taxa Média de Câmbio	3,30	3,38	3,47	3,54	3,61	3,68	3,75

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PIB (%)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Superávit Primário	0,5	0	0	0	0	0	0
Dívida Líquida	24,9	24,8	24,8	24,8	24,7	24,7	24,6
Selic Média	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5
IPCA	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Juros Reais (ex-post)	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Risco País (Embi)	180	180	180	180	180	180	180
Taxa Média de Câmbio	3,83	3,90	3,98	4,06	4,14	4,22	4,31

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 036

Doc. 3408 - 3 2 3 3

ANEXO 2 - Asset Liability Management - ALM 2006

A ferramenta de ALM utilizada na Petros aponta para um valor presente de descasamento de ativos e passivos da ordem de R\$ 4,75 bilhões. Pelo estudo, a Petros incorreria em tais descasamentos entre os anos de 2027 e 2032 e a partir de 2037.

O modelo trabalha com a previsão de desembolsos que serão efetuados a cada momento no tempo e soma a isso a previsão do montante de ativos existentes também a cada ano (valorizados pelas premissas do modelo).

Deve-se ressaltar a extrema sensibilidade do modelo às premissas macroeconômicas utilizadas. Optou-se pela adoção de um viés conservador na projeção das principais variáveis. As premissas adotadas na simulação adiante apresentada são as seguintes:

i) *Inflação*: iniciando em 5,6% para 2005 e se

estabilizando no patamar de 3,5%aa no longo prazo;

ii) *Juros reais*: 6% a.a.

iii) *Prêmio das ações*: trata-se do prêmio pago pelo mercado de bolsa acima do juro real. Admite-se a hipótese da inexistência de tal prêmio;

iv) *Rendimento real dos empréstimos*: tal rendimento seria mantido na casa dos 6% reais indefinidamente;

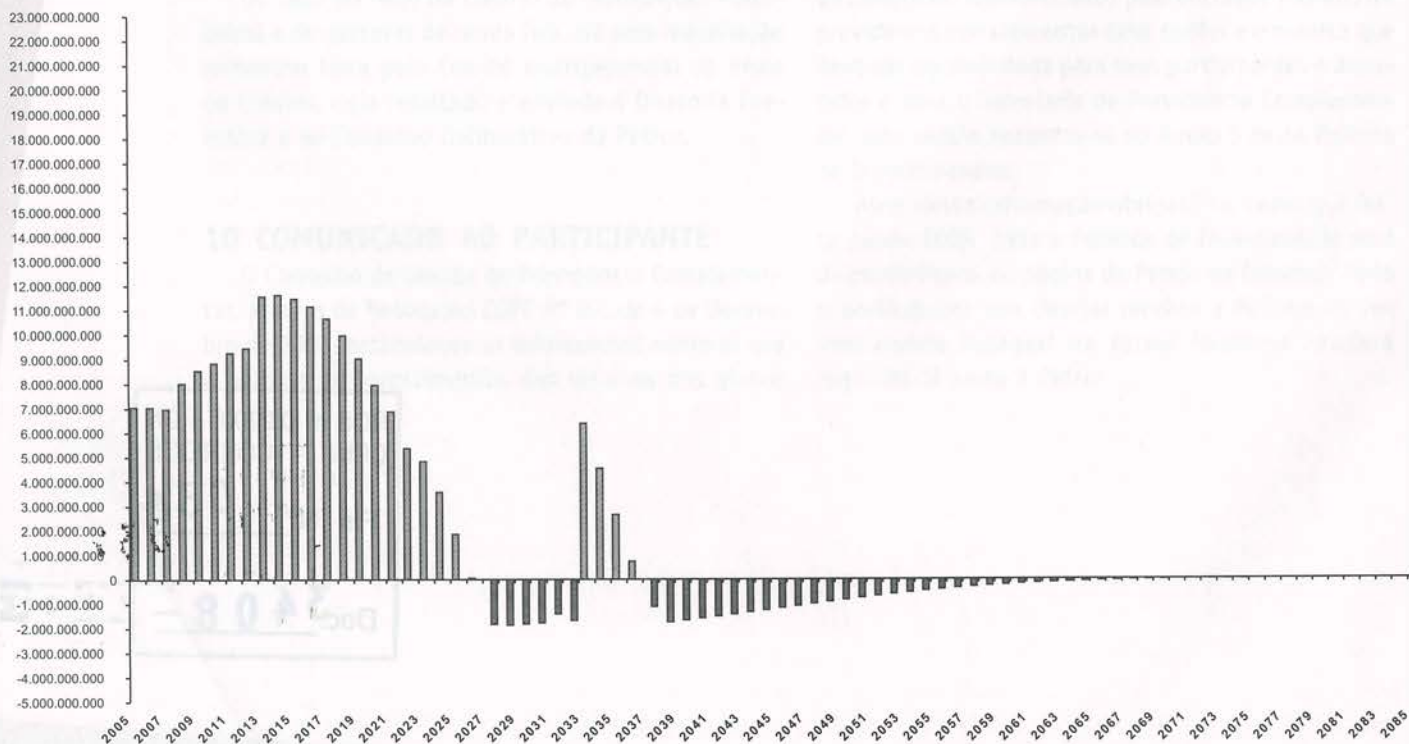
v) *Rendimento real dos imóveis e participações permanentes*: tal rendimento seria mantido na casa dos 6% reais indefinidamente; e,

vi) *Taxa de desinvestimento de imóveis e participações permanentes*: 2% ao ano a partir de 2008. Tal desinvestimento é importante para gerar a liquidez necessária para que os pagamentos dos benefícios possam ser feitos nos momentos requeridos.

MODELO	VARIÁVEIS
Inflação	5,6% para 3,5% ao ano
Juro real	6% ao ano
Prêmio das ações (acima do juro real)	0%
Rotatividade	0% ao ano
Crescimento salarial real	2,08% ao ano
Rendimento real dos empréstimos	6% ao ano
Rendimento real dos imóveis e participações permanentes	6% ao ano
Taxa de desinvestimento de imóveis e participações permanentes	2% ao ano a partir de 2008
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 Mesclada

Evolução dos Ativos Líquidos

■ Ativos Líquidos ■ Descasamento



ANEXO 3 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa

No ano de 2005, a Petros passou a adotar novo modelo de gestão terceirizada em renda fixa. Como princípio geral, busca-se manter em gestão interna os recursos necessários aos desembolsos líquidos da Petros para os próximos dois anos (calculados a partir do modelo de ALM). Dos recursos restantes, parte é

direcionada à gestão terceirizada em fundos moderados e parte em fundos multimercado, ambos com taxas de retorno esperadas mais altas que aquelas que atualmente vigem aos gestores que fazem a gestão terceirizada dos ativos da Petros. Abaixo apresentamos esquematicamente o modelo de gestão:

Mandatos gestores terceirizados - Moderado

Tx. Adm. AA	Tx. De Perform. AA	Benchmark	Meta de Rentab.	Perform. Mín. Mês	Perform. Mín. Sem.	Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa	Limites de Risco	Resumo do Mandato
0,130%	15%	102% Selic	105% Selic	50% Selic	90% Selic	LIMITE SIM	VAR<0,30% STRESS MÁX 2,5%	Até 100% Título Público Federal; até 25% CDB de baixo risco; Derivativos: Juros, Câmbio

Mandatos gestores terceirizados - Multimercado

Tx. Adm. AA	Tx. De Perform. AA	Benchmark	Meta de Rentab.	Perform. Mín. Mês	Perform. Mín. Sem.	Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa	Limites de Risco	Resumo do Mandato
0,130%	20%	104% Selic	108% Selic	20% Selic	80% Selic	LIMITE SIM	Em análise	Até 100% Tít. P. Federal; 25% CDBs; Derivativos: Juros, Câmbio, Bolsa e Renda Variável não Direcional

A Petros avalia a gestão terceirizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo:

$$n[IC] = n[IS]*20\% + n[IT]*10\% + n[IVA]*10\% + n[IR]*60\%$$

onde:

- Índice de Sharpe [IS]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco;

- Índice de Treynor [IT]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercado;

- Índice de Valor Adicionado [IVA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade

de variação deste retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercado; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e,

- Índice de Rentabilidade [IR]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.

Além da eficiência em relação à rentabilidade, as Gerências de Administração Financeira e Operações de Mercado, auxiliadas pela instituição custodiante, acompanham diariamente os gestores terceirizados no sentido de verificar o cumprimento dos limites previstos pela Regulamentação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, que não sejam operações com derivativos e aos limites e às condições de atuação nos correspondentes mercados (atualmente estipulados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional no 3121, de 25 de setembro de 2003).



ANEXO 4 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social

Neste anexo propomos um aperfeiçoamento da metodologia de avaliação de investimentos que deverá ser introduzida nas práticas das equipes da Petros de forma gradual mas irreversível, com o objetivo de solidificar os princípios de responsabilidade social como métrica de precificação dos ativos das carteiras da Fundação.

Descrição da Nova Metodologia

Essa metodologia para a avaliação da responsabilidade social de empresas e investimento vem sendo amplamente discutida e analisada pela Petros. Ela está fundamentada em estudos, conceitos e metodologias elaboradas por vários estudiosos do setor. Ela tenta utilizar o que há de melhor para avaliação de responsabilidade social e se ajustar às características de cada investimento de maneira a tornar os resultados em ferramentas concretas para as decisões de alocação de recursos.

Em razão da necessidade de incorporar a avaliação do impacto social em diferentes tipos de investimento, esta metodologia tem como base três focos principais: avaliação das empresas para a carteira de ações, análise das empresas que a Petros tem participação e análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos).

1

Avaliação de empresas que a Petros tem participação

No intuito de avaliar o grau de aderência às práticas de responsabilidade social das empresas da carteira de participações, a Gerência de Participações construiu uma ferramenta de classificação através dos indicadores de responsabilidade social relacionados abaixo:

1) Valores e Transparência: Compromissos Éticos, Relação com Concorrência e Balanço Social;

2) Público Interno: Gestão Participativa, Compromisso com o desenvolvimento Profissional, Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho, Ofe-recimento de Plano Previdenciário, Preparação para a Aposentadoria, Comportamento relativo às Demissões, Ações Trabalhistas e Relacionamento com Representantes dos Trabalhadores;

3) Meio Ambiente: Gestão do Impacto ao Meio Ambiente e racionalização do uso de recursos, Educação ambiental e desenvolvimento sustentável, Responsabilidades ambientais dos executivos e gerentes e Passivo ambiental ou falta de licenças ambientais;

4) Fornecedores: Critérios de seleção e avaliação de fornecedores e apoio ao desenvolvimento de fornecedores;

5) Clientes: Política de comunicação comercial e atendimento e Conhecimento dos danos potenciais de produtos e serviços

6) Governo e Sociedade: Ações sociais e estímulo ao voluntariado, Contribuições para campanhas políticas, Práticas anti-corrupção e propina e Ações sociais e práticas de não discriminação.

2

Avaliação das Empresas para a Carteira de Ações

Através de estudos de desempenho das ações das empresas que estão divulgando seus balanços sociais, verificou-se que o mercado brasileiro valorizou estas empresas em 2004 e 2005. Desse modo, esta Política de Investimentos indica que seja dada preferência a investir-se em ações de empresas que se destaquem em investimentos sociais. Para verificar que empresas estão se destacando em investimentos sociais serão utilizados os seguintes índices:

- ISI - Indicador Social Interno = investimentos sociais interno/ receita líquida
- ISE - Indicador Social Externo = investimentos sociais externos/ receita líquida
- ISA- Indicador Social Ambiental = investimentos sociais ambientais / receita líquida
- IST - Indicador Social Tributos = pagamentos de tributos/ receita líquida
- ISG- Indicador Social Geral = consolidação dos indicadores sociais acima

3

Análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos)

Esta Política de Investimentos deu um enfoque especial para os novos investimentos que devem ser feitos exclusivamente em empreendimentos que cumpram plenamente os requisitos de responsabilidade social.

Para evitar indevida comparação entre empreendimentos com porte distintos, verificadas nas ofertas concretas de investimento recebidas pela Petros nos últimos anos, que poderiam causar análises imprecisas, as propostas de novos investimentos foram divididas em três grandes grupos: projetos, empresas de médio porte e empresas de grande porte. Abaixo seguem os indicadores que serão utilizados em cada um dos grupos.

Indicador	Projeto	Médio Porte	Grande Porte
Indicadores de Desempenho Econômico			
Competitividade Nacional	Sim	Sim	Sim
Geração de Empregos	Sim	Sim	Sim
Concorrência Desleal	Não	Não	Sim
Indicadores de Desempenho Ambiental			
Impactos ambientais	Sim	Sim	Sim
Combate ao desperdício de matérias-primas	Sim	Sim	Sim
Autuações Ambientais	Não	Sim	Sim
Indicadores do Corpo Funcional			
Relação entre número de terceirizados / Força Total de trabalho	Sim	Sim	Sim
Benefícios sociais internos	Sim	Sim	Sim
Reclamações trabalhistas	Não	Sim	Sim
Rotatividade da mão-de-obra	Não	Sim	Sim
Número de empregados acima de 40 anos	Não	Não	Sim
Histórico de não cumprimento de acordos coletivos	Não	Não	Sim
Indicadores de Cidadania Empresarial			
Elaboração de Balanço Social ou Similar	Não	Sim	Sim
Código de Ética	Não	Sim	Sim
Seleção e contratação de fornecedores	Não	Sim	Sim
Projetos Sociais Externos	Não	Sim	Sim
Prêmios Recebidos	Não	Não	Sim

No caso dos Fundos de Investimentos em Participações, seus regulamentos devem conter cláusulas onde somente serão realizados investimentos em empresas que assumam expressamente os seguintes compromissos:

- Estar adequadas às normas de controle ambiental, observando inclusive os Princípios do Equador;
- Não utilizar trabalho infantil ou escravo; checando o controle sobre serviços terceirizados.
- Analisar planos que procurem minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades;
- Sugerir planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e,
- Atuar com boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível o seu capital humano.

O comportamento da empresa frente a esses indicadores será comparado aos seus pares de mercado,

para que as características setoriais sejam devidamente assimiladas pela metodologia.

Seguir cada vez mais rigidamente as métricas indicadas acima será a melhor forma de alocarmos os recursos da Petros, pois estaremos preservarmos totalmente os interesses dos participantes da Fundação ao exigirmos que a rentabilidade gerada pelos empreendimentos seja sustentável no longo prazo.

Para que as empresas e demais gestores de investimento de mercado assimilem de maneira definitiva a decisão, mas que tenham oportunidade concreta de se adaptarem à nova realidade da Petros, recomendamos que seja informado publicamente ao mercado a decisão de não mais investir em empresas que não cumpram, no final dos próximos três anos, os critérios mínimos de boas práticas de responsabilidade social apontados pela metodologia apontada acima.



ANEXO 5 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03



Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS e Informações à SPC

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - cód. 00655

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:

2. Exercício: 2006

3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia: Ata xxx de 20/12/2005

4. Plano de Benefício: Planos de Benefício Definido Petros/ Empresas Privatizadas

5. Meta Atuarial do Plano de Benefício: Indexador - IPCA / Taxa de Juros - 6% aa (seis por cento ao ano)

6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Ricardo Malavazi Martins

6.1. Renda Fixa: Ricardo Malavazi Martins

6.2. Renda Variável: Ricardo Malavazi Martins

6.3. Imóveis: Ricardo Malavazi Martins

6.4. Financiamentos: Ricardo Malavazi Martins

7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: (☒) Meio Eletrônico (☐) Impresso

10. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos (Inciso VII, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)

O cenário macroeconômico, tido como o mais provável, aponta para um ritmo de crescimento de aproximadamente 4% em 2006 e para os anos seguintes. Em relação a taxa de juros real acreditamos na sua manutenção no patamar de 10% a.a. no curto prazo, tendo um decréscimo significativo a partir de 2009, ou seja, acreditamos na manutenção em níveis elevados da taxa de juros entre o período de 2006 a 2008. Dado o cenário macroeconômico esperado, o processo de escolha de setores-alvo para investimentos privilegiará os setores que tem forte correlação com o crescimento econômico, como por exemplo infra-estrutura, renda variável e títulos de renda fixa privados (ou na forma de fundos), reduzindo o montante alocado em títulos do Tesouro federal diante da expectativa de redução das taxas reais de juros no longo prazo.

11. Objetivos da gestão (Inciso II, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)

Para os próximos 60 meses, apesar do Plano Petros - Sistema Petrobras alcançar um maior grau de maturidade, a liquidez requerida dos ativos não deverá representar restrição para maiores investimentos de longo prazo. A meta de rentabilidade real (além do IPCA) perseguida será, no cenário mais provável, de 9,89% em 2006, 9,28% em 2007, 8,46% em 2008, 7,90% em 2009 e 7,19% em 2010. A política de gerenciamento de risco usará vários métodos de mitigação do risco, incluindo a diversificação setorial, diversificação corporativa e por tipo de investimento, privilegiando investimentos com baixo custo de governança.



ANEXO 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03

Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações à SPC

13. Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação externa dos ativos

(Inciso V, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)

Todos os investimentos são precificados pelo Sistema Policentro, que fornece um relatório contendo rentabilidade diária, mensal e anual comparativa entre os fundos da Petros. A Petros avalia a gestão teorizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo:

$\eta(C) = \eta(S)^{20\%} + \eta(T)^{10\%} + \eta(IVA)^{10\%} + \eta(R)^{60\%}$ onde:

• Índice de Sharpe [IS]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco;

• Índice de Treynor [IT]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercados;

• Índice de Valor Adicionado [IVA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade de variação deste retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercados; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e,
• Índice de Rentabilidade [IR]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.

14. Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável (Inciso VI, § 11º, Art. 7º do Regulamento Anexo)

As empresas escolhidas para a gestão externa de recursos terão que satisfazer os seguintes critérios:

i) Terem sob sua administração um volume mínimo de recursos;

ii) Serem aprovadas em uma análise de performance e rentabilidades comparativas, um processo de due diligence e uma análise qualitativa feita pela equipe interna da Petros

15. Estratégia de formação de preço - investimentos e desinvestimentos (Inciso VI, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)

São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento. As decisões de alocação dependerão do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada. As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que separa os ativos em baixo, médio e alto risco de crédito. Procede-se a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira, além da responsabilidade social do investimento. A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado por 7 membros dos quais dois representam diretamente as principais patrocinadoras, um representa os participantes e quatro representam a Petros, sendo três com direito a voto. Este comitê tem como objetivos avaliar e recomendar os investimentos principalmente ativos de longo prazo. No caso dos ativos mais líquidos, em especial as ações negociadas com grande liquidez na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações representam diretamente as são submetidas à decisão de Comitê Interno, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria de Investimentos, menos a de Participações.

16. Definição do padrão de cálculo da divergência não planejada e de controle interno:

Atendendo ao exigido no Art.58 da Resolução 3.121, a Petros adota desde 2004 o tracking error, conforme disposto abaixo, como uma ferramenta de aferição de divergência não planejada entre o valor de suas carteiras e o valor projetado para estas carteiras.

O Tracking Error é um conceito que se presta a avaliar a aderência de uma carteira a meta atuarial. Sua definição mais usual é dada pela fórmula:

$$\text{onde: } \begin{matrix} \frac{r}{T} & \text{é o retorno da carteira,} \\ \frac{r}{T} & \text{é o retorno da meta atuarial predeterminado e} \\ T & \text{é o tamanho da amostra.} \end{matrix} \quad TE = \sqrt{\frac{1}{T-1} \sum (r_{it} - r_{mt})^2}$$

17. Observações:

Todos os métodos de avaliação e controle de risco dos investimentos são constantemente reavaliados no sentido de melhorar a rentabilidade dos ativos da Petros.

18. Responsável, Local e Data

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2006

Local e Data

Roberto H. Grenier - Chefe da Assessoria de Planejamento de Investimentos
Responsável (nome e cargo)

ANEXO 6 - Indicadores de Governança Corporativa

Governança Corporativa

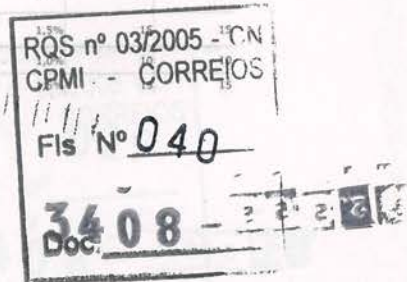
Empresa x

Seleção o Nível de Governança Corporativa
Novo Mercado

Critérios de Pontuação: Os tópicos de Governança Corporativa podem ser classificados em apenas uma das quatro categorias apresentadas (muito bom, bom, razoável ou insuficiente).

Categorias	Pontos
Muito Bom (MB)	1.000
Bom (B)	800
Razoável (R)	600
Insuficiente (I)	200
Não Disponível (ND)	n.d.

Indicadores de Governança Corporativa		Categorias	Peso em relação à pontuação total	Pontos	Pontuação Máxima Possível
1) Propriedade			13,5%	133	133
1.1) Transparência			6,5%	65	65
a) Distribuição Acionária	Relação entre ONs/PNs. Maior pontuação para empresas cujo capital é composto apenas por ONs (% de ON no capital total: entre 33% e 49% = R; a partir de 50% = B; 100% = MB)	MB	2,0%	20	20
b) Ações em circulação	Maior pontuação para empresa com free float acima de 25% (abaixo de 25% = I; 25% = R; entre 25% e 50% = B; acima de 50% = MB)	MB	2,0%	20	20
c) Ações na Bolsa de Nova Iorque	Maior pontuação para empresas cujas ações são negociadas na bolsa de Nova Iorque (NYSE). MB = possui ADR; ND = Não possui ADR. (Nota: empresas com ADRs devem se enquadrar a padrões mais rígidos de governança, devendo apresentar, em média, melhor nível de governança.)	MB	1,0%	10	10
d) Abertura Completa de todos os acionistas	Maior pontuação para a empresa que fornece maior detalhamento no que se refere à participação de todos os seus acionistas. (B = abertura de acionistas com mais de 5% do capital social; MB = abertura de acionistas com Menos de 5% do capital social)	MB	0,5%	5	5
e) Limites estabelecidos de participação de diretores e administradores no capital	Maior pontuação para a empresa que limita a participação de diretores e administradores em sua estrutura de capital.	MB	1,0%	10	10
1.2) Concentração e Influência dos Controladores e Acionistas			7,0%	68	70
a) Concentração em grupos econômicos, familiares	Maior pontuação para estruturas de Capital pouco concentradas. (MB = máximo = máximo de 20% do capital total por acionista; B = 21% a 49%; R = 50%; I = a partir de 51%)	MB	2,0%	20	20
b) Afiliações e ligações entre acionistas	Maior pontuação quanto menor o vínculo entre acionistas.	MB	1,5%	15	15
c) Participação dos principais acionistas em partes relacionadas	Maior pontuação para nenhuma participação dos principais acionistas em partes relacionadas.	MB	1,5%	15	15
d) Regras para o tratamento de partes relacionadas	Maior pontuação para a existência de regras para o tratamento de partes relacionadas, inclusive proibindo empréstimos em favor de controlador e outras partes relacionadas (MB = restrições à empréstimos em favor do controlador e outras partes relacionadas).	B	1,0%	8	10
e) Regra de separação entre ativos pessoais dos acionistas e da empresa	Maior pontuação para a existência de uma prática clara de separação entre os ativos pessoais dos acionistas e os ativos da empresa.	MB	1,0%	10	10
2) Acionistas			24,6%	234	246
2.1) Votação e Assembleia Geral			3,0%	30	30
a) Estatutos definidos para a organização das assembleias gerais e regras de votação	Maior pontuação para Estatutos definidos para a organização das assembleias gerais e regras de votação.	MB	1,0%	10	10
b) Envio de documentação com antecedência	Maior pontuação quanto maior for a antecedência do envio.	MB	1,0%	10	10
c) Possibilidade de questionamento prévio e inclusão de assuntos na pauta de reuniões	Maior pontuação quanto maior for a abertura para questionamento e flexibilidade de incluir assuntos na pauta.	MB	0,5%	5	5
d) Organização da Assembleia	Maior pontuação para assembleias organizadas formalmente (abertura, deliberações e encerramento), com espaço para cada acionista expressar o seu respectivo voto.	MB	0,5%	5	5
2.2) Direitos dos Acionistas			14,0%	134	140
a) Existência e qualidade do Acordo de Acionistas	Maior pontuação para existência de Acordo de Acionistas e detalhamento das informações contidas no mesmo (Nota: classificação MB depende da qualidade e conteúdo do AA). (Nota: NM, N2 e N1 são no mínimo B pois possuem AA). (Nota: quando a empresa não tem controlador MB = ausência de AA, quando a empresa possui controlador MB = existência de AA)	B	3,0%	24	30
b) Direito de tag along	Maior pontuação para tag along de 100% em ONs e PNs (B = 100% ON e 70% PN; R = 80% ON e 70% PN; I = 80% ON)	MB	3,0%	30	30
c) Quorum qualificado para matérias específicas	Maior pontuação quanto maior o quorum qualificado.	MB	2,0%	20	20
d) Direito de voto às ações preferenciais em matérias específicas	Maior pontuação para direito de voto em matérias como incorporação, cisão e fusão, e aprovação de contratos entre a companhia e empresas do mesmo grupo.	MB	2,0%	20	20
e) Política de distribuição de dividendos	Maior pontuação para a existência de uma política, por seu grau de detalhamento e distribuição acima de 25% do lucro líquido.	MB	2,5%	25	25
f) Histórico de dividendos	Maior pontuação para histórico positivo de pagamento de dividendos.	MB	1,5%	15	15
2.3) Proteção do Valor dos Acionistas			7,0%	70	70
a) Medidas proibitivas do uso de informação privilegiada	Maior pontuação para medidas proibitivas.	MB	2,0%	20	20
b) Medidas previstas para a proteção do preço das ações em caso de fechamento de capital ou cancelamento de registro, onde prevaleça o valor econômico também para as ações em circulação	Maior pontuação para medidas que protegem o preço das ações em caso de fechamento de capital ou cancelamento de registro.	MB	5,0%	50	50
3) Conselho de Administração			12,8%	125	125
3.1) Estrutura e Independência			5,5%	55	55
a) Número de conselheiros e número de conselheiros independentes (não fazem parte da diretoria da empresa)	Maior pontuação quanto maior a proporção de conselheiros independentes relativo ao número total de conselheiros (CA deve possuir no mínimo 5 membros, sendo 2 independentes). (Nota: o presidente do conselho de administração e da diretoria executiva devem ser diferentes).	MB	1,5%	15	15
b) Qualificação dos conselheiros	Maior pontuação para conselheiros com experiência como executivo, formação acadêmica adequada, experiência em análise de relatórios gerenciais, contábeis e financeiros, disponibilidade de tempo (maior pontuação para conselheiros que comparecem, inclusive através de teleconferência, a 100% das reuniões realizadas).	MB	2,5%	25	25
c) Representatividade dos acionistas no conselho	Maior pontuação para conselheiros comprometidos com a geração de valor para o acionista.	MB	1,5%	15	15
3.2) Papel e Desempenho			7,0%	70	70
a) Regimento Interno	Maior pontuação para a existência de um regimento interno bem definido, com direito a consulta externa.	MB	1,5%	15	15
b) Acesso às informações por parte dos conselheiros	Maior pontuação para empresas que fornecem dados e material aos conselheiros com maior transparência e antecedência necessária (pelo menos 15 dias) para análise dos mesmos.	MB	1,5%	15	15
c) Auditoria interna e controles internos	Maior pontuação para a existência de auditoria externa e procedimentos de controles internos.	MB			
d) Frequência das reuniões do conselho	Maior pontuação para frequência mensal de reuniões do conselho.	MB			
e) Avaliação do Conselho de Administração	Maior Pontuação para existência de avaliação de conselheiros.	MB			



ANEXO 6 - Indicadores de Governança Corporativa

4) Gestão/Diretoria			26,0%	260	260
4.1) Estrutura e Independência			4,0%	40	40
a) Qualificação e experiência dos diretores	Maior pontuação para diretores/conselheiros com experiência como alto executivo, formação acadêmica adequada, experiência em análise de relatórios gerenciais, contábeis e financeiros.	MB	2,5%	25	25
b) Comitês de Assessoria	Maior pontuação para a existência de comitês que assessoram o conselho de administração e a diretoria executiva, formalmente definidos em regimentos internos ou em estatuto social.	MB	1,5%	15	15
4.2) Políticas de Remuneração e de Sucessão (diretoria e conselheiros)			6,5%	65	65
a) Política de remuneração dos executivos / Transparência da política de remuneração	Maior pontuação para existência uma política de remuneração (programas de stock options) e sua transparência (Nota: NM, N2 e N1 são obrigados a divulgar programas de stock options)	MB	2,0%	20	20
b) Remuneração por desempenho	Maior pontuação para remuneração variável baseada em EVA ou GVA.	MB	2,0%	20	20
c) Comitê de remuneração	Maior pontuação para a existência de um comitê de remuneração independente.	MB	1,5%	15	15
d) Planejamento sucessório de executivos	Maior pontuação para a existência de um plano de sucessão para os executivos da empresa.	MB	1,0%	10	10
4.3) Responsabilidade			4,5%	45	45
a) Compromissos definidos da diretoria com a geração de valor para os acionistas	Maior pontuação para maior comprometimento da diretoria com a geração de valor para o acionista.	MB	1,5%	15	15
c) Política de metas	Maior pontuação para a existência de política de metas bem definida.	MB	1,5%	15	15
c) Planejamento estratégico e plano de negócios	Maior pontuação para a existência de planejamento estratégico bem definido.	MB	1,5%	15	15
4.4) Transparência e Prestação de Contas			7,5%	75	75
a) Canais de divulgação e qualidade das informações	Maior pontuação para o maior número de canais utilizados pela companhia para divulgar seus dados (jornais, site corporativo, etc.) e para a qualidade e diversidade das informações contidas nos mesmos.	MB	1,5%	15	15
b) Prestação de contas das diretorias	Maior pontuação para empresas onde a diretoria executiva apresenta informações sobre suas atividades com qualidade e transparências aos conselhos e aos acionistas.	MB	2,0%	20	20
c) Código de governança corporativa	Maior pontuação para existência do código de governança corporativa.	MB	2,5%	25	25
d) Código de ética das diretorias	Maior pontuação para existência de um código de ética das diretorias.	MB	1,5%	15	15
4.5) Relacionamento			3,5%	35	35
a) Relacionamento da diretoria executiva com os acionistas, conselho fiscal, conselho de administração, auditores independentes, stakeholders, investidores institucionais e instituições fiscalizadoras (externas)	Maior pontuação para bom relacionamento entre as diretorias, com os conselhos, com os auditores, com stakeholders, com investidores institucionais e com instituições fiscalizadoras. O bom relacionamento inclui: profissionalismo, ética, saber expor idéias e questionar respeitosamente os demais executivos e acionistas da empresa, saber trabalhar em equipe, ausência de conflitos pessoais.	MB	2,0%	20	20
b) Vínculos entre diretoria, conselhos, acionistas, empresa e partes interessadas externas	Maior pontuação para nenhum vínculo.	MB	1,5%	15	15
5) Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Externa			11,5%	115	115
a) Processo de eleição e independência	Maior pontuação para membros do comitê, do conselho e auditores externos independentes, e sem conflito de interesses com a diretoria, com os conselhos e com os acionistas.	MB	1,0%	10	10
b) Qualificação e competência dos membros	Maior pontuação para membros com formação acadêmica adequada e vasta experiência em análise de relatórios gerenciais, contábeis e financeiros.	MB	2,0%	20	20
c) Prestação de contas (para o conselho - em caso de comitê para os acionistas)	Maior pontuação para a qualidade, transparência e rapidez das informações apresentadas.	MB	1,5%	15	15
d) Frequência das reuniões	Maior pontuação para frequência mensal de reuniões do conselho e/ou comitê.	MB	1,5%	15	15
e) Monitoramento do conselho de administração e da diretoria executiva	Maior pontuação para conselheiros que estão monitorando a gestão da companhia e verificando a adequação aos interesses e objetivos da empresa.	MB	1,5%	15	15
f) Conselho fiscal permanente "turbinado" como alternativa para atender a seção 301 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige a criação de um comitê de auditoria	Maior pontuação para o empresas com conselho fiscal permanente e "turbinado", na ausência de um comitê de auditoria.	MB	2,0%	20	20
g) Critérios de escolha dos auditores externos	Maior pontuação para a existência de critérios bem definidos para a escolha do auditor externo que esteja classificado entre os 4 maiores auditores do mercado (reconhecido pelo mercado).	MB	1,0%	10	10
h) Relatórios de Auditoria externa	Maior pontuação para parecer dos auditores sem ressalva há pelo menos 5 anos.	MB	1,0%	10	10
6) Informações Públicas: Transparência e Disclosure			12,5%	125	125
a) Demonstrações financeiras	Maior pontuação para empresas que divulgam informações financeiras anuais e trimestrais, precisas, detalhadas e compreensíveis (Nota: empresas do novo mercado, nível 2 ou listadas na NYSE = MB).	MB	2,0%	20	20
b) Apresentação aos analistas do mercado de ações	Maior pontuação para apresentação frequente aos analistas do mercado de ações (MB = mínimo de 4 vezes ao ano). (Nota: NM, N2 e N1 são no mínimo B).	B	2,0%	16	20
c) Relatórios sociais e ambientais	Maior pontuação para empresas que espontaneamente divulgam essas informações.	MB	1,5%	15	15
d) Relatórios e informações enviadas aos acionistas	Maior pontuação para empresas que enviam material referente às suas atividades e seu desempenho, e que atendem solicitações de informações adicionais por parte dos acionistas.	MB	2,0%	20	20
e) Divulgação de informações relevantes	Maior pontuação para divulgação, com rapidez, de qualquer fato relevante que possa afetar a empresa ou seus acionistas.	MB	1,0%	10	10
f) Qualidade das informações não-financeiras	Maior pontuação para a divulgação detalhada de informações referentes aos seus mercados de atuação, produtos, volume de produção, preço dos produtos comercializados, entre outras variáveis operacionais.	MB	2,0%	20	20
g) Qualidade e acesso aos registros da instituição	Maior pontuação para empresas que possuem todas as informações, de maneira organizada, sobre suas atividades desde o início de suas operações, e divulgam as informações ao mercado, caso sejam solicitadas.	MB	1,0%	10	10
h) Listado no Novo Mercado ou nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa	Maior pontuação para Novo Mercado (MB), Nível 2 (B) e Nível 1 (R).	MB	1,0%	10	10

TOTAL DE PONTOS CLASSIFICAÇÃO 100,0% A 998 1.000 99%

Classificação	Pontos Percentuais
A	99% - 100%
B	76% - 99%
C	65% - 75%
D	abaixo de 65%

Elaborado pelo Setor de Participações Mobiliárias - Gerência de Participações

EM PRATOS LIMPOS

do que todas as medidas cabíveis estão sendo adotadas, inclusive na esfera judicial, para assegurar o amplo direito de defesa da Fundação", diz o executivo. Ele lembra que o único objetivo almejado pelas aplicações e investimentos é alavancar o patrimônio da Fundação para garantir o pagamento dos benefícios atuais e futuros dos participantes.



RESULTADOS FALAM POR SI

Exemplos do acerto da estratégia de investimentos dessa gestão não faltam. A rentabilidade acumulada no período, por exemplo, foi 19,1% acima da meta atuarial. Já as aplicações em carteira de ações da Petros (carteira de giro) renderam, desde a posse da atual gestão, 239,8%, bem acima do Índice Bovespa (Ibovespa), que subiu 207,2%.

No período janeiro/2003 a novembro/2005, a carteira de renda variável da Petros, comparada com outros 50 fundos de investimentos em ações listados pela Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos), no segmento Ibovespa Ativo, ocupa a 9ª posição em rentabilidade. No segmento Fundos Referenciados DI, dentre 109 fundos, a carteira da Fundação estaria na 23ª posição. Importante destacar que as listas divulgadas pela Anbid incluem as operações de fundos de investimentos administrados pelas instituições financeiras (bancos) de todo o país.

Por fim, lembramos que no Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações (DAIEA), enviado trimestralmente aos participantes, constam as instituições financeiras que fazem a gestão terceirizada dos fundos exclusivos de renda fixa da Petros. Elas são co-responsáveis pelos resultados dos investimentos nessa modalidade, que têm sido positivos, cumprindo, portanto, o mandato de maneira adequada.

Fomento à micro e pequena empresa

Em debate na Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp), o presidente Wagner Pinheiro explicou as alternativas de investimentos da Petros como parceiro ou financiador indireto para os deputados estaduais paulistas da Frente Parlamentar de Apoio à Micro e Pequena Empresa. No encontro, ocorrido no dia 23 de novembro, o dirigente destacou que a Fundação conta com cerca de R\$ 17 bilhões em renda fixa, "que ao longo dos anos poderão ser deslocados para investimentos no setor produtivo".

Segundo Pinheiro, os principais veículos para a Petros investir no setor são os Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes (ideais para as empresas de pequeno porte) e os Fundos de Investimentos em Participações. Para ele, uma boa possibilidade de os microempresários terem acesso a empréstimos seria pela liberação de recursos em prazos compatíveis com a maturação do investimento.

O executivo destacou, no entanto, que não basta ao empreendedor alcançar um bom retorno financeiro. É preciso atender premissas básicas como, por exemplo, o respeito à legislação trabalhista, além de comprovada responsabilidade sob os pontos de vista fiscal e ambiental. "Enfim, responsabilidade social em relação às pessoas e ao meio em que vivem."



Arquivo Petros

Parlamentares e representantes do pólo têxtil paulista debateram na Petros alternativas de investimento no setor

Setor têxtil - No dia 12 de dezembro foi a vez de uma comitiva formada por executivos do setor têxtil da cidade de Americana(SP), parlamentares paulistas e a Secretária de Desenvolvimento Econômico de Americana, participarem de reunião na Petros com o presidente Wagner Pinheiro, o titular da área de Novos Projetos, Humberto Lima, e o analista de Investimentos Leonardo Figueiredo.

No encontro, debateram a possibilidade de criação de veículo de investimento específico para alavancar empresas da

região. O projeto está inserido na estratégia da atual gestão de investir no setor produtivo, potencialmente mais rentável que papéis tradicionais. De acordo com o deputado estadual Antonio Mentor, a iniciativa partiu de representantes do pólo têxtil paulista - formado pelas cidades de Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa, Sumaré e Hortolândia - que buscam formas de fomentar as empresas da região. Para isso, contam com o apoio de prefeitos, vereadores, sindicatos patronais e dos trabalhadores, além do apoio da Alesp.

Na mesma linha, o deputado Vanderlei Macris disse que a região congrega mais de 700 indústrias e tem presença importante na economia têxtil - da fiação à tecelagem, da confecção ao designer. Desse total de empresas, ele contabiliza que 140 estão engajadas no movimento encabeçado pela Frente Parlamentar.

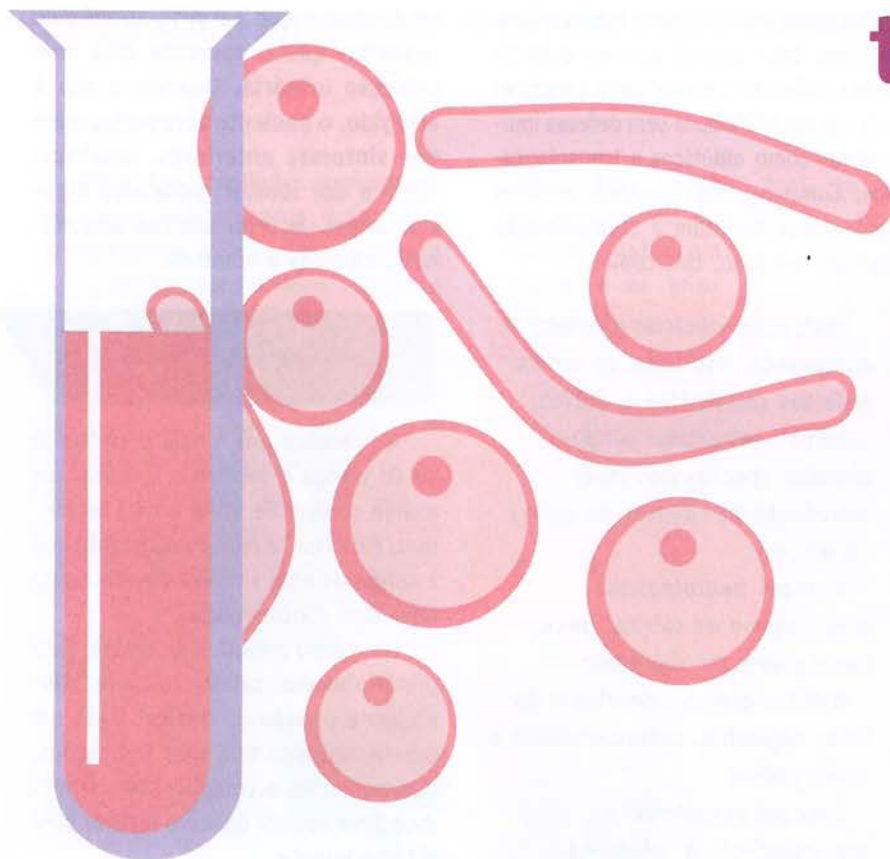
**Encontros
abordaram
investimentos
em empresas de
pequeno e médio
portes**

VIVA

Ano XIV :: Número 17 :: Dezembro 2005

melhor

Hepatite A: diagnóstico e tratamento



Hepatite A é uma doença provocada no fígado por um vírus.

A doença é transmitida de pessoa a pessoa através de alimentos ou objetos colocados na boca e contaminados com as fezes de outra pessoa com Hepatite A.

Por esta razão, o vírus se dissemina com mais facilidade em áreas onde as condições sanitárias são precárias ou nas situações onde a higiene pessoal não é observada.

A melhor prevenção contra a hepa-

tite é lavar as mãos após utilizar o banheiro, trocar fraldas, preparar ou comer alimentos.

A vacinação pode ser realizada após os 12 meses de idade. A proteção começa após 4 semanas da primeira dose da vacina e se prolonga por aproximadamente 20 anos.

A maior parte das infecções resulta de contatos entre membros da mesma família ou de parceiros sexuais portadores do vírus. Contatos casuais, tais como ocorrem em escritórios, fábricas

ou escolas, não disseminam o vírus.

A maior parte das pessoas infectadas não apresenta quaisquer sinais ou sintomas da doença. Mas a hepatite também pode se apresentar de forma brusca, com febre, cansaço, perda de apetite, náusea, desconforto abdominal, urina escura e icterícia (pele e olhos amarelados). Os sintomas geralmente desaparecem em menos de 2 meses.

Como em outras infecções, após a recuperação da Hepatite A a pessoa fica imunizada para sempre.

O diagnóstico e tratamento são realizados pelo médico, que também solicita exames para confirmar o tipo de Hepatite.

Fls No Fonte: RHVida

34042

Doc.

Infecção Urinária
Saiba como ocorre e
conheça seus sintomas

Acordo Coletivo
apresenta inovação
para a AMS

Aids:
Número de infectados
dobrou

Infecção urinária

O QUE É ?

A infecção urinária (IU) é a presença de microorganismos em alguma parte do trato urinário. Quando surge no rim, chama-se pielonefrite; na bexiga, cistite; na próstata, prostatite e na uretra, uretrite.

A grande maioria das infecções urinárias é causada por bactérias, mas também podem ser provocadas por vírus, fungos e outros microorganismos. A bactéria *Escherichia coli* representa 80 a 95% dos invasores infectantes do trato urinário.

COMO OCORRE?

O acesso dos microorganismos ao trato urinário se dá por via ascendente, ou seja, pela uretra, podendo se instalar na própria uretra e próstata, avançando para a bexiga e, com mais dificuldade, para o rim.

Difícilmente, as bactérias podem penetrar no trato urinário pela via sanguínea. Isto ocorre apenas quando existe infecção generalizada (septicemia) ou em indivíduos sem defesas imunitárias como aidéticos e transplantados. Como a urina é estéril, existem fatores que facilitam a contaminação do trato urinário, tais como:

- **obstrução urinária:** próstata aumentada, estenose de uretra, defeitos congênitos e outros;
- **corpos estranhos:** sondas, cálculos (pedras nos rins), introdução de objetos na uretra (crianças);
- **doenças neurológicas:** traumatismo de coluna, bexiga neurogênica do diabetes;
- **fistulas genito-urinárias e do trato digestivo, colostomizados e constipados;**
- **doenças sexualmente transmissíveis e infecções ginecológicas.**

O QUE SENTE?

O ato de urinar é voluntário e indolor. A presença de dor, ardência, dificuldade e/ou urgência para urinar, micções urinárias muito frequentes e de pequeno volume, urina de mau cheiro de cor opaca e filamentos de muco formam um conjunto de dados que permite ao médico suspeitar que o paciente está com infecção urinária. Quando o rim é atingido, o paciente apresenta, além dos sintomas anteriores, calafrios, febre e dor lombar, podendo, algumas vezes, ocorrer cólicas abdominais, náuseas e vômitos.

COMO SE FAZ O DIAGNÓSTICO?

A presença dos sinais e sintomas de IU obriga o médico a solicitar um exame comum de urina e uma urocultura. Para isso, é muito importante que a coleta de uma amostra de urina seja feita sem contaminação.

Há quatro métodos de coleta: jato urinário médio, coletor urinário, sondagem e punção da bexiga. Cada um desses métodos tem suas indicações, conveniências e complicações. O médico deve decidir qual é o melhor para o seu paciente.

Fonte: Equipe ABC da Saúde

Editorial

Evite o contágio

Você sabia que a maioria das infecções urinárias (IU) é causada por bactérias, mas também podem ser provocadas por vírus, fungos e outros microorganismos? Na página 2, entenda mais sobre os sintomas e saiba como é feito o diagnóstico para problemas de IU. Na capa, uma doença que ainda assusta grande parte da população, mas que pode ser evi-

tada facilmente, a Hepatite A. A doença é transmitida por intermédio de alimentos ou objetos colados na boca e contaminados com fezes de outra pessoa com Hepatite A. A melhor opção para a prevenção é lavar as mãos ao preparar ou comer alimentos e após utilizar o banheiro, além de tomar a vacina na infância.

Acordo Coletivo apresenta inovações para a AMS

O Acordo Coletivo de Trabalho 2005, firmado no dia 6 de dezembro, tem suas cláusulas sociais válidas até 2007. A AMS faz parte desse contexto e apresenta melhorias que alcançam todos os beneficiários.

Uma das novidades é o custeio de novos medicamentos. A Petrobras tem prazo de 120 dias para apresentar proposta para o novo benefício, que atingiria empregados, pensionistas, aposentados e respectivos dependentes. A acupuntura também foi adotada e - após a definição de critérios pela Comissão de AMS - terá alguns procedimentos cobertos.

Outras inovações que aguardam critérios da comissão são a inclusão de enteados e melhorias no Programa de Avaliação da Saúde dos Aposentados - PASA.

A partir do novo Acordo, será adotada, para aposentados e pensionistas, a mesma margem consignável para desconto aplicada aos empregados: 13%.

Para os dependentes que utilizam AMS, as mudanças são duas. No Plano 28, empregados e aposentados poderão incluir seus filhos a qualquer momento, até completar 28 anos, desde que permaneçam por, no mí-

nimo, cinco anos. No caso dos menores sob guarda em processo de adoção, o limite para ingresso na AMS foi ampliado para 18 anos. Veja no quadro ao lado todas as mudanças incluídas no Acordo Coletivo de Trabalho 2005.



• Novos Medicamentos

A Petrobras apresentará proposta em um prazo de 120 dias, a partir da data de assinatura do Acordo.

• Acupuntura

Será implantada após discussões de critérios na Comissão de AMS.

• Enteados

Compromisso de inclusão de enteados, de acordo com critérios a serem definidos na Comissão de AMS.

• Margem Consignável

Adoção, para aposentados e pensionistas, da mesma margem consignável para desconto da AMS aplicada aos empregados da ativa (13%)

• PASA

Após discussão na Comissão de AMS, a empresa oferecerá aos aposentados uma avaliação clínica preventiva mais adequada, através do Programa de Avaliação da Saúde dos Aposentados.

• Plano 28

Empregados e aposentados poderão incluir seus filhos, desde que permaneçam por no mínimo cinco anos. A inclusão poderá ser feita a qualquer momento e a idade limite para ingresso é de 28 anos. A idade limite para permanência é de 33 anos.

• Menor Sob Guarda

Ampliação do limite de ingresso do menor sob guarda, em processo de adoção, de 8 para 18 anos.

RQS nº 037/2005
CPMI 043
Fls. Nº 34
Doc. _____

AIDS: educação e prevenção ainda são os melhores remédios

Relatório da ONU revela que o número de infectados pelo vírus HIV dobrou nos últimos dez anos. Os maiores índices de crescimento foram detectados na Europa Oriental e na América Latina. E o Brasil tem problemas...

Está chegando o final do ano, época de festas. Logo depois do *réveillon* começa a preparação para o carnaval, as campanhas sobre a prevenção da Aids reaparecem na televisão e parece que tudo está resolvido. Mas não é verdade: a realidade é bem diferente. A edição 2005 do relatório anual do Programa de Aids das Nações Unidas (Unaid) mostra que o número de infectados pelo HIV no mundo ultrapassou a marca de 40 milhões.

O nosso Programa Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde, é referência mundial e o Brasil, hoje, tem convênios com vários países – principalmente na África – para apoio e troca de experiências, mas o relatório do Unaid apresenta um dado de extrema relevância: 38% dos brasileiros entre 15 e 24 anos não sabem como é transmitido o vírus HIV.

As pesquisas em busca de uma vacina contra o vírus da Aids continuam, mas sem previsão de sucesso. Enquanto

isso, o melhor caminho é a educação e a prevenção. Veja nos quadros abaixo e ao lado como se prevenir.

Assim contrai	Assim não contrai
sexo vaginal sem camisinha	sexo, desde que se use corretamente a camisinha
sexo anal sem camisinha	masturbação a dois
sexo oral sem camisinha	beijo no rosto ou na boca, aperto de mão ou abraço, suor e lágrima
uso da mesma seringa ou agulha por mais de uma pessoa	picada de inseto
transfusão de sangue contaminado	talheres / copos / sabonete / toalha / lençóis / assento de ônibus
mãe infectada pode passar o HIV para o filho durante a gravidez, no parto e na amamentação	piscina, banheiros, pelo ar
instrumentos furam ou cortam que não sejam esterelizados	doação de sangue

RÁPIDAS:

- O Ministério da Saúde apresentou o resultado do Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* - LIRAA. Inédito no país, esse método identifica rapidamente criadouros do mosquito transmissor da dengue. "São Paulo e grandes capitais do Nordeste tiveram dados bons, mas a infestação está alta em alguns lugares da Região Norte, em Salvador e na Região Metropolitana do Rio", explicou o secretário nacional de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa. Não esqueça que a melhor maneira de lutar contra a dengue é a prevenção: não deixe água parada em garrafas, pneus ou vasos de plantas e mantenha as caixas d'água tampadas. (Fonte: www.saude.gov.br)

Fale com a AMS

0800-780810 (Rio de Janeiro) :: 0800-8884400 (São Paulo) :: 0800-714080 (Bahia) :: (82) 217-7835 (Alagoas) :: (84) 3235-4039 (Rio Grande do Norte) :: (27) 3761-4001 (Espírito Santo) :: (22) 2761-2560 (Maceió) :: (31) 3529-4148/3298-3118 (Minas Gerais) :: (61) 429-7155 (Brasília) :: (82) 3217-7835 (Maceió) :: (79) 3212-2480/3093 (Sergipe)

VIVA
melhor

Rua do Ouvidor, 98 :: Centro :: 20040-030 :: Rio de Janeiro :: RJ :: (21) 2506-0335 :: www.petros.com.br :: petros@petros.com.br
 Editor: Charles Nascimento - 20.554 MTb/RJ :: Conteúdo AMS: RH Petróbras :: Diagramação: Iêda M. M. Oliveira :: Tiragem: 90 mil exemplares
 Conteúdo: Gerência de Recursos Humanos :: Projeto Gráfico: DTECH :: Ilustração: Luiz C. Cabral de Menezes :: Impressão: Bangraf

ICSS premia destaques do sistema

O presidente do ICSS e da Petros, Wagner Pinheiro, foi o anfitrião da entrega do 10º Prêmio de Seguridade Social, concedido anualmente pelo Instituto Cultural de Seguridade Social. Durante a abertura da cerimônia, realizada no dia 8 de dezembro, no Rio de Janeiro, o dirigente lembrou que o arcabouço regulador e fiscalizador construído nos últimos três anos "permite antever o ciclo de expansão do segmento."

Na sua avaliação, tal cenário se traduz numa maior disseminação da cultura de seguridade social e numa inclusão previdenciária mais ampla, aproximando o Brasil do restante do mundo. "Esses avanços já começam a produzir frutos e não é exagero prever que os fundos de pensão poderão dobrar de tamanho ainda nessa década, levando proteção a 15 milhões de trabalhadores e seus dependentes."

Como legítimo representante de um setor que acabara de ser novamente atingido por acusações infundadas, desta vez partindo de informações constantes do relatório da CPMI dos Correios, o executivo fez um pronunciamento contundente em defesa do sistema. "Não podemos ser submetidos a ondas de desconfiança e descrédito provocadas por denúncias sem fundamento, sem correspondência factual, como as que vimos sofrendo nos últimos meses."

O acadêmico Arnaldo Niskier e o jornalista da Folha de S.Paulo, Luís Nassif, ambos premiados no evento, também lamentaram o denunciismo inconsequente e destacaram a importância dos fundos de pensão para o país. Antecessor do presidente da Petros à frente do ICSS, Niskier lembrou que atua no sistema há mais de 15 anos e, nesse período, toda vez que se aproxima o calendário eleitoral, o tema vem à baila. "A ideia de rombo e de procurar mostrar irregularidade nos fundos de pensão é recorrente. Se esses valores divulgados fossem críveis, o rombo já teria chegado ao Japão."



Américo Vermelho

Audatório ficou lotado durante entrega do prêmio outorgado anualmente pelo ICSS

Nassif, por sua vez, fez um discurso de exaltação ao sentimento nacional. Disse estar convicto de que o país tem tudo para crescer, apesar da estagnação econômica dos últimos 20 anos. Segundo ele, os fundos de pensão terão papel de destaque - como grandes investidores - quando o país efetivamente começar o ciclo virtuoso.

Vencedores

O Prêmio Nacional de Seguridade Social é uma distinção a personalidades e instituições brasileiras que contribuem com o desenvolvimento da sociedade. Os laureados em 2005 foram:

Ação Parlamentar
Pedro Simon

Ação Social
Rodrigo Baggio

Comunicação
Luís Nassif

Dirigente Nacional
José de Souza Mendonça

Educação, Cultura e Esporte
Arnaldo Niskier

Ética e Responsabilidade
Grupo Orsa

Segurança Empresarial
Roger Agnelli

Segurança Social
Irmã Silvana Vecellio Saai



Fotos: Américo Vermelho



Os premiados

- 1º *O pequeno tratado sobre a vida*, de Sônia Fernandes do Nascimento
- 2º *A Carta*, de Judith Martins de Souza
- 3º *Lembranças Circulares*, de Cleo de Oliveira
- 4º *Dális no Quintal*, de Sara Denise Schaquinich
- 5º *Encontro com a bailarina*, de Sílvio Luiz Rocha
- 6º *Bandoleiro*, de Otacílio de Albuquerque Lang
- 7º *O homem lapso*, de Rômulo Pinheiro Gomes
- 8º *A propina*, de Eduardo Domingues
- 9º *Galeria da dor*, de Luiz Alberto de Carvalho Faria
- 10º *O bengalista*, de Jafran Bastos

de doação e novas aquisições, e projeta-se o acesso aos participantes.

Escolha difícil – O jornalista e escritor Enio Squeff, um dos quatro integrantes da comissão julgadora, explicou seu critério de escolha e disse ter sido difícil exercer a tarefa. Foi surpreendido com a técnica de escrita dos autores finalistas e disse ter tentado, dentro de seus parâmetros, ser o mais justo possível.

Para o escritor, todos os concorrentes atenderam ao objetivo mais importante do concurso: a técnica de narração. "Certamente devo ter errado em uma escolha ou outra, mas não o fiz com intenção", disse Squeff, ao lembrar que escritores como Fernando Pessoa e Franz Kafka também não tiveram o merecido reconhecimento.

Em sua opinião, os concorrentes certamente serão premiados naquilo que lhe parece o fundamental: a satisfação do artista em expressar seu talento. "Não é por causa desses pobres juízes que vocês devem desistir."

Ping-pong, com Sônia Fernandes

O texto foi escrito especialmente para o concurso?

Sim. Na hora em que soube que o tema era livre, sentei na frente do computador e escrevi.

Quanto tempo você demorou?

(risos) Mais ou menos uma hora. Depois, não mexi. Fiz apenas aquela revisão de ortografia do Word. Estava em um momento ideal. Todas as vezes que eu escrevo, acho que baixa alguma entidade em mim. Sempre tenho a sensação de que é outra pessoa que está escrevendo; é outra vivência, é uma peculiaridade que me emociona e tenho que colocar imediatamente no papel.

Foi uma vitória da persistência?

Eu não esperava ganhar. No final das contas, quando leio o livro, acho que todos os contos estão no mesmo nível. O que faz a diferença é sentimento dos jurados no momento da leitura.

O que falta para publicar o primeiro livro?

Aquela inércia de pegar a bola e mandar rolar. Sou preguiçosa. Tenho que procurar o editor, porque ele não vai à minha casa. Ultimamente tenho tentado, enviado meus textos para concursos e participado de mais eventos para ver se dá certo. Tenho muita esperança.

ROS nº 03
CPMI - 015
Fis. Nº
3408-
Doc. 11
revista PETROS

Fundos celebram parceria pelo social

Pelo segundo ano consecutivo, a Petros lançou seu Relatório Anual de Responsabilidade Social e Empresarial. A solenidade foi organizada no dia 12 de dezembro, no Rio de Janeiro, em parceria com a Previ, que também apresentou sua publicação. Elaborado dentro da metodologia do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), os dois Balanços Sociais destacam a adoção de critérios de responsabilidade social nos investimentos realizados pelos maiores fundos de pensão brasileiros. Além disso, revela o compromisso das atuais gestões com o desenvolvimento sustentável do país, sob os pontos de vistas econômico, social e ambiental.

Otimista, o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, destacou a parceria com o fundo de

pensão dos empregados do Banco do Brasil no fomento ao social. Ele avalia que as ações já implementadas são os primeiros passos na busca de um Brasil mais igualitário. "As empresas aumentam a cada dia seu comprometimento com a responsabilidade social e não buscam mais o lucro pelo lucro." Segundo ele, o empresariado também tem mostrado um compromisso firme com a sociedade.

Para Pinheiro, esse é o caminho a ser trilhado pelos gestores, e investidores como os fundos de pensão têm obrigação de estarem à frente nesse caminho. "Queremos não só buscar lucros, mas a rentabilidade social também. Estamos honrados em puxar esse trem junto com a Previ e ajudar a população a ter

uma vida mais digna."

O dirigente disse, ainda, ter certeza de que o sistema previdenciário avança a cada dia. Como exemplo, citou a geração de empregos propiciada pelos investimentos feitos pelos fundos de pensão no setor produtivo, destacando a experiência de reestruturação da Perdigão.

Os diretores da Petros, Sérgio Lyra e Maurício Rubem, também participaram da cerimônia, que teve o clima de formalidade quebrado com a apresentação de um espetáculo de dança da Associação de Balé e Artes para Cegos Fernanda Bianchini. Criado há 15 anos, o grupo emocionou a platéia e ao final foi aplaudido de pé. As jovens bailarinas mostraram talento e sensibilidade e deixaram uma lição de vida. Esse é apenas um dos inúmeros exemplos que só se tornaram possíveis graças à ação social dos fundos de pensão – o grupo é patrocinado pela NeoEnergia, empresa que conta com participação acionária da Previ, representada na ocasião pelo diretor presidente Marcelo Maia de Azevedo Corrêa.

O presidente da Previ, Sérgio Rosa, frisou que em linhas gerais o tema responsabilidade social está se desenvolvendo e



Executivos destacaram a importância da "rentabilidade social"

cada vez mais ganha dimensões importantes no país. Essa disseminação vem ocorrendo, segundo ele, graças principalmente a duas vertentes: ou as empresas o fazem por visão ou por pressão da sociedade. "A Previ faz por visão", enfatizou o executivo, que anunciou mudanças no Balanço da Previ em 2006. "Queremos saber em que evoluímos ao longo desses oito anos para trabalhar no que podemos melhorar ainda mais."

O presidente da CPFL, Wilson Ferreira, fez questão de dar um testemunho em favor dos fundos de pensão no que diz respeito ao desenvolvimento do país. Já o presidente da Perdigão, Nildemar Secches, declarou que "a ação dos fundos de pensão salvou nossa empresa". Ele anunciou a geração de 10 mil empregos, que serão somados aos atuais 30 mil trabalhadores.

35 Anos - A exemplo da edição anterior, o Balanço Social da Petros foi enviado a todos os participantes. Além de prestar contas, ao apresentar o direcionamento socialmente responsável dos investimentos, a publicação homenageia os 35 anos da Fundação. Para isso, conta a trajetória de dois personagens cujas datas de nascimento têm a ver com a origem da história de sucesso da entidade: Fábio Amorim nasceu no mesmo dia em que a Petros iniciou suas operações, 1º de julho de 1970, data em que Paulo Roldão Silva completava 35 anos de vida.

Fotos: Américo Vermelho



Reinserção social, um dos muitos projetos socialmente responsáveis, de parceiros que almejam muito além dos lucros

TOME NOTA

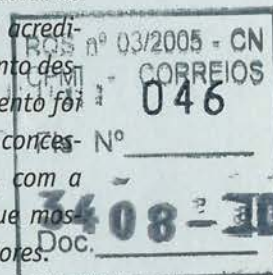
Homenagem à Petrobras

Durante sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em comemoração ao 52º aniversário da Petrobras, o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, resumiu a trajetória de luta da companhia que hoje conta com o apoio dos 180 milhões de brasileiros "e tem os petroleiros na linha de frente em defesa do seu patrimônio."

Pontuado pelo carinho e gratidão à maior empresa brasileira, seu discurso ressaltou o fato de a Petrobras ser uma empresa multinacional genuinamente brasileira que ostenta um bom nível de investimento, porque pode captar recursos baratos também no exterior. O executivo também parabenizou a atual gestão da companhia

"por tê-la ajudado a alcançar quase R\$ 20 bilhões de lucros anuais". Em seguida, destacou a importância estratégica de a Petrobras construir uma plataforma no Brasil - decisão que propiciou o fomento da indústria naval.

No dizer do presidente da Petros, tais iniciativas servem de resposta aos críticos e contraria as especulações dos que não acreditavam no projeto. Outro ponto destacado em seu pronunciamento foi a mudança na política de concessão de reajustes salariais, com a adoção de uma postura que mostra respeito aos trabalhadores.



Resumo dos números de outubro/2005

*Fundação investiu
R\$ 26,1 bilhões no mês;
desse total, 66,63%
foram em renda fixa*

Resultado da Petros

Outubro/2005 (milhões de reais)

Descrição	Valores
Receita de contribuições das patrocinadoras e participantes	680
Benefícios pagos aos participantes	-1.377
Despesas administrativas	-61
Fundos administrativo/Outros	-71
Reavaliação dos compromissos com pagamentos de benefícios	-829
	A
	B
	C=A+B
Resultado dos investimentos	D
	3.048
Resultado Técnico do período	E=C+D
	56
Resultado Técnico acumulado em 31/12/2004F	-5.217
Resultado Técnico em 31/10/2005	-5.161
Ajuste de Títulos mantidos até o vencimento G	8
Equilíbrio Técnico em 31/10/2005	H=E+F+G
	-5.153

Investimentos da Petros

R\$ 26,1 bilhões em Outubro de 2005



FONTE:
Gerência de
Controle

Situação Patrimonial da Petros

Outubro/2005 (milhões de reais)

Descrição	Valores
Patrimônio para cobertura dos compromissos	A 27.011
- Investimentos	26.170
- Contribuições a receber e outros ativos	1.053
- Outras obrigações	-212
Fundos	B -704
Patrimônio para cobertura dos compromissos	C = A + B 26.307
Compromissos com benefícios já concedidos	D -19.726
Disponível para benefícios a conceder	E = C + D 6.581
Compromissos com benefícios a conceder	F -11.733
Resultado em 31/10/2005	G = E + F -5.153

Rentabilidade dos Investimentos Petros comparada a referências de mercado (variação %)

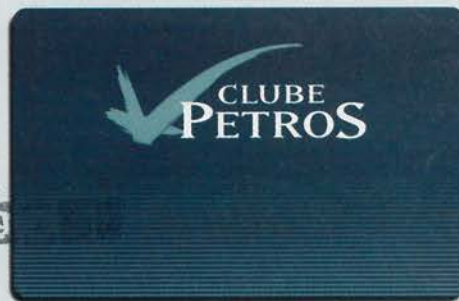
	Set/2005	Out/2005
Referencial/Investimento	Peso%	Rentab.
CDI	27,04	1,40
Renda fixa sem NTN-B - Petrobras	27,04	1,38
IBX - 50	15,53	-4,38
Carteira de ações (giro)	15,53	-4,08
IBX - 100	1,24	-4,05
Fundos de ações de mercado	1,24	-1,32
Meta Atuarial (IPCA + 6% ao ano)⁽¹⁾	56,19	0,96
NTN-B - Petrobras	39,27	0,96
Carteira de Participações	9,17	-0,62
Carteira de Participações Imobiliárias	3,73	1,54
Empréstimos a Participantes	4,02	1,43
Referencial Ponderado	100,00	0,19
Total dos Investimentos	100,00	0,17
Diferença entre a rentabilidade total dos investimentos e a meta atuarial		-0,78
IPCA de Outubro		0,75

(1) Rentabilidade registrada utilizando a prévia do IPCA para os últimos 15 dias do período. Fonte: Gerência de Administração Financeira. Elaboração: Gerência de Controle.

Calendário de Pagamento de Benefícios Petros

Mês	Data/Crédito	Mês	Data/Crédito
Janeiro/2006	25	Fevereiro/2006	24
Março/2006	24	Abril/2006	25
Mai/2006	25	Junho/2006	23

ATUALIZAÇÃO DO GUIA DAS EMPRESAS CONVENIADAS



Veja aqui a relação dos novos estabelecimentos que fizeram convênio com o Cartão Petros até novembro de 2005. Guarde junto com o seu Guia das Empresas Conveniadas

CLUBE EMPRESA IGUATEMI SHOPPING IGUATEMI

ACESSÓRIO FEMININO/BIJUTERIA

BIJOUX WAY 10% EM DINHEIRO

BIJUNATH 10% À VISTA

LOOK TEEN 5% EM DINHEIRO

ALIMENTAÇÃO

BALA & CIA 10% À VISTA PARA BOMBONIERE, 5% À VISTA PARA PRESENTE, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

BATATA INGLESA

UM REFRIGERANTE 300ML NA COMPRA DE UMA REFEIÇÃO DE BATATA OU BATATA ROSTIE. PROMOÇÃO VÁLIDA DE 2º A 6º, DAS 11 ÀS 15H

BEIJO & BEIJO NAS COMPRAS ACIMA DE R\$ 10,00, GANHE UM COPO DE SORVETE ZUPA, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

BOB'S

10%, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

BON GRILLÉ

10%, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

CACAU SHOW 5%

DAISEN 10%

DON FILETTO 10% NAS REFEIÇÕES

EMPÓRIO DELÍCIAS R\$ 2,09 CADA 100G

GIRAFFA'S 5%

LA MOLE 10% PARA SERVIÇO TRADICIONAL, EXCETO LA MOLE PICCOLO, LA MOLE EM CASA E PRODUTOS EM PROMOÇÃO

MISTER SHEIK

10% NOS PRATOS ÁRABES PRONTOS

MIX BAR 5%

MR.DAVIS

5% EM DINHEIRO, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

REI DO BACALHAU 10% NAS REFEIÇÕES

SASS GRILL 10%

TIRRENO 10% PARA CAFÉ EXPRESSO

ARTIGOS ESOTÉRICOS/PRODUTOS NATURAIS

ESSÊNCIA ASTRAL

10% À VISTA E 5% NO CARTÃO, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

VIA VERDE 10% À VISTA

ARTIGOS PARA ESPORTE/VIAGEM

ESPORTE E AÇÃO

10% NAS COMPRAS ACIMA DE R\$ 50,00

SNC 10%

ARTIGOS PARA O LAR/DECORAÇÃO

ART'SANO 15% À VISTA E 5% A PRAZO

FIRST CLASS

5%, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

LUVARIA GOMES

5% NAS COMPRAS ACIMA DE R\$ 100,00

PERSIANAS GRAJAÚ 5% À VISTA, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

BRINQUEDO

BARRA REY

5%, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

CABELEIREIRO

EDSON FREITAS

20%, DE 2º A 6º, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO E NOS SERVIÇOS DE CAUTERIZAÇÃO, UNHA DE PORCELANA E SILICONE, PENTEADO E MAQUIAGEM

WALTER'S COIFFEUR

15%, EXCETO NOS SERVIÇOS EM PROMOÇÃO

WERNER COIFFEUR

20%, EXCETO NOS SERVIÇOS EM PROMOÇÃO

CALÇADOS/BOLSAS

BELL FASHION 10% EM DINHEIRO E 5% NAS DEMAIS FORMAS DE PAGAMENTO

CEZANNE

5%

DICO CALÇADOS

10%, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

DATELLI 10% EM DINHEIRO E 5% NAS DEMAIS FORMAS DE PAGAMENTO

LE POSTICHE 10% EM DINHEIRO E 5% NAS DEMAIS FORMAS DE PAGAMENTO, EXCETO NOS PRODUTOS EM PRODUÇÃO

MAGIA DOS PÉS 5% EM DINHEIRO

MALA AMADA 5% À VISTA

NATIVA STUDIO

10% À VISTA E 5% A PRAZO, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

RIO'S SPORT 10% EM DINHEIRO E 5% NAS DEMAIS FORMAS DE PAGAMENTO, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

CDs/DVDs

AKY DISCOS 10%, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

FARMÁCIA/COSMÉTICOS/PERFUMARIAS

ANDRÉ HANG 10% À VISTA E 5% NO CARTÃO OU CHEQUE

CONTÉM 1G 10%, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

DOCE FRAGÂNCIA 5%

FARMALIFE 10% NOS MEDICAMENTOS

VITA DERM 10%, EM DINHEIRO OU CHEQUE, E 5% NOS CARTÕES DE DÉBITO E CRÉDITO, EXCETO NOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO

ELETRDOMÉSTICOS

HM ELETRO 10% À VISTA (DINHEIRO OU CARTÃO DE DÉBITO)

FOTO E REVELAÇÃO/TELEFONIA CELULAR

CELULAR STATION 20% NOS ACESSÓRIOS E 5% NOS APARELHOS CELULARES

DE PLÁ 10% NA REVELAÇÃO

FOTOSFERA 10% NA REVELAÇÃO 1 HORA

RIO COLOR R\$0,60, CUSTO UNITÁRIO DA REVELAÇÃO

TIM 10% NOS ACESSÓRIOS, 5% NOS APARELHOS + TIM CHIP, EXCETO NO CARTÃO DE RECARGA

ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

• RIO DE JANEIRO - RJ

TERAPIAS

SPAÇO TERAPIAS COMPLEMENTARES

www.harmoniza.com.br

10% À VISTA NOS ATENDIMENTOS AVULSOS E 15% NOS PACOTES DE DEZ ATENDIMENTOS.

AV. RIO BRANCO, 156 - SALA 1.406 - CENTRO
TEL.: (21) 2215-6301

CANCELAMENTO DE CONVÊNIO

DR. PHÓRMULA

• RIO DE JANEIRO - RJ

RUA DO OUVIDOR, 130 - 2º LOJA - 221 - CENTRO

TEL.: (21) 2509-0799/3852-0247

• PETRÓPOLIS - RJ

RUA NESSON SÁ BARP, 45 - LOJA 9 - CENTRO

TEL.: (24) 2231-0367

**Que a paz e a felicidade
estejam sempre presentes
em nossas vidas**

*São os votos da PETROS às
patrocinadoras, aos instituidores e,
principalmente, aos participantes:
presente e futuro da Fundação.*

Prosperidade em 2006!



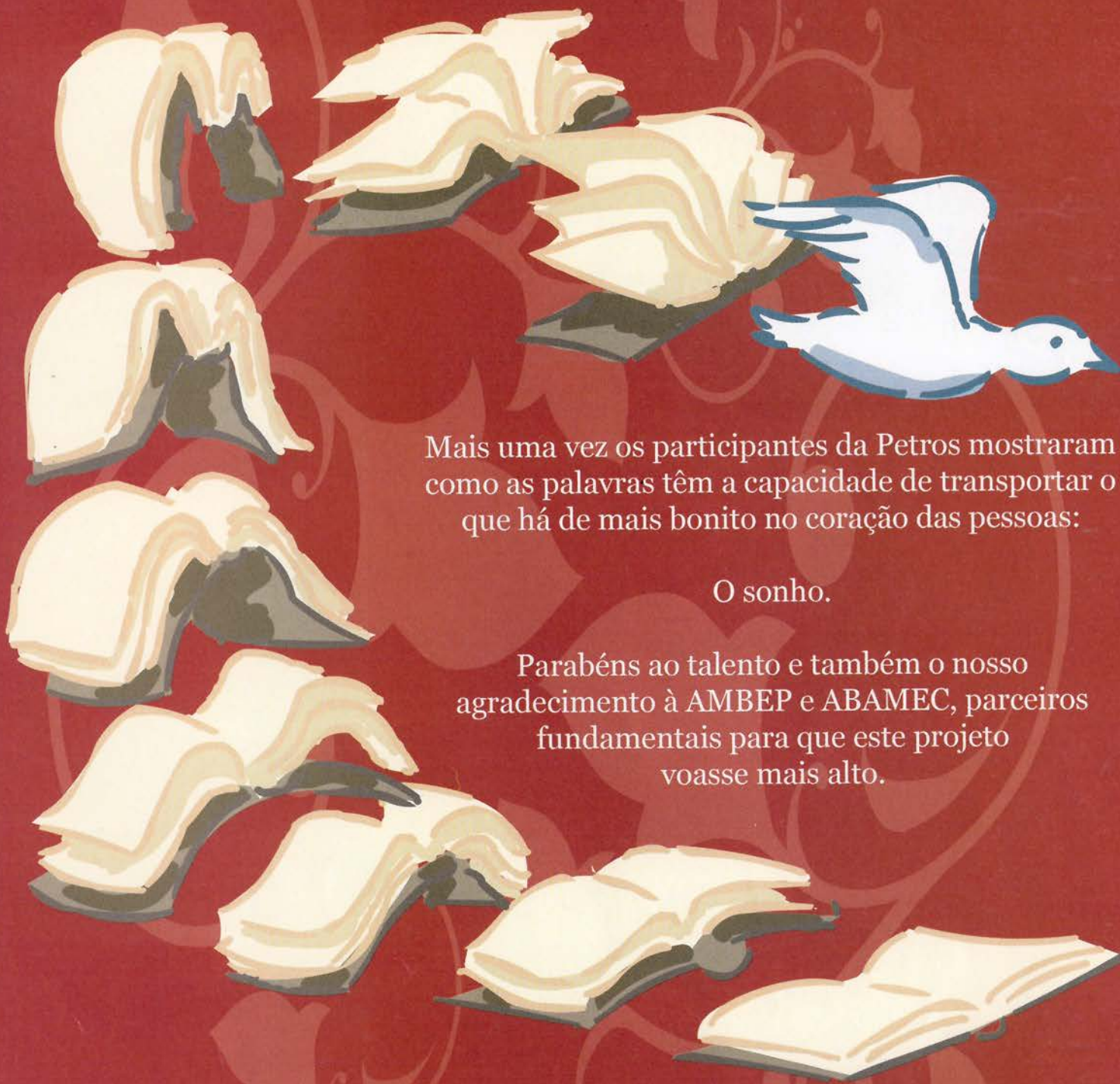


Política de Investimentos

2006 2010



E o sonho voou, voou, voou...



Mais uma vez os participantes da Petros mostraram como as palavras têm a capacidade de transportar o que há de mais bonito no coração das pessoas:

O sonho.

Parabéns ao talento e também o nosso agradecimento à AMBEP e ABAMEC, parceiros fundamentais para que este projeto voasse mais alto.



AMBEP
Associação de Mantenedores-Beneficiários da Petros

ABAMEC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ANALISTAS DO MERCADO DE CAPITAIS



V Concurso de Contos da Petros
Homenagem a Erico Verissimo pelo centenário de seu nascimento



Rua do Ouvidor, 98 :: Centro :: 20040-030

Rio de Janeiro :: RJ

Telefone :: (21) 2506-0335

Internet :: www.petros.com.br

E-mail :: petros@petros.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente :: Wagner Pinheiro de Oliveira

Diretores :: Maurício França Rubem, Ricardo Malavazi e Sérgio Queiroz Lyra

Secretário-geral :: Newton Carneiro da Cunha

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares :: Wilson Santarosa (presidente), Diego Hernandez, Fernando Leite Siqueira, José Lima de Andrade Neto, Paulo César Chamadoiro Martin e Yvan Barretto de Carvalho

Suplentes :: Ari Marques de Araújo, Armando Ramos Tripodi, Cláudio Alberto de Souza, Henyo Trindade Barreto, Nelson Sá Gomes Ramalho e Newton Carneiro da Cunha

CONSELHO FISCAL

Titulares :: Paulo Teixeira Brandão (presidente), Guilherme Gomes Vasconcellos, Maria Angélica Ferreira da Silva e Rogério Gonçalves de Mattos

Suplentes :: Antonio Luiz Vianna de Souza, Marcos Antonio Silva Menezes, Reginaldo Barreto Correa e Rodolfo Huhn

E-mail :: conselhofiscal@petros.com.br

revista PETROS

Editor :: Hélio Pereira (Mtb 20.160/SP)

Redação :: Charles Nascimento (subeditor), Renata Telles e Tatiana Domingues (estagiária)

Gerência de Comunicação :: Washington Araújo

Projeto Gráfico :: DTECH

Diagramação/Arte :: Iêda Mª Moraes de Oliveira

Ilustração :: Luiz César Cabral de Menezes

Impressão :: Bangraf

Tiragem :: 90 mil exemplares

Filiada à



Vamos iniciar este 2006 com energia renovada e a certeza de que estamos no caminho certo para garantir a tranquilidade de nossos participantes e patrocinadores. Como nosso atento participante acompanhou, o ano de 2005 foi um grande desafio, pois a Petros foi envolvida num festival de denúncias infundadas. Com a serenidade e a firmeza de quem nada tem a esconder em qualquer investigação, rebatemos prontamente todas as acusações, estivemos de forma espontânea por duas vezes na CPI da Compra do Voto (ao lado da Previ e Funcef, fundos de pensão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal) e nos colocamos à disposição para comparecermos à CPI dos Correios.

O que nos preocupou dentro do festival de questionamentos feitos à Petros, levados também a vários outros fundos de pensão, não foram os requerimentos e as perguntas feitas às claras. A nossa preocupação foi com a publicação de inverdades contra Fundação, sem que nos dessem oportunidade para apresentarmos a verdade dos fatos no momento devido.

Isso aconteceu por diversas vezes e, mesmo assim, em nenhum momento esta diretoria executiva perdeu a serenidade, procurando esclarecer com equilíbrio a opinião pública sobre a verdade que norteia nossas ações, mediante uma administração correta e eficiente, no

intuito de continuar fazendo o que a Fundação faz há 35 anos: honrar pontualmente com o pagamento dos benefícios.

Sempre divulgando nosso trabalho aos participantes em primeiro lugar, estamos disponibilizando a cada um a nossa política de investimento para 2006. Aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo da Fundação, o documento é a carta de compromisso de que vamos continuar aplicando o patrimônio da Petros de forma criteriosa, técnica e dentro da legalidade.

Nossos participantes podem ter a certeza que todos na Petros trabalham com afinho para melhor atendê-los. Com todo o arsenal de questionamentos realizados junto à Fundação, que tomou um tempo enorme de nosso pessoal para elaborar respostas claras e objetivas, em nenhum momento nos descuidamos da rotina administrativa. Como um navio, a Petros conta com uma tripulação experimentada, competente, que sabe rumar para um porto seguro, mesmo durante as tempestades.

Finalizando, entendemos ser fundamental conversarmos com a sociedade, Congresso e meios de comunicação para eliminar a visão equivocada de que a previdência complementar fechada é um privilégio, ampliando a cultura previdenciária, com mais empresas patrocinando fundos de pensão.

Diretoria Executiva



DENÚNCIAS

Embora a imprensa às vezes tente oferecer dados para criar opinião divergente, visando desestabilizar um trabalho sério como o da Petros, o que mais nos assegura a veracidade dos fatos são os resultados. Confiamos na Petros e apoiamos as iniciativas desta Presidência.

Aproveitamos para desejar votos de prosperidades a todos.

Antonio Tavares Pedro,
matrícula 047.804-4

BOLETIM

Estou cansado dessas mensagens em que vocês explicam como são honestos e competentes. Acho curioso tanta explicação não solicitada.

Claude Wullaume,
matrícula 066.693-4

RESPOSTA: Caro senhor Claude, as informações que passamos ao senhor e demais participantes da Petros visam esclarecer notícias deturpadas veiculadas pela imprensa. Em nenhum momento, utilizamos o boletim para promoção e sim para prestar contas aos que contribuem para o engrandecimento da Fundação. O boletim, além de ser enviado aos participantes, segue também para a imprensa e, dependendo do assunto, para parlamentares. Com isso, procuramos preservar a imagem da Petros.

ALERTA AOS PARTICIPANTES

Diferentemente do que foi publicado nos contra-cheques de dezembro, a data prevista para o próximo crédito é **25 de janeiro de 2006** e não como constou. Segue o calendário completo de pagamentos em 2006:

MÊS	CRÉDITO
JANEIRO	25/01/2006
FEVEREIRO	24/02/2006
MARÇO	24/03/2006
ABRIL	25/04/2006
MAIO	25/05/2006
JUNHO	23/06/2006
JULHO	25/07/2006
AGOSTO	25/08/2006
SETEMBRO	25/09/2006
OUTUBRO	25/10/2006
NOVEMBRO	24/11/2006
DEZEMBRO	20/12/2006

ÍNDICE**5 Entrevista**

DIRETOR DO IBA ACREDITA NO POTENCIAL DOS FUNDOS INSTITUÍDOS

6 Indignação

RELATÓRIO DA CPMI DOS CORREIOS CAUSA ESTRANHEZA E É REPUDIADO PELOS FUNDOS

8 Fomento

INVESTIMENTO NO SETOR PRODUTIVO É TEMA DE ENCONTROS COM DEPUTADOS PAULISTAS

10 Premiação

VERISSIMO PRESTIGIOU ANÚNCIO DOS VENCEDORES DO CONCURSO DE CONTOS

Governança

PETROS E PREVI APRESENTAM BALANÇO SOCIAL REFERENTE A 2004

Anexo

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2006-2010

IBA cresce com o segmento



Com mais de 30 anos de serviços prestados ao sistema de previdência complementar, Luiz Alberto Alvernaz, diretor do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), tem um objetivo ousado para a instituição: transformá-la em conselho de classe, inclusive com o papel fiscalizatório. Um dos primeiros passos nessa direção foi a realização de um exame de qualificação para estudantes universitários. Para ele, os mais de 400 inscritos surpreenderam positivamente, vislumbrando um cenário alvissareiro para o setor – e

medidas adotadas pelo atual governo.

Como o senhor avalia o sistema de previdência complementar?

Tivemos um grande avanço nesse governo e o risco regulatório é menor. Um dos pontos favoráveis atualmente é o apoio às entidades fechadas de previdência complementar. Se comparado com o governo anterior, é muito melhor. Segundo o próprio secretário de Previdência Complementar (Adacir Reis), os avanços não irão parar por aí.

Mas, exigir uma transparência maior custa dinheiro.

O sistema é seguro?

As pessoas que conhecem, acreditam na previdência complementar como instrumento gerador de poupança. O grande problema são as notícias ruins publicadas na imprensa, que têm uma propagação mui-

to maior do que as boas. Às vezes, um escândalo é na verdade uma notícia mal informada pela imprensa.

O brasileiro está preocupado com a previdência complementar?

O grande segredo da previdência é o longo prazo. As gerações mais novas já começam a se preo-

cupar com o tema mais cedo. É um caminho acertado: motivar os jovens para aumentar o nível de adesão. Falta um trabalho de conscientização da população sobre a importância da previdência complementar. Uma pessoa só vai pensar nisso depois dos 40 anos. É cultural!

O participante já aprendeu a fiscalizar?

Patrocinadoras, participantes e entidades estão num processo de aprendizado. O plano de CD exige um comprometimento maior. Se você está colocando dinheiro quer saber como estão os investimentos. No mercado internacional isso é comum.

Qual a expectativa dos atuários em relação ao plano?

Os grandes focos do IBAPrev devem ser os pequenos escritórios e os profissionais liberais. É nesse nicho de mercado que temos que atuar. Em termos salariais, o atuário é uma população privilegiada em comparação ao restante da população.

As pessoas mais pobres não têm como poupar...

É uma inverdade falar que a população de baixa renda não poupa. Eles economizam pouco porque a capacidade é pequena. Mas, relativamente, na população brasileira, eles poupam mais que a classe média, tradicionalmente com anseios de consumo maiores.

Arquivo Petros



“Falta um trabalho de conscientização da população sobre a importância da previdência complementar”,

Luiz Alberto Alvernaz

para a Petros, que alarga seu público potencial no IBAPrev. Na avaliação de Alvernaz, os atuários são privilegiados, com salário inicial médio de R\$ 2.500. Por isso, o executivo pressa pela manutenção da qualidade na carreira. Ele faz uma radiografia positiva do sistema e, no que diz respeito à previdência complementar, elogia as

FUNDAÇÃO PÕE TUDO

Depois de meses procurando problemas que não existem nas grandes fundações, a sub-relatoria dos fundos de pensão da CPMI dos Correios divulgou, apressada e indevidamente, um relatório impreciso e inconclusivo

Nos últimos seis meses, a Petros vem se defendendo bravamente de um sem-número de acusações infundadas, baseadas em fontes desqualificadas e premissas ilegais. "Como se não bastassem os pesados ataques à imagem da Fundação, alimentados na imprensa por fontes desqualificadas, surge agora esse relatório, no mínimo inconsistente e equivocado, liberado ilegalmente, pela sub-relatoria de fundos de pensão da CPMI dos Correios", desabafa o presidente Wagner Pinheiro.

Segundo ele, faltaram explicações sobre os critérios técnicos adotados e, mais grave, não foi concedido qualquer direito de defesa aos fundos de pensão, acusados de operações e investimentos lesivos ao patrimônio. "Por conta disso, a Fundação enviou no dia 9 de dezembro, correspondência ao presidente da CPMI, Delcídio Amaral, com cópias para os presidentes do Senado e da Câmara

Federal, solicitando a íntegra do relatório e explicações sobre os critérios utilizados para sua elaboração, além de responsabilização pelo vazamento de dados sigilosos.

Além desta correspondência à CPMI dos Correios, a Petros, com a finalidade decifrar o relatório da sub-relatoria de fundos de pensão, enviou tam-

bém cartas aos gestores de fundos exclusivos - solicitando informações sobre as operações realizadas na BMF nos últimos cinco anos - e à CVM, onde solicita análise de algumas operações citadas pelo sub-relator.

"Gostaríamos de tranquilizar os participantes, patrocinadoras e instituidores informan-

Pingos nos iis

A imprensa tem sido municiada de informações sobre os fundos de pensão sem fundamento na realidade dos fatos. A Petros vê como fundamental o papel da imprensa na vocação de bem informar a sociedade, no entanto tem solicitado aos veículos de comunicação que a procurem em tempo hábil para responder às acusações. Infelizmente, nem sempre isso acontece.

Geralmente, o que se lê são denúncias vazias, que podem induzir o leitor a conclusões incorretas, por meio de expressões como "há indícios", "suspeita-se", "tudo leva a crer", "o deputado desconfia que", "um dado curioso é que"....

Como a velocidade dos fatos, nem sempre o que é publicado como suspeita é retificado quando se comprova que tudo não passou de ilações. As providências estão sendo tomadas para que nesse jogo de palavras os grandes prejudicados não sejam a imagem da Fundação e, por consequência, o participante.

revista petrobras
A REVISTA DE QUEM FAZ A PETROBRAS

ANO 11 Nº 110 DEZEMBRO 2005

COM ELA NÓS VAMOS
chegar lá

A plataforma P-50, capaz de produzir 180 mil barris de petróleo por dia, parte rumo ao Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos, para dar ao país a tão sonhada auto-suficiência

NAVEGAR É PRECISO.

**A Petrobras, através da Transpetro, vai construir 42 novos navios.
E o Brasil, uma nova indústria naval.**

A indústria naval brasileira está levantando âncora e partindo para uma nova etapa.

A Petrobras está investindo cerca de 4,1 bilhões de reais para começar a construção de 42 novos navios. É o Brasil voltando a competir no mar.

Por que construir navios aqui?

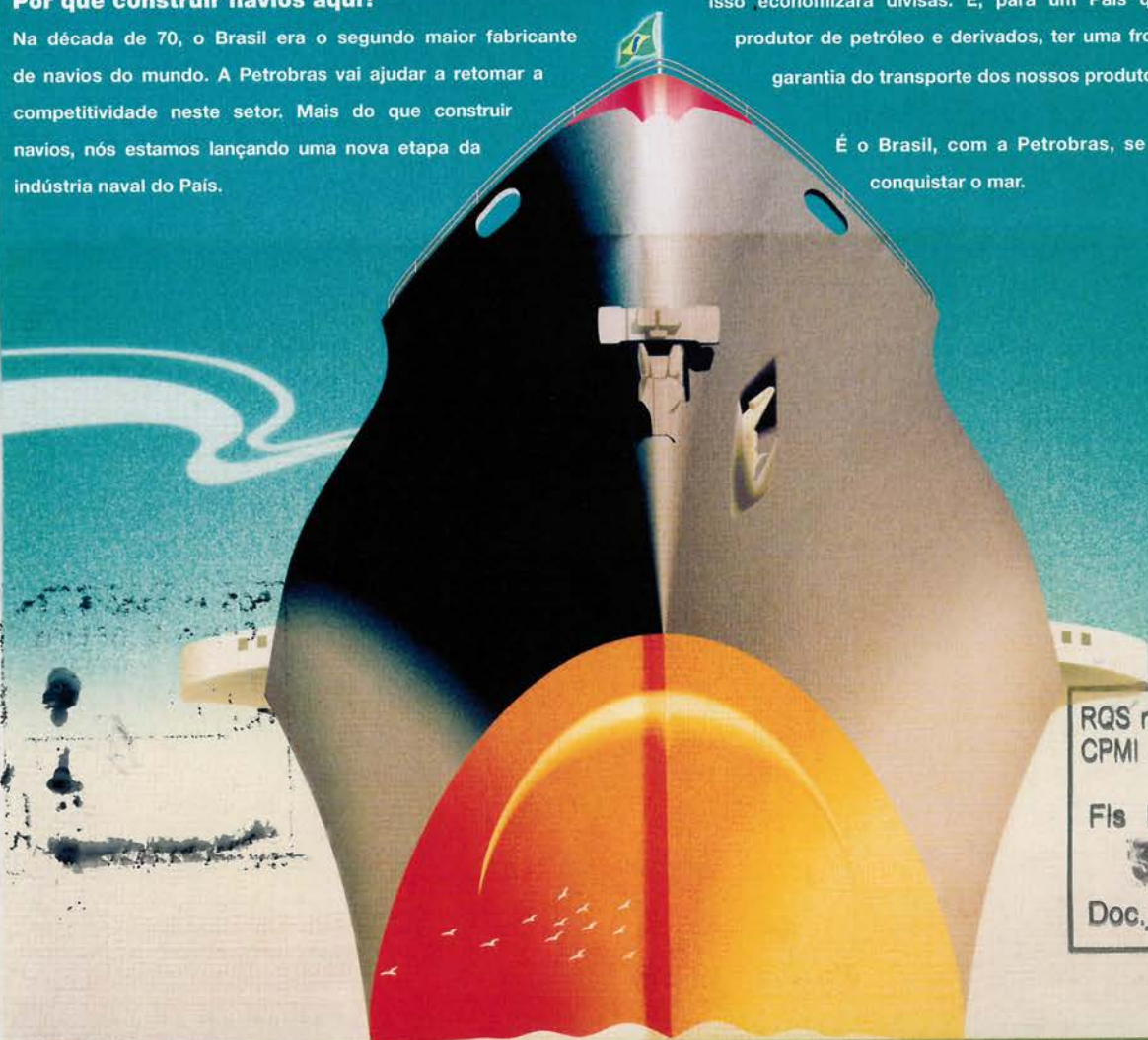
Na década de 70, o Brasil era o segundo maior fabricante de navios do mundo. A Petrobras vai ajudar a retomar a competitividade neste setor. Mais do que construir navios, nós estamos lançando uma nova etapa da indústria naval do País.

Sabe o que isso quer dizer?

O Brasil vai voltar a dominar a tecnologia de construção de grandes navios. E a Petrobras, por meio da Transpetro, vai gerar 20 mil novos empregos.

A Petrobras vai deixar de fretar navios estrangeiros e com isso economizará divisas. E, para um País que é um grande produtor de petróleo e derivados, ter uma frota própria é ter a garantia do transporte dos nossos produtos.

É o Brasil, com a Petrobras, se preparando para conquistar o mar.



RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
051
Fls Nº
3408
Doc.

BR PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de
Minas e Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

ENTREVISTA

PAULO JARES



O Projeto Biblioteca Viva reúne voluntários para levar literatura a crianças internadas em um hospital público do Rio. A pediatra Maria Isabel Esteves Nunes, coordenadora do projeto, fala sobre esta rica experiência de humanização que ajuda na cura dos pacientes.

pág. 4

CAPA

GERALDO FALCÃO



A plataforma P-50 segue em direção à Bacia de Campos com a missão histórica de garantir ao país a auto-suficiência sustentável em petróleo. Com ela, a Petrobras vai chegar à casa dos 2 milhões de barris diários.

pág. 10

GESTÃO

GERALDO FALCÃO



A Ouvidoria Geral amplia os canais de comunicação com a força de trabalho, incentiva ações de responsabilidade social e define como meta tornar a Petrobras referência de ética e transparência no meio empresarial.

pág. 22

SAÚDE

Incorporada às diretrizes corporativas de SMS, a ergonomia se firma como ferramenta fundamental para a saúde do trabalhador. Novos projetos da Petrobras já incluem estudos ergonômicos desde o nascedouro.

pág. 16



FERNANDO BORTOLI MACHADO



PATRICIA SANTOS

PATROCÍNIO

A Equipe Petrobras Lubrax é a única, entre as equipes de 40 nações representadas no Rali Dakar 2006, a competir nas três categorias: carros, motos e caminhões. Pela primeira vez, a largada da prova foi em Lisboa.

pág. 19

SERVIÇOS

A música mineira é a homenageada no sexto posto temático da Petrobras Distribuidora, o Villa Rizza, em Belo Horizonte. Ele abriga um restaurado casarão dos anos 1930, agora transformado em centro cultural.

pág. 28



E mais...

- 6 Petrorama
- 7 Mural do Leitor
- 8 Inovação

- 26 Gente
- 30 Esporte
- 32 Fique por Dentro

- 34 Mundo Petrobras
- 36 Máquina do Tempo



FOTO: GERALDO FALCÃO

revista **petrobras**
A REVISTA DE QUEM FAZ A PETROBRAS

Gerente Executivo de Comunicação Institucional Wilson Santarosa • Gerente de Comunicação Interna Simone Porto Loureiro • Comitê Editorial Alexandre Quintão Fernandes (Financeiro), Ana Luísa Feijó Abreu (Engenharia), Cláudia Del Souza (E & P), Cláudio de Paula (Transpetro), Eduardo Medrado (RH), Elizete Vazquez (Serviços Compartilhados), Geovane de Moraes (Abastecimento), Gilberto Puig (Bacia de Campos), Luiz Roberto Clauset (SMS), Marcelo Siqueira Campos (Petrobras Distribuidora), Márcia Figueiredo (Internacional), Rosane Serro (Gás e Energia), Vera Caliri (Cenpes) • Editor Responsável Alexandre Medeiros (Ofício de Letras), Mtb 16.757 • Editor de Fotografia Geraldo Falcão • Editores Angela Regina Cunha, Luiz Otávio Dornellas, Nádia Ferreira, Simone Lima e Victor Javoski • Produtor Executivo Albano Auri • Diagramação e Infografia Azul Publicidade • Colaboradores: Cláudia Lamego, Gabriela Garcia, Luciana Conti, Márcia Leoni, Márcia Telles, Mônica Monteiro, Paulo Vasconcelos, Ricardo de Souza e Vivi Fernandes • Copidesque Bella Stal • Impressão Ipsis Gráfica e Editora

Revista Petrobras 110 • ano 11 • Dezembro de 2005
Av. República do Chile, 65, sala 1.202 • Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20035-900
E-mail: revistapetrobras@petrobras.com.br • Tiragem: 192 mil exemplares

Humanizar o atendimento de crianças hospitalizadas é a proposta do Projeto Biblioteca Viva, que funciona há cinco anos no Hospital Municipal Jesus, no Rio de Janeiro. Especializado em atendimento pediátrico, o hospital, que completou 70 anos, atende diariamente cerca de 350 crianças no ambulatório. A média mensal é de 200 internações e 150 cirurgias. Com 694 funcionários, dos quais 160 são pediatras, o Jesus também conta com um grupo muito especial de 30 voluntários que, de segunda a quinta-feira, circulam pelas enfermarias com pilhas de livros que levam em suas páginas cor, sonho, alegria e esperança para todas as crianças que ali estão. São os mediadores de leitura, que doam, semanalmente, uma hora do seu tempo para ler para os pacientes e seus acompanhantes.

A coordenadora do Projeto Biblioteca Viva é a pediatra e professora de Literatura Maria Isabel Esteves Nunes, que trabalha há 12 anos no Hospital Jesus. Quem conversa com ela percebe a felicidade de ter conseguido unir suas três grandes paixões – crianças, medicina e literatura – em um único projeto que, além de facilitar a integração das crianças e de seus familiares com o corpo funcional do hospital, incita o hábito da leitura e, sobretudo, agrega situações estimuladoras ao processo de cura.

1

Como surgiu a idéia do projeto?

Inicialmente, fizemos tudo de uma forma bem improvisada, mas com uma vontade muito grande de ajudar as mães e as crianças que entravam no hospital com sofrimento e dor. Trouxemos alguns livros de casa e nos revezávamos na leitura. Por conta desse nosso entusiasmo, o Ministério da Saúde, que à época abraçou a idéia da leitura nos hospitais, nos contemplou com o projeto. No Brasil, somos um dos cinco hospitais pioneiros e o único no município do Rio de Janeiro a ter o Biblioteca Viva. Hoje, caminhamos sozinhos, com algumas dificuldades, mas com muita vontade de aprender com as crianças.

2

Qual é a proposta do Biblioteca Viva?

A primeira coisa que temos que ter em mente é que ler para uma criança na escola ou para um filho em casa é completamente diferente de ler para uma criança internada. Esta deve ter na sua leitura o lúdico, ou seja, que visa mais ao divertimento que a qualquer outro objetivo didático. A criança está num momento difícil, de dor, ela quer uma coisa prazerosa.

3

E como as crianças reagem?

Elas também têm que querer ler ou ouvir uma história. Não há imposições, até porque dentro de um hospital o paciente pode dizer não para poucas coisas. Ele não pode dizer não, por exemplo, para a injeção ou para o tratamento. Portanto, mesmo que ele negue a vontade de ler somente para exercitar o não, respeitamos esse momento, mas temos a certeza de que a negativa será muito breve. A literatura encanta. O projeto é muito delicado porque também temos que tomar cuidado para que a criança não associe a leitura com a dor. Por isso, após uma injeção temos que saber como abordar aquele paciente que estará chorando. Perguntamos se ele quer ouvir uma história bonita, colorida. Sutilmente, conseguimos encantá-lo e fazer com que esqueça a dor.

4

Os mediadores de leitura passam por algum processo de capacitação?

Obrigatoriamente. O voluntário tem que saber que é muito difícil trabalhar com crianças doentes, mas também é muito prazeroso. Ele tem que estar preparado para viver situações muito delicadas. Antes mesmo das aulas de capacitação, que duram, em média, três dias, eu faço com os voluntários o que chamo de "hosptour". Percorremos todo o hospital. É o teste de fogo, de resistência. Nesse momento eu percebo quem vai agüentar ou não. Depois, fazemos palestras sobre

Solidariedade alivia a

"O voluntário tem que saber que é difícil trabalhar com crian

infecção hospitalar, as doenças que eles vão encontrar e a técnica de abordagem, entre outros temas.

5

Os pais ou acompanhantes participam do projeto?

Muito. Há mães que se interessam mais pela leitura do que o próprio filho. Aquela mãe, de uma certa forma, também está internada. Ela deixou lá fora o trabalho, o marido, outros filhos, uma vida. E ainda está padecendo a dor de um filho internado. Ela tem que ter algum momento de prazer para agüentar tanto sofrimento. Além disso, os nossos pacientes têm poder aquisitivo muito baixo e, portanto, como os nossos livros ainda são muito caros, eles não têm o hábito de comprá-los.

6

Muitos pais se surpreendem com o projeto?

Muitas vezes, o Biblioteca Viva proporciona o primeiro contato com um livro infantil de qualidade. Isto causa um encantamento e estimula o hábito da leitura. Lendo e contando histórias para as crianças, os adultos também estarão ampliando seu repertório, seu universo cultural, a sua formação como leitores, e isso será passado para os filhos. Certa vez, uma mãe me disse que, por causa do nosso projeto, o filho dela, quando saiu do hospital, pediu para comprar livros. Ouvir isso é muito gratificante. Possibilitar o contato com livros de literatura infantil de qualidade, bonitos, ricamente ilustrados e atraentes, contribui para a valorização do livro, do cuidado e do desejo de preservá-lo, além de permitir que as crianças se sintam também valorizadas por possuírem objetos com esta qualidade estética.

7

A leitura pode contribuir para a cura?

O cenário hospitalar é totalmente desconhecido da criança. Ela é transportada para um ambiente associado ao sofrimento e à

morte. Ao ser hospitalizada, ela é afastada subitamente da família, da casa, dos amigos e de seus brinquedos, o que gera situações de extrema insegurança. A leitura mediada pelo prazer reconstitui um espaço de vitalidade no qual podemos falar, pensar e sonhar com coisas que não se referem à situação geradora de tristeza. Trabalhamos o lado emocional. Se o paciente fica um tempo feliz, isto certamente vai melhorar a recuperação dele. Há uma liberação de endorfina, que é o hormônio do prazer, do bem-estar. Pacientes mais felizes aceitam melhor o tratamento e a recuperação é mais rápida. No Hospital Albert Sabin, no Ceará, um estudo científico comprovou que o tempo de internação de uma criança antes do Biblioteca Viva era muito maior do que após a implantação do projeto. Não há recompensa maior que essa. ■



PAULO JARES

Maria Isabel Esteves Nunes,
pediatra e professora de Literatura

dor infantil
doentes, mas é muito prazeroso"

infecção hospitalar, as doenças que eles vão encontrar e a técnica de abordagem, entre outros temas.

5 Os pais ou acompanhantes participam do projeto?

Muito. Há mães que se interessam mais pela leitura do que o próprio filho. Aquela mãe, de uma certa forma, também está internada. Ela deixou lá fora o trabalho, o marido, outros filhos, uma vida. E ainda está padecendo a dor de um filho internado. Ela tem que ter algum momento de prazer para agüentar tanto sofrimento. Além disso, os nossos pacientes têm poder aquisitivo muito baixo e, portanto, como os nossos livros ainda são muito caros, eles não têm o hábito de comprá-los.

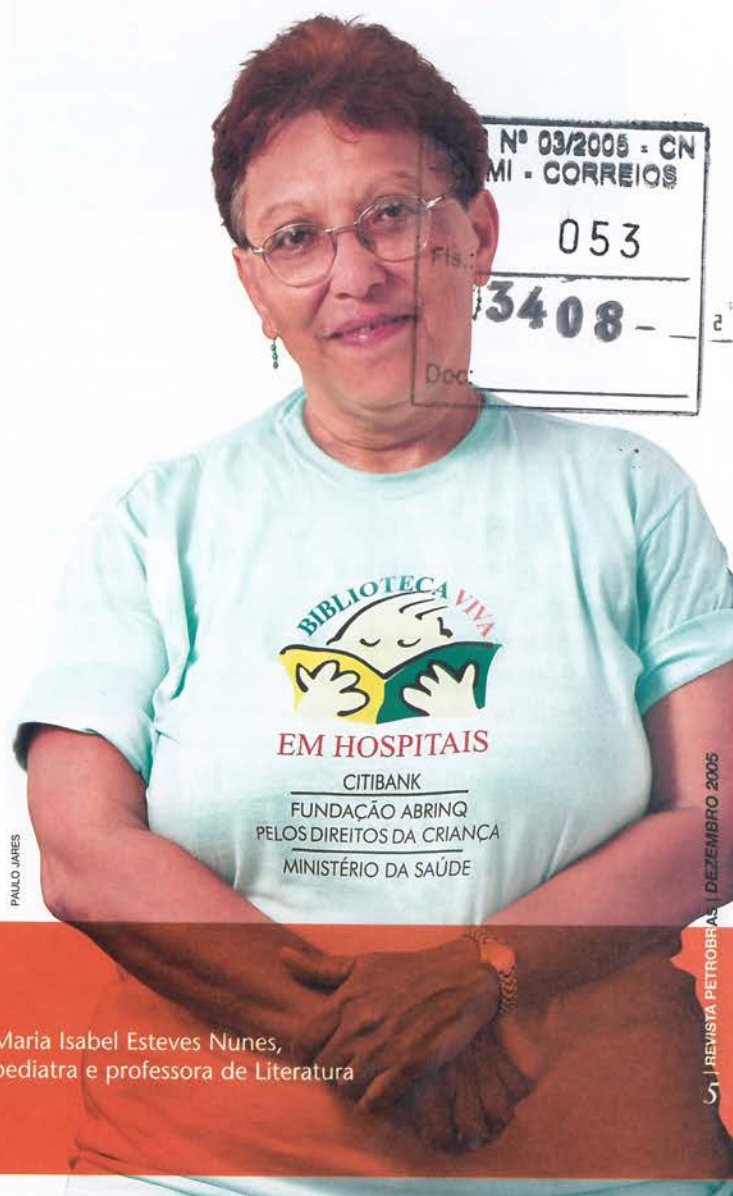
6 Muitos pais se surpreendem com o projeto?

Muitas vezes, o Biblioteca Viva proporciona o primeiro contato com um livro infantil de qualidade. Isto causa um encantamento e estimula o hábito da leitura. Lendo e contando histórias para as crianças, os adultos também estarão ampliando seu repertório, seu universo cultural, a sua formação como leitores, e isso será passado para os filhos. Certa vez, uma mãe me disse que, por causa do nosso projeto, o filho dela, quando saiu do hospital, pediu para comprar livros. Ouvir isso é muito gratificante. Possibilitar o contato com livros de literatura infantil de qualidade, bonitos, ricamente ilustrados e atraentes, contribui para a valorização do livro, do cuidado e do desejo de preservá-lo, além de permitir que as crianças se sintam também valorizadas por possuírem objetos com esta qualidade estética.

7 A leitura pode contribuir para a cura?

O cenário hospitalar é totalmente desconhecido da criança. Ela é transportada para um ambiente associado ao sofrimento e à

morte. Ao ser hospitalizada, ela é afastada subitamente da família, da casa, dos amigos e de seus brinquedos, o que gera situações de extrema insegurança. A leitura mediada pelo prazer reconstitui um espaço de vitalidade no qual podemos falar, pensar e sonhar com coisas que não se referem à situação geradora de tristeza. Trabalhamos o lado emocional. Se o paciente fica um tempo feliz, isto certamente vai melhorar a recuperação dele. Há uma liberação de endorfina, que é o hormônio do prazer, do bem-estar. Pacientes mais felizes aceitam melhor o tratamento e a recuperação é mais rápida. No Hospital Albert Sabin, no Ceará, um estudo científico comprovou que o tempo de internação de uma criança antes do Biblioteca Viva era muito maior do que após a implantação do projeto. Não há recompensa maior que essa. ■



PAULO JARES

Maria Isabel Esteves Nunes,
pediatra e professora de Literatura

dor infantil
doentes, mas é muito prazeroso"

BATE-BOLA

Começa a contagem regressiva



Ela vai zarpar de um estaleiro na Baía de Guanabara nos próximos dias e navegar até o litoral norte do Rio de Janeiro. Lá, a P-50 será ancorada no Campo de Albacora Leste, a 120 quilômetros da costa, na Bacia de Campos. Com a altura de um prédio de 18 andares, a mais nova plataforma da Petrobras tem uma missão do tamanho de seu gigantismo: contribuir, em seu pico de produção, com os 180 mil barris diários de óleo que irão proporcionar ao Brasil a auto-suficiência em petróleo.

É um sonho acalentado há décadas por toda a nação. Ao chegar à plenitude de sua capacidade de operação, a P-50 terá garantido a estabilidade da produção diária nacional acima da casa de 1,8 milhão de barris, o que é suficiente para suprir a demanda interna. Conheça todos os detalhes da construção e da operação da P-50 em nossa matéria de capa, que começa na página 10. E prepare-se para comemorar mais uma conquista. Falta pouco.

ESTRELAS DA CASA

O craque dos reservatórios

Helio Chagas Leitão, engenheiro da Unidade de Negócio do E&P do Rio Grande do Norte/Ceará (UN-RNCE), é especialista na área de Reservatórios – uma das quatro áreas básicas da Engenharia de Petróleo, que cuida do desenvolvimento das acumulações de óleo e gás descobertas durante a fase de exploração de um campo petrolífero. “Gosto muito de trabalhar na RNCE, que tem um papel social muito importante na região”, destaca.

Origem

Fortaleza, CE.

Mentor

“Tive duas pessoas que me ajudaram bastante na minha trajetória na Petrobras. O engenheiro de reservatório Luís Cavalcante, já falecido, que me deu muitas dicas quando entrei na empresa, e o engenheiro Daniel Miranda, uma sumidade em reservatórios, que hoje está lotado na sede.”

Principais projetos

- Entrou para a Petrobras em 1984 e, após fazer o curso de Engenharia de Petróleo em Salvador, começou a trabalhar na UN-RNCE, na área de Avaliação de Formações,

responsável pela identificação da área potencial e avaliação das ferramentas necessárias para pôr o poço em

produção. Atuou nos campos Canto do Amaro, Mossoró, Riaca da Forquilha, Baixa do Algodão Lorena, entre outros.

- Na área de Reservatórios desde 1989, começou fazendo o gerenciamento do Canto do Amaro, e, terminando o local certo a ser perfurado. Depois de enviado à ANP (Agência Nacional de Petróleo) e aprovado, o plano é lançado na carteira de projetos da companhia.
- Em 1992 foi para o Setor de Estudos, onde passou a usar ferramentas sofisticadas, como o simulador de fluxo, capaz de prever o comportamento dos reservatórios de óleo e gás. De 1996 a 1998, fez mestrado em Engenharia de Petróleo na Unicamp.
- A área de Reservatórios também determina as propriedades físicas das rochas e dos fluidos da formação produtora de óleo e gás; faz a estimativa da reserva e o acompanhamento, interpretação de resultados de testes de pressão, simulação e previsão de comportamento de reservatórios e método de recuperação, que aumentam a produção do poço no final do período de exploração.

Tempo de empresa

21 anos.

Onde está hoje

Engenheiro de petróleo sênior e Gerência de Reservatórios do ativo de produção Mossoró da UN-RNCE.

Conselho pessoal

“Estar sempre disposto a estudar e não se acomodar nunca. Quer sempre aprender e nunca achar que sabe o bastante.”

JOÃO CARLOS RIBEIRO



Palmas para as células-tronco

Quero parabenizar os colegas pela publicação da matéria "Células-tronco, a vitória da vida", na edição 108 da *Revista Petrobras*. Perdi minha esposa há pouco mais de dois meses, após ter ficado um ano e meio em coma, vítima de uma isquemia cerebral. Desde o início de sua doença, depositávamos muitas esperanças em um tratamento com células-tronco. Não foi, porém, da vontade de Deus que ela ficasse



entre nós a tempo de esperar pelo tratamento. Mesmo assim, continuo acompanhando o assunto e o trabalho da Dra. Mayana sempre que tenho oportunidade, pois estamos, eu e meus filhos, constituindo uma fundação para auxiliar pessoas em situação semelhante à de minha esposa e que não tenham os recursos de um plano de saúde. Já contamos com um assistido que poderá, no futuro, ser beneficiado por esta nova terapêutica. Forte abraço a todos.

Marco Martins

AB-RE/TR/EP

Laboratório de Motores

Esclarecimento

A área de Exploração e Produção (E&P) esclarece que a reportagem publicada na edição de novembro da *Revista Petrobras*, intitulada "Andreatta, o desbravador da Bacia de Campos", contém alguns equívocos técnicos. A matéria repete em vários pontos que o engenheiro de perfuração Aroldo Albino Andreatta "descobriu" o Campo de Garoupa, na Bacia de Campos. A informação correta, segundo a área de E&P, é que Andreatta foi o responsável não pela "descoberta", mas pela perfuração do poço pioneiro que confirmou aquele campo, em 1974.

Outra afirmação a ser retificada está na página 3, na seguinte frase: "Descobridor do poço pioneiro da Bacia de Campos, o de Garoupa...". Não existe descoberta de poço e sim perfuração de um poço, que pode levar ou não à descoberta de um campo de petróleo. Da forma como o texto foi escrito, fica a impressão de que a descoberta de Garoupa se deve a um único profissional, ignorando-se um trabalho prévio feito por geólogos e geofísicos, estes sim, responsáveis pela identificação das estruturas geológicas mais promissoras para a ocorrência de hidrocarbonetos, e, conseqüentemente, pela descoberta das jazidas de petróleo.

GERALDO FALCÃO



Bacia de Campos

Segundo o E&P, o mais correto seria atribuir aquela descoberta a uma equipe de profissionais da área de exploração que trabalhou para que isso ocorresse, sem tirar os méritos do profissional Aroldo Andreatta, o engenheiro responsável pela perfuração do poço pioneiro.

Gerência de Comunicação e Segurança
de Informação do E&P Corporativo

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fis.: 054

3408

Doc.

Nota da redação

A *Revista Petrobras* agradece as explicações da área de E&P e esclarece que, em momento algum, a referida reportagem teve a intenção de omitir o inestimável trabalho de geólogos e geofísicos da companhia. No caso, tratava-se de contar parte da história do profissional cujo nome hoje batiza o edifício-sede da empresa em Macaé. Para que os leitores conheçam em detalhes a importante atividade

desenvolvida pelos geólogos e geofísicos da companhia, a *Revista Petrobras* vai publicar, na edição de fevereiro, uma reportagem especial sobre o dia-a-dia desses profissionais. A redação esclarece ainda que todas as pautas da revista são sugeridas por um Comitê Editorial, formado por representantes de todas as áreas, e que as reportagens publicadas são previamente aprovadas pelas respectivas áreas.

A *Revista Petrobras* está em permanente processo de aperfeiçoamento para ser, cada vez mais, uma publicação imprescindível à força de trabalho. Para isso contamos com a sua colaboração. Reclamações, sugestões, críticas, contestações, elogios – tudo será recebido com carinho por nossa equipe. Para participar é fácil: por carta, Av. República do Chile, 65, sala 1.202, Rio de Janeiro – RJ – 20035-900; por fax, (21) 2220-8761; ou por e-mail: cartaspetrobras@petrobras.com.br



Palmas para as células-tronco

Quero parabenizar os colegas pela publicação da matéria "Células-tronco, a vitória da vida", na edição 108 da *Revista Petrobras*. Perdi minha esposa há pouco mais de dois meses, após ter ficado um ano e meio em coma, vítima de uma isquemia cerebral. Desde o início de sua doença, depositávamos muitas esperanças em um tratamento com células-tronco. Não foi, porém, da vontade de Deus que ela ficasse



entre nós a tempo de esperar pelo tratamento. Mesmo assim, continuo acompanhando o assunto e o trabalho da Dra. Mayana sempre que tenho oportunidade, pois estamos, eu e meus filhos, constituindo uma fundação para auxiliar pessoas em situação semelhante à de minha esposa e que não tenham os recursos de um plano de saúde. Já contamos com um assistido que poderá, no futuro, ser beneficiado por esta nova terapêutica. Forte abraço a todos.

Marco Martins

AB-RE/TR/EP

Laboratório de Motores

Esclarecimento

A área de Exploração e Produção (E&P) esclarece que a reportagem publicada na edição de novembro da *Revista Petrobras*, intitulada "Andreatta, o desbravador da Bacia de Campos", contém alguns equívocos técnicos. A matéria repete em vários pontos que o engenheiro de perfuração Aroldo Albino Andreatta "descobriu" o Campo de Garoupa, na Bacia de Campos. A informação correta, segundo a área de E&P, é que Andreatta foi o responsável não pela "descoberta", mas pela perfuração do poço pioneiro que confirmou aquele campo, em 1974.

Outra afirmação a ser retificada está na página 3, na seguinte frase: "Descobridor do poço pioneiro da Bacia de Campos, o de Garoupa...". Não existe descoberta de poço e sim perfuração de um poço, que pode levar ou não à descoberta de um campo de petróleo. Da forma como o texto foi escrito, fica a impressão de que a descoberta de Garoupa se deve a um único profissional, ignorando-se um trabalho prévio feito por geólogos e geofísicos, estes sim, responsáveis pela identificação das estruturas geológicas mais promissoras para a ocorrência de hidrocarbonetos, e, conseqüentemente, pela descoberta das jazidas de petróleo.

GERALDO FALCÃO



Bacia de Campos

Segundo o E&P, o mais correto seria atribuir aquela descoberta a uma equipe de profissionais da área de exploração que trabalhou para que isso ocorresse, sem tirar os méritos do profissional Aroldo Andreatta, o engenheiro responsável pela perfuração do poço pioneiro.

Gerência de Comunicação e Segurança
de Informações do E&P Corporativo

RQS N° 05/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Nota da redação

A *Revista Petrobras* agradece as explicações da área de E&P e esclarece que, em momento algum, a referida reportagem teve a intenção de omitir o inestimável trabalho de geólogos e geofísicos da companhia. No caso, tratava-se de contar parte da história do profissional cujo nome hoje batiza o edifício-sede da empresa em Macaé. Para que os leitores conheçam em detalhes a importante atividade

desenvolvida pelos geólogos e geofísicos da companhia, a *Revista Petrobras* vai publicar, na edição de fevereiro, uma reportagem especial sobre o dia-a-dia desses profissionais. A redação esclarece ainda que todas as pautas da revista são sugeridas por um Comitê Editorial, formado por representantes de todas as áreas, e que as reportagens publicadas são previamente aprovadas pelas respectivas áreas.

A *Revista Petrobras* está em permanente processo de aperfeiçoamento para ser, cada vez mais, uma publicação imprescindível à força de trabalho. Para isso contamos com a sua colaboração. Reclamações, sugestões, críticas, contestações, elogios – tudo será recebido com carinho por nossa equipe. Para participar é fácil: por carta, Av. República do Chile, 65, sala 1.202, Rio de Janeiro – RJ – 20035-900; por fax, (21) 2220-8761; ou por e-mail: cartaspetrobras@petrobras.com.br



ALÉM DAS

camadas de sal

Plataforma em operação na Bacia de Santos (SP). O desafio é ultrapassar a espessa barreira de sal e chegar aos reservatórios de óleo e gás.

TECNOLOGIA DESENVOLVIDA PELO CENPES PODE VIABILIZAR A EXPLORAÇÃO DE RESERVATÓRIOS PROMISSORAS NA BACIA DE SANTOS POR MEIO DA PERFURAÇÃO SEGURA NA ROCHA SALINA

Uma espessa e contínua camada de rocha salina, formada há 100 milhões de anos no processo de separação dos continentes sul-americano e africano – e posteriormente coberta por uma camada de sedimentos e submersa pelo Oceano Atlântico –, é hoje o maior desafio da área de Exploração e Produção na Bacia de Santos (SP). A chamada barreira de sal pode aumentar as chances de sucesso em prospectos para exploração de óleo e gás. A sua excelente característica de rocha capeadora, de alta impermeabilidade, impede

a migração vertical dos hidrocarbonetos e gera condições propícias para a criação de armadilhas (*traps*) adjacentes aos corpos salinos, condições adequadas à formação de reservatórios, podendo esconder uma enorme reserva de petróleo e gás de alto valor agregado.

Para viabilizar a exploração desta reserva, uma equipe do Cenpes está trabalhando desde 2001 na busca de soluções que minimizem os riscos de insucessos na perfuração destes poços. Esta nova tecnologia começou a ser aplicada há dois anos em blocos da Bacia de Campos (RJ), onde três

poços com até 750 metros de espessura de sal foram concluídos com sucesso. Agora esta tecnologia está sendo empregada no projeto de poços na Bacia de Santos.

A possibilidade de insucesso na perfuração da rocha salina se deve à sua estrutura cristalina, que é sujeita ao fenômeno da fluência por deformação lenta sob tensão constante. Este fenômeno físico é seriamente influenciado pela espessura da camada de rocha acima da rocha salina, temperatura da formação, composição mineralógica, presença de impurezas e água e pelo esta-

de tensões atuante no corpo salino, o que aumenta a dificuldade de se estabilizar o poço durante a perfuração. Como consequência, as velocidades de deformação por fluência dessas rochas promovem o rápido fechamento de poços de petróleo, induzindo o aprisionamento da coluna de perfuração e o colapso dos revestimentos, provocando desvios ou abandono de poço, gerando perdas que chegam a vários milhões de dólares. A longo prazo, o sal também acarreta esforços adicionais nas colunas de revestimento, podendo causar até o colapso da coluna, caso ela não tenha sido dimensionada para isso.

Tecnologia para vencer

Com o objetivo de vencer esses desafios, está em curso um projeto de pesquisa e desenvolvimento dentro do Programa Tecnológico de Águas Profundas (Procap 3000). Esse esforço científico e tecnológico é um trabalho que envolve técnicos do Cenpes, da UN-CORP, da UN-EXP e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT).

O projeto em desenvolvimento tem como metas:

- Determinação das propriedades mecânicas de rochas salinas sob condições de altas temperaturas e níveis elevados de tensões diferenciais;
- Simulação numérica do fechamento do poço ao longo do tempo devido ao comportamento de fluência dos evaporitos;
- Dimensionamento do fluido de perfuração a ser utilizado durante a travessia da camada de sal, de modo a inibir o fechamento do poço, e no dimensionamento dos revestimentos a serem instalados no intervalo de rocha salina;
- Definição da estratégia de perfuração.

“A rocha salina ainda é um grande problema para a perfuração no mundo todo”, explica o gerente de

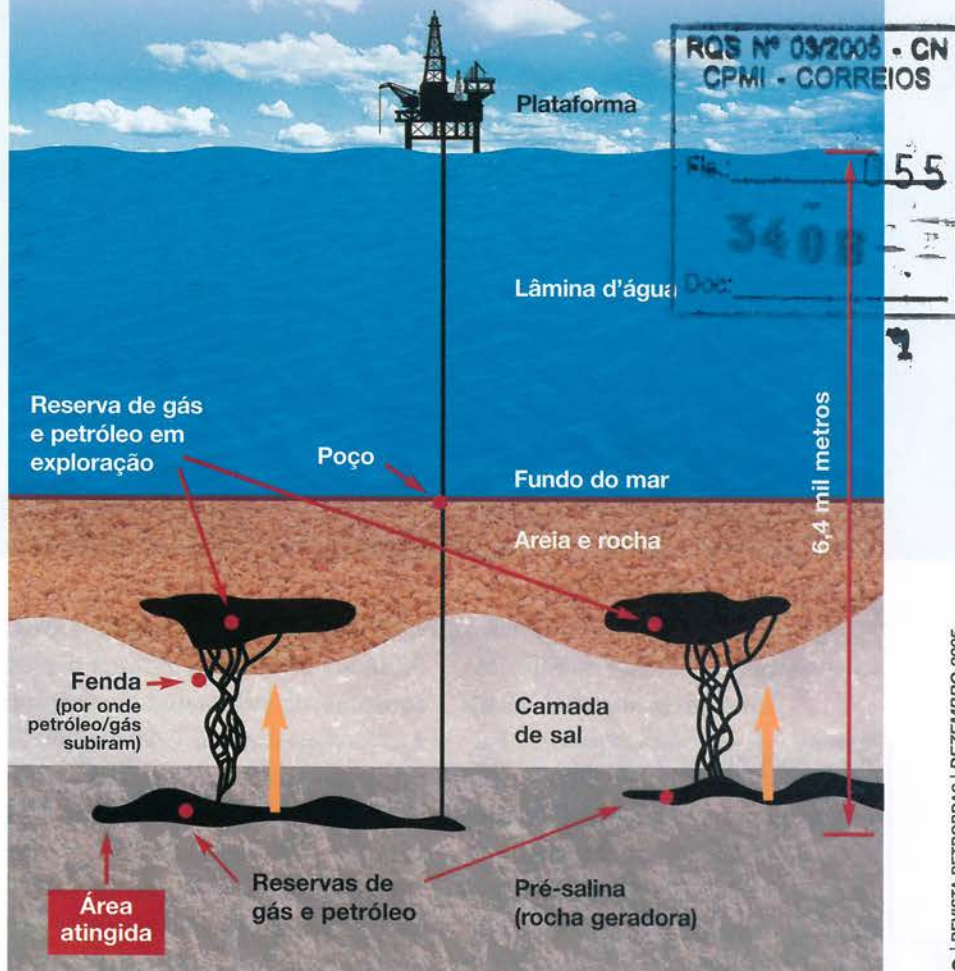
Métodos Científicos do Cenpes, Álvaro Maia da Costa, que coordena o trabalho desenvolvido com o engenheiro Edgard Poiate Júnior. A barreira de sal é causa da perda de poços de petróleo no Brasil, no Mar do Norte, no Cazaquistão, na China e no Golfo do México. A solução – descrita acima –, além de viabilizar a exploração na Bacia de Santos, colocou o Cenpes entre os principais laboratórios do mundo em tecnologia de perfuração subsal e perto de domos salinos. Ela foi apresentada

com sucesso em recente *workshop* no Sandia Laboratories – que reuniu em Santa Fé, nos Estados Unidos, as principais companhias de petróleo e de perfuração do mundo.

Na Bacia de Santos, a barreira de sal é mais profunda e mais espessa que na Bacia de Campos. Há poços em que ela chega a uma espessura de 3 mil metros, abaixo de uma camada de rocha de cerca de 2 mil metros e de uma lâmina d'água de cerca de 2 mil metros. Os poços chegam a ter 7 mil metros de profundidade. ■

TECNOLOGIA NAS PROFUNDEZAS DO MAR

Atravessar com segurança a barreira de sal é o grande desafio da perfuração em todo o mundo. O projeto desenvolvido pelo Cenpes está conseguindo superar esse desafio na Bacia de Santos (SP), onde a barreira de sal é mais profunda e espessa que na Bacia de Campos (RJ). Há casos em que ela chega a ter 3 mil metros de espessura. Os poços – como o descrito abaixo, com 6,4 mil metros de profundidade – podem operar com segurança.





O TRUNFO DA auto-suficiência sustentável

10 | REVISTA PETROBRAS | DEZEMBRO 2005

A contagem regressiva para que o Brasil alcance a auto-suficiência sustentável na produção de petróleo está no fim. Faltam poucos dias para que o FPSO (Floating Production Storage Offloading) P-50 ancore definitivamente no campo gigante de Albacora-Leste, no norte da Bacia de Campos (RJ), e faça com que a Petrobras alcance essa meta.

A companhia já chegou a produzir no Brasil mais do que o país consome de petróleo e derivados. A diferença é que a P-50 consolida o processo sem risco de reversão. É a chamada sustentabilidade. Ao atingir o pico de produção, previsto para o terceiro trimestre de 2006, vai até sobrar petróleo para exportar. A estimativa é que a partir dos

16 poços – todos eles dispostos em forma estratégica no campo que tem 225 quilômetros quadrados – seja produzida uma lâmina d'água que varia de 95 metros a 1.665 metros – sejam produzidos cerca de 180 mil barris de petróleo e até 4 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

A nova jóia da coroa da frota de plataformas da Petrobras tem



vel

ELA TEM O TAMANHO DE UM PRÉDIO DE 18 ANDARES E PODE PRODUZIR ATÉ 180 MIL BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA. COM VOCÊS, A P-50, PLATAFORMA QUE IRÁ GARANTIR A AUTO-SUFICIÊNCIA AO BRASIL

lho garantido na história petrolífera brasileira. A P-50 não só vai extrair riqueza de um reservatório suficientemente generoso para guardar mais de meio bilhão de barris de óleo e 6,9 bilhões de metros cúbicos (volume recuperável) de gás, mas também estampa o selo de excelência da Petrobras num projeto grandioso em número e grau: do investimento de

mais de US\$ 634 milhões à geração de 4.200 empregos diretos e 12.600 indiretos; da operação de gestão de cinco contratos de construção – que incluíam desde a transformação do petroleiro *Felipe Camarão*, em Cingapura, até a integração do casco convertido em uma plataforma com os módulos montados em diversas partes do mundo (Itália, EUA, Malásia

e Brasil) no estaleiro Mauá-Jurong, em Niterói – à exuberância visual da unidade.

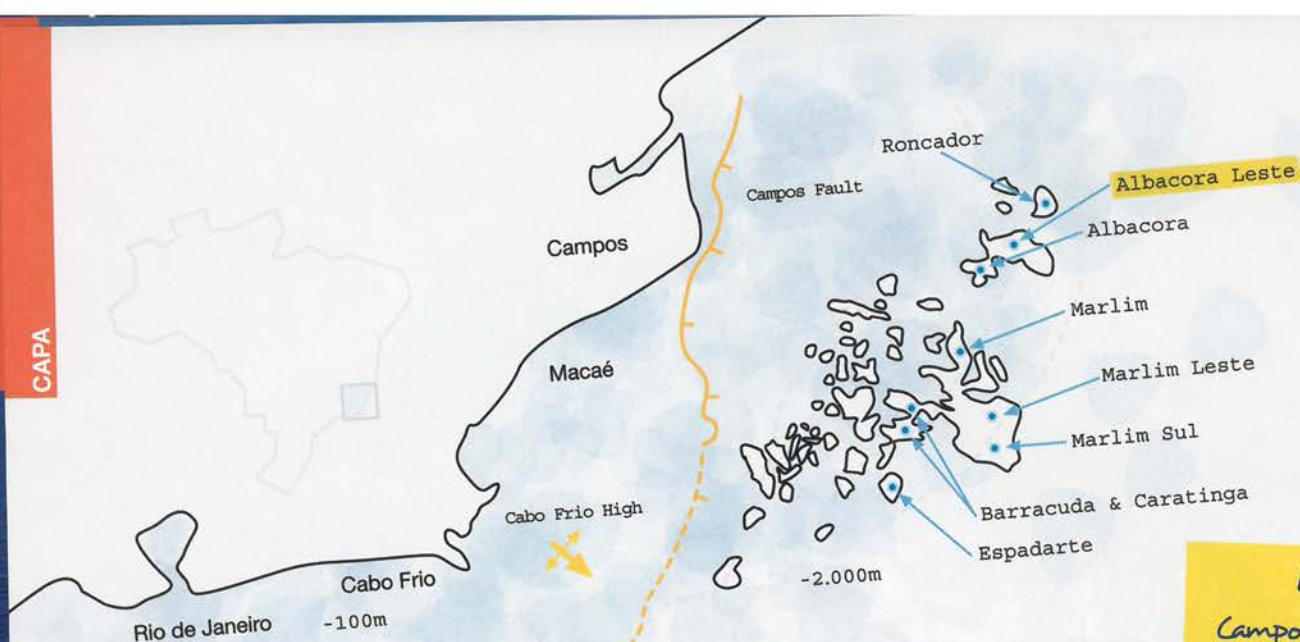
Não é pouca coisa. A P-50 tem altura equivalente a de um edifício de 18 andares e comprimento maior que o de três campos de futebol. Os geradores de energia basta para abastecer uma cidade de 300 mil habitantes. Vista à noite, na escuri-

ROS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Em 05/08

3400

Doc:



Localiza
Campo de Alba
Norte da Bacia
120 km
Cabo de São



HELMUT OTTO

BRUNO VIELA



Características de Albacora Leste

Descoberta: 1986

Área: 225 km²

Reserva provada: 500 milhões
de barris de óleo e 7,3 bilhões
de m³ de gás

Número de poços:

30 - 16 produtores e
14 injetores de água

Profundidade dos poços:
de 955 metros a 1.665 metros
da lâmina d'água

Profundidade do reservatório:
1.240 metros

Vida útil: 25 anos

Planta de geração de energia

2 módulos c/4 turbogeradores =
92 megawatts (o suficiente para
uma cidade de 300 mil habitantes)

3 motocompressores de gás
com capacidade para comprimir
2 mil m³ por dia

Mão-de-obra

4.200 empregos diretos durante
toda a duração da obra

12.600 empregos indiretos



BRUNO VIELA

FPSO P-50

Investimento: US\$ 634 milhões

Fase 1: Adaptação do navio-petroleiro Felipe Camarão, Cingapura, 2003

Fase 2: Integração, Niterói, setembro de 2004

Conclusão: dezembro 2005

Entrada em operação: janeiro 2006

Dimensões: 337 metros de comprimento
54 metros de largura
e 21 metros de calado

Altura total: 55 metros

Peso original: 42 mil toneladas

Peso adicional: 35 mil toneladas

Tubulação: 5 mil toneladas

Cabos: 800 quilômetros

Pontos de controle: 11 mil

Capacidade de alojamento: 240 pessoas

Lâmina d'água de operação: 1.240 metros

Sistema de ancoragem: Spread Mooring, tipo complacente, com 18 âncoras

Capacidade de processamento: 180 mil barris de óleo por dia

6 milhões de m³ de gás por dia

35 mil m³ de injeção de água por dia

Capacidade de estocagem: 1,6 milhão de barris em 22 tanques

Risers: 79





Durante a sua montagem, a P-50 gerou 4.200 empregos diretos e 12.600 indiretos: orgulho de construir um pedaço da história

dão do Atlântico, vai parecer uma árvore de Natal gigante.

"A P-50 é uma plataforma de última geração", dizia, orgulhoso, Huáscar Valença Padilha, gerente do Ativo de Produção de Albacora

Leste, antes mesmo de receber a unidade como se fosse um presente. "É um projeto emblemático porque é o marco da

sustentação da auto-suficiência na produção de petróleo e por causa do desafio que representou o gerenciamento da interface de todos os contratos da obra", afirmava o gerente de Implementação de Empreendimentos do Campo de Albacora Leste, José Antônio Galarza.

"É um projeto emblemático porque é o marco da sustentação da auto-suficiência na produção de petróleo"

José Antônio Galarza, gerente de Implementação de Empreendimentos do Campo de Albacora Leste

Cheia de novidades

Nos 15 meses em que foi a atração principal da Ponta da Areia, em Niterói, a P-50 era tratada ao mesmo

tempo como uma babel fluía um lego gigante por engenheiros e operários. O casco do petrolipe *Camarão*, adaptado durante meses, começou a ganhar forma definitiva em setembro de 2004. As obras de integração dos equipamentos fabricados em várias partes do mundo. Alguns exigiram o reforço de guindastes capazes de levantar toneladas para içá-los e colocá-los sobre o casco do navio. Atualmente, apesar da quantidade de equipamentos importados, ainda apresenta um índice de nacionalização de cerca de 38% pagos a fornecedores, prestadores de serviços e obra brasileiros.

O quebra-cabeça de engenharia petrolífera virou um brinquedo infantil de montar, não conta do número de módulos, sem contar aqueles que foram trazidos com ela de Cingapura, como a acomodação, *pipe rack* e o peso original de 42 mil toneladas. O *Felipe Camarão* foram ac



outras 35 mil toneladas. Dentro da unidade, sobre o solo oceânico, espalham-se tubulações que totalizam mais de 5 mil toneladas. Há ainda na P-50 cerca de 800 quilômetros de cabos elétricos e 17 mil válvulas de diâmetros variados. A plataforma tem capacidade para abrigar 240 petroleiros. O serviço de hotelaria reserva aos embarcados instalações como academia de ginástica, quadra de futebol e sala de vídeo, como todas as outras – mais piscina, sauna, salas de leitura e música, como nenhuma outra. Tudo nela é elétrico – até o fogão.

As novidades não param aí. A P-50 é também a primeira das plataformas da Petrobras com sistema de tratamento da água de injeção com uma unidade de dessulfatação *off-shore*. A tecnologia norueguesa permite a retirada do sulfato – elemento químico causador de inscrustação e produção de H_2S biogênico – antes de fazer a água retornar ao reservatório por meio dos poços injetores para manter a pressão dos poços produtores – todos eles com trechos horizontais de mais de 600 metros, para torná-los mais produtivos e economicamente viáveis.



BRUNO VEIGA

A plataforma pode abrigar 240 petroleiros. Ela tem 800 quilômetros de cabos elétricos...

Uma unidade de amina faz o mesmo trabalho de prevenção, mas voltado para o gasoduto de 30 quilômetros que vai ligar a P-50 a um *manifold* submarino do campo vizinho de Roncador e, posteriormente, até a costa do estado do Rio de

Janeiro, ao retirar o dióxido de carbono (CO_2) do gás produzido. O óleo será armazenado na própria plataforma, em 22 tanques com capacidade para 1,6 milhão de barris – o equivalente à produção de oito dias –, até ser escoado para um navio aliviador.

Antes de fazer a longa viagem da Ponta da Areia ao Cabo de São Tomé, cerca de 120 quilômetros ao norte da Bacia de Campos, o FPSO P-50 terá de passar obrigatoriamente por um período de 15 a 20 dias de testes na Baía de Guanabara. Outros 40 dias serão gastos em Albaladeiro, Leste para interligar o navio às amarras e às 18 âncoras-torpedo pré-lançadas e deixá-lo no ângulo adequado e definitivo para o início da produção. Com isso, a mega-plataforma iniciará as interligações sucessivas dos poços produtores e injetores, atingindo em 180 dias a sua produção máxima, trunfo para a auto-suficiência brasileira na produção de petróleo. ■

GERALDO FALCÃO



... e os geradores de energia poderiam abastecer uma cidade de 300 mil habitantes

MAIS CONFORTO E SEGURANÇA

no trabalho

PETROBRAS INCORPORA A ERGONOMIA ÀS DIRETRIZES CORPORATIVAS DE SMS E MUDANÇAS COMEÇAM EM 2006. NOVOS PROJETOS TERÃO ESTUDOS ERGONÔMICOS DESDE A CONCEPÇÃO

A ergonomia assume agora oficialmente a condição de forte aliada na busca da melhoria das condições de trabalho nas unidades da Petrobras. A difusão dos conteúdos do Padrão Gerencial “Gestão de Ergonomia”, em complementação ao contido no padrão de gestão da Diretriz 5, de Operação e Manutenção, ocorreu de 9 a 11 de novembro, durante seminário realizado no Rio de Janeiro. O encontro

teve como tema principal “A ergonomia como ferramenta de implantação de políticas e diretrizes corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde”.

As primeiras mudanças, no entanto, só serão sentidas a partir de 2006. Não só os novos projetos serão construídos com base nessa concepção, como os setores da companhia que enfrentam algum tipo de dificuldade no dia-a-dia terão os seus processos

revistos. “A idéia é usar a ergonomia não só para resolver os problemas, mas também para preveni-los”, afirma Rosana Fernandes, enfermeira plena da Gerência de Saúde e Gerência Executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), responsável pela implantação e pelo gerenciamento do programa Petrobras.

Diferente daquilo que a maioria das pessoas conhece – “a ergonomi-

Estudos ergonômicos
recomendaram janelas
e iluminação natural na
sala de controle da P-43

de mobiliários e computadores” –, a ergonomia tem abrangência muito maior, aplicando-se a qualquer atividade, seja ela operacional, administrativa ou gerencial. Existem riscos que não estão visíveis e só serão identificados a partir de uma análise mais aprofundada da situação de trabalho.

Mas como identificar o momento ideal de começar um estudo ergonômico? Segundo Rosana, existem sinais que evidenciam essa necessidade. Trabalhos que exigem um grande esforço físico ou movimentos



Seminário no Rio debateu as contribuições da ergonomia para a saúde do trabalhador

repetitivos; a introdução de novas instalações, tecnologias ou mudanças no processo de produção; alta taxa de absenteísmo; elevado índice de rotatividade de mão-de-obra; ocorrência freqüente de acidentes de trabalho; queixas de dores musculares; trabalhos em sistemas complexos, que exigem grande carga cognitiva; conflitos e queixas regulares em determinados setores são alguns dos exemplos mais comuns.

Na ergonomia, são duas as formas de atuação. A mais utilizada atualmente é a de correção do problema. No caso da Petrobras, no entanto, a idéia é empregar o conceito da ergonomia de concepção, através do estudo ergonômico nas diversas fases de um projeto para que tudo seja feito de forma adequada desde o início. Esses estudos podem ajudar, por exemplo, a definir a altura correta de uma válvula ou a melhor disposição de um equipamento dentro de uma plataforma.

Segundo Rosana Fernandes, para

a elaboração de uma análise ergonômica é imprescindível a participação de áreas como saúde, segurança, engenharia, projetos, recursos humanos, materiais e manutenção, entre outras. "O gerente e os trabalhadores da área envolvida são os colaboradores indispensáveis neste processo. Sem uma perfeita construção social, não se alcança uma perfeita transformação do trabalho, objetivo maior da ergonomia", diz.

A principal contribuição da ergonomia é melhorar as condições de execução do trabalho, já que ela avalia as necessidades e recomenda os recursos mais adequados a cada atividade. A idéia é que o indivíduo possa trabalhar com o máximo de saúde, conforto e segurança. “Isso aumenta a produtividade”, afirma Rosana.

Algumas unidades desenvolvem programas na área de ergonomia com ótimos resultados. É o caso, por exemplo, da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim (MG), onde recentemente o Programa de Ergonomia, conduzido pelo engenheiro

ROS Nº 032005 CN
 CPM CORREIOS
 válvula ou a melhor
 F/S Nº 059
 equipamento den-
 forma.
 ana Fernandes para
 064 0 8



A sala de controle da P-43 tem *layout* que favorece a comunicação entre as equipes...

de segurança José Mauro Araújo Acosta, recebeu o Prêmio de Reconhecimento e Recompensa pelos resultados obtidos.

Nas plataformas

A primeira grande experiência da Petrobras utilizando ergonomia em projetos de plataformas ocorreu durante a fase de detalhamento das unidades P-43 e P-48. O projeto das salas de controle dessas plataformas contou com o apoio de um estudo ergonômico desenvolvido pelo Grupo Ergonomia e Projetos do Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, em parceria com profissionais da Gerência de Métodos Científicos do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes).

“Hoje, o ideal é que a ergonomia entre no momento da concepção do projeto. Depois de tudo pronto fica difícil mexer”, afirma Francisco Duarte, professor adjunto do Programa de Engenharia de Produção da Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos casos da P-43 e da P-48, os estudos ergonômicos foram realizados

no momento da implantação dos projetos. “No caso da P-57, que ainda está sendo construída, as análises antecederam o início das obras, o que representou uma inovação”, conta Duarte.

Graças à ergonomia, as salas de controle da P-43 e da P-48 contam com janelas e iluminação natural, além da iluminação artificial indireta, que reduziu os reflexos nas telas dos sistemas de controle dos operadores. O *layout* também

favorece a comunicação em diferentes equipes de produção que tudo está posicionado de modo a permitir maior integração entre elas.

Os mobiliários foram projetados para não se movimentarem com o balanço da plataforma. Da mesma forma, os sistemas de comunicação via satélite, estão dispostos estrategicamente, próximos aos operadores. “Não se trata de um escritório em terra firme, por isso tudo que ser diferenciado. A estes livros, as mesas e gavetas, foram adaptados levando-se em consideração o movimento das ondas da plataforma”, afirma o professor da Coppe.

Segundo Nora Maia, engenheira da área de projetos e especialista em ergonomia lotada no Cenpes, atualmente os estudos ergonômicos vêm abrangendo outras áreas da sala de controle e integrando projetos do laboratório, do alojamento, da cozinha e da enfermaria, como ocorre na P-51 e na P-57, além destas áreas, foram incluídas as oficinas (mecânica e de instrumentação) e, também, recomendações para a plataforma de produção.



... e iluminação indireta que reduz reflexos nas telas de controle dos operadores



Da esquerda para a direita:
André Azevedo, Maykel Justo,
Klever Kolberg e Jean Azevedo
(de macacão azul): equipe
unida e motivada

RUMO AO deserto

EQUIPE PETROBRAS LUBRAX COMPETE NO PRIMEIRO RALI DAKAR COM LARGADA EM PORTUGAL

Foi na frente da Fonte Monumental da Praça do Império, em Lisboa, que 485 veículos – entre carros, motos e caminhões – deram início ao Rali Dakar 2006, no dia 31 de dezembro de 2005. Entre as 40 nações representadas, o Brasil conta com a equipe Petrobras Lubrax, única a competir nas três categorias da prova: carros, com Klever Kolberg e Eduardo Bampi; caminhões, com André Azevedo, Mira Martinek e Maykel Vilarta; e motos, com Jean Azevedo.

A competição se diferencia das 27 edições anteriores do rali por ter partido de Portugal, e não da Espanha ou da França, país onde foi criada em 1979. Para o gerente de patrocínio esportivo da Petrobras, Cláudio Thompson, a largada da cidade lusitana faz diferença para os competidores, mas não para o *marketing* esportivo da companhia. “A Petrobras patrocina o Dakar desde 1994 e já é uma marca bastante conhecida na Europa, inclusive pela sua atuação na Fórmula 1”,

diz Thompson, referindo-se ao patrocínio da empresa à equipe Williams, concedido desde 1998.

Treinos fortes

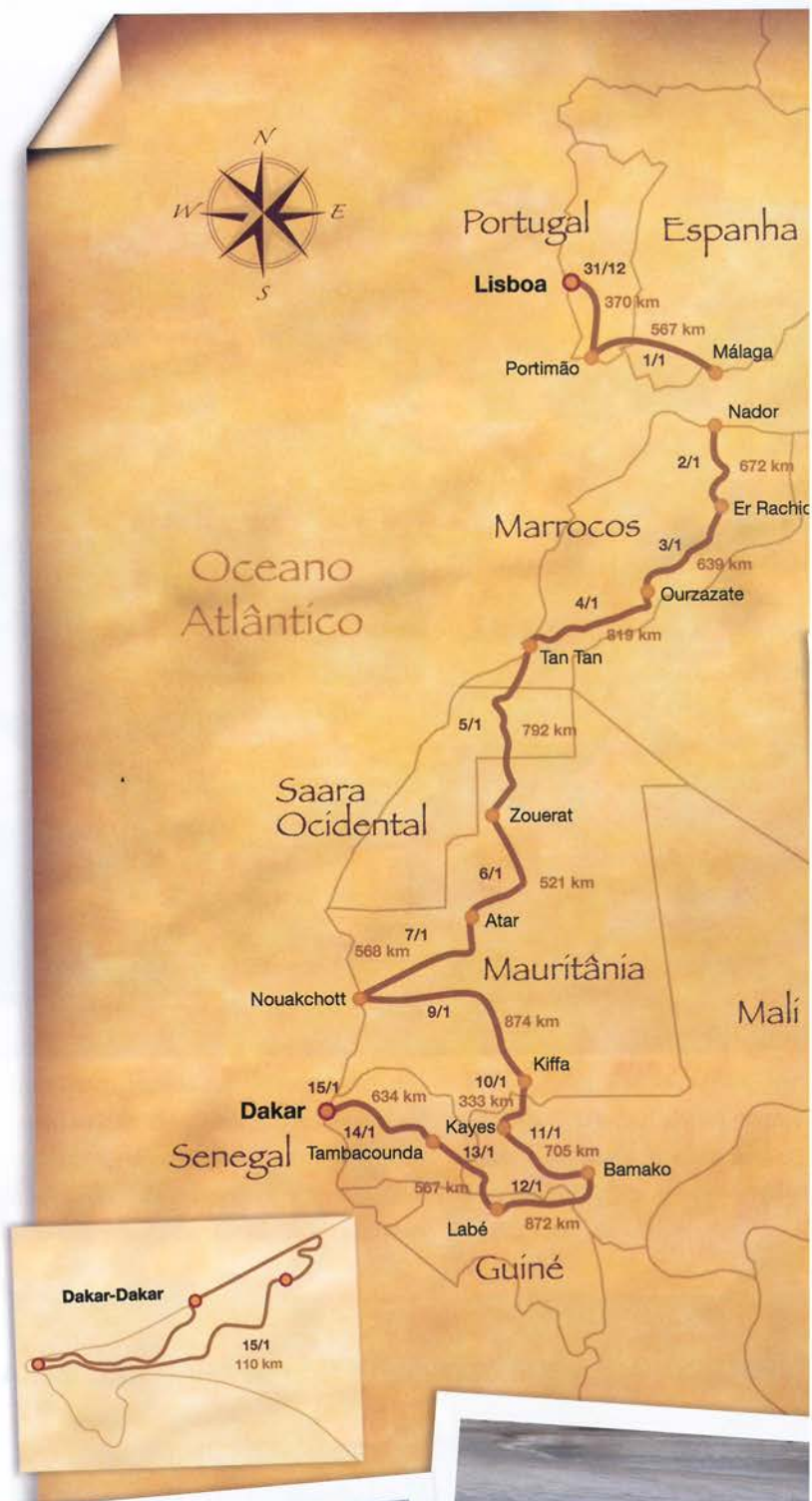
Para o piloto André Azevedo, o local de partida do Dakar 2006 é especial. “É muito mais gostoso estar num país que é a minha língua. A receptividade dos portugueses é muito boa com os brasileiros”, diz Azevedo. Além de Portugal e Senegal – ponto final da competição –, Espanha, Marrocos, Mauritânia e

REC 03/005 CN
GRM CORREIOS
Fls. N° 060
3408
Doc.

Mali e Guiné recebem o rali que se encerra no dia 15 de janeiro de 2006. O percurso tem 9.043 quilômetros, sendo 4.813 quilômetros especiais (trajeto cronometrado) e 4.230 de deslocamentos.

A mais famosa prova *off-road* do mundo é também considerada a mais perigosa, por desafiar os perigos do deserto do Saara. Para dar assistência à competição, mais 240 veículos acompanham o rali. Ao todo, são esperadas cerca de 1.700 pessoas no Lisboa-Dakar, entre pilotos, navegadores, equipes de apoio e jornalistas. "É uma prova muito difícil, e as equipes com apoio total das fábricas levam vantagem. Nossa equipe é bastante competitiva, mas, nesse item, principalmente o carro ainda necessita de um maior apoio das montadoras", diz Thompson.

O treinamento para o Dakar 2006, como nos anos anteriores, foi feito nas dunas de Cabo Frio, a 171 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. O piloto Jean Azevedo, que normalmente faz um treino por ano na região, foi a Cabo Frio quatro vezes em 2005. Ele foi submetido a uma rigorosa preparação física específica para a pilotagem de moto e, em novembro, passou uma semana no deserto do Atacama, no Chile, para uma série de treinos. A preparação para o rali e o desempenho demonstrado em competições anteriores fizeram com que a organização do Dakar 2006 o apontasse como um dos favoritos ao pódio. Ele venceu cinco vezes o Rali dos Serões e o Rali Cross Country. No Dakar, 2005, Jean foi o primeiro brasileiro na história da competição a vencer



Nas fotos, cenas do treinamento da equipe nas dunas de Cabo Frio antes da viagem para Lisboa

PAISAGENS DESÉRTICAS

Depois da largada, em Lisboa, e de um trecho de 567 quilômetros entre Portimão, em Portugal, e Málaga, na Espanha, os competidores entram no continente africano pela cidade marroquina de Nador. Começa então a expectativa para alcançar as imensas dunas da parte ocidental do Deserto do Saara, a parte mais difícil de todo o percurso. Eles atravessam ainda Mauritânia, Mali e Guiné antes de chegar ao Senegal. Adrenalina pura.



Carro

Pilotos: Klever Kolberg e Eduardo Bampi

Veículo: Mitsubishi Pajero Full 3.8 V6

Motor: gasolina, 3828 cc, 6 cilindros em "V", 24 válvulas

Potência: 260 cavalos • **Torque:** 38 kgf.m a 3.500 rpm

Velocidade máxima: 180 km/h

Injeção: eletrônica Magneti Marelli

Chassi: tubular • **Carroceria:** fibra de carbono Kevlar

Tração: permanente nas quatro rodas

Transmissão: seqüencial de seis marchas, sem reduzida

Suspensão: independente nas quatro rodas

Amortecedores: dois Ohlins com mola em cada roda

Pneus: Pirelli Scorpion Rally (com três estepes)

Comprimento: 4.350 mm • **Largura:** 1.973 mm

Entre-eixos: 2.780 mm • **Altura:** 1.900 mm

Peso: 1.825 quilos • **Tanque de combustível:** 480 litros

uma das etapas. Comparativamente, no universo do rali, é como se o piloto brasileiro vencesse um GP de Fórmula 1. O patrocinador assina embaixo: "Ele tem tido uma performance que o deixa muito próximo da vitória", afirma Thompson.

Como no ano passado, o desempenho dos brasileiros poderá ser acompanhado pela Internet. Por meio de um sistema de navegação via satélite, o internauta poderá assistir, em tempo real, à travessia dos pilotos no deserto acessando o site oficial da Equipe Petrobras Lubrax (www.parisdakar.com.br). Notícias, fotos, vídeos e relatos dos competidores também estão disponíveis no site.



Moto

Piloto: Jean Azevedo

Veículo: KTM LC4 Rally (modelo fabricado pela KTM na Áustria especialmente para o Dakar)

Motor: 697 cilindradas • **Tipo:** 4 tempos

Potência: 78 HP • **Número de cilindro:** Um

Sistema de Refrigeração: Líquida – dois radiadores

Transmissão: Cinco marchas

Lubrificação: Óleo Lubrax Moto GP

Capacidade de combustível: Total 48 litros divididos em dois tanques dianteiros de 12 litros e dois tanques traseiros também de 12 litros cada

Pneus: Traseiro: Pirelli MT 21 Heavy Duty
Dianteiro: Pirelli MT 18 Heavy Duty



Caminhão

Pilotos: André Azevedo, Maykel Vilarta e Mira Martinek

Veículo: Tatra 815 Dakar Terno

Ano de fabricação: 2001

Motor: Tatra, 12V, 19.000 cm³, turbo

Potência: 700 HP • **Câmbio:** Tatra, 12 velocidades

Peso: 10.500 kg

Consumo: 100 km no asfalto com 45 litros de diesel, 100 km na areia com 80 a 120 litros de diesel

Velocidade máxima: 155 km/h

Pneus: Pirelli P-MO-R20

Lubrificante: Lubrax Top Turbo

Tração: 4x4 com suspensão independente nas quatro rodas

REGISTRO Nº 03/2005 CN
OPM CORRIDA

3408

OUVIDORIA AMPLIA AÇÕES E

reforça legitimidade

REVISTA PETROBRAS | DEZEMBRO 2005

22

AGORA LIGADA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ELA FORTALECE SEU PAPEL EM BUSCA DO
RELACIONAMENTO CADA VEZ MAIS PRÓXIMO ENTRE OS DIVERSOS PÚBLICOS DA COMPANHIA

de

Criada para estabelecer um canal seguro de comunicação com os empregados da Petrobras, a Ouvidoria Geral chegou ao fim de 2005 com desafios bem mais complexos – e sedutores. Hoje, ela não só cumpre a função original como também é um pólo irradiador dos conceitos de cidadania, ética e respeito aos direitos humanos dentro e fora da companhia. A atual gestão ampliou os canais de comunicação entre a presidência e os seus públicos de interesse e, em outubro, deu mais um importante passo: transferiu a subordinação da Ouvidoria Geral, que passou a ficar ligada diretamente ao Conselho de Administração.

De acordo com a ouvidora Maria Augusta Carneiro Ribeiro, a Guta, esta mudança tem como objetivo fazer da instância mais uma ferramenta para fortalecer os princípios de transparência e de ética. “Queremos incrementar a qualidade do relacionamento com a população transformando a companhia em referência no mundo empresarial”, explica Guta.

Os números mostram que as

mudanças introduzidas na Ouvidoria estão sendo captadas pela força de trabalho e pelos públicos externos. Ao longo de 2004, a quantidade de demandas recebidas pela Ouvidoria Geral aumentou 75% em relação ao ano anterior. Os números também revelam que os públicos interno e externo têm necessidade de utilizar esse canal e o fazem de forma correta. Em 2004 foram registrados 13.504 contatos, o que equivale a uma média mensal de 1.125 atendimentos. São abordados os mais diversos assuntos – desde convites, solicitações e sugestões até reclamações e denúncias.

Outra marca significativa foi o total de demandas externas ultrapassar o das internas. Esta constatação é um indício de que a Ouvidoria se firma na sociedade como um canal aberto a todos os públicos de interesse da companhia – trabalhadores da Petrobras, setor público, empregado e sociedade civil. “Queremos contribuir com uma preocupação pela cidadania que veio para ficar, ninguém mais vai querer voltar atrás. É um direito adquirido por todos”, diz Guta.



Guta (ao centro) e parte de sua equipe: fortalecendo os princípios de ética e transparência para tornar a Petrobras uma referência no mundo empresarial.

MONTAGEM SOBRE IMAGEM DE GERALDO FALCÃO

CLAUDIA MARTINS

REQ. Nº 19015 - CN
CPM REIOS
32

408 - 2
Doc.

Postura de maturidade

A Ouvidoria Geral está em sintonia com as diretrizes do governo federal e também com as exigências da legislação norte-americana, à qual a Petrobras está submetida por sua presença no mercado de capitais dos Estados Unidos. A lei norte-americana Sarbannes-Oxley (SOX) estabeleceu algumas regras quanto ao canal de processamento de denúncias sobre questões contábeis e de auditoria para as companhias abertas que têm ações na New York Stock Exchange (NYSE), a Bolsa de Valores de Nova York, como é o caso da Petrobras. A subordinação da Ouvidoria Geral ao Conselho de Administração foi uma das respostas para o mercado norte-americano.

Diversos canais de relacionamento foram criados pela Ouvidoria para garantir os direitos dos cidadãos – que podem acessar a Ouvidoria por meio de *e-mails*, cartas, atendimentos pessoais, telefonemas e fax. “A Ouvidoria Geral garante a todos o sigilo absoluto das informações”, diz Guta. Além destes, outros mecanismos serão criados para aperfeiçoar cada dia mais as demandas da Ouvidoria Geral. Está sendo estudada uma maneira de permitir denúncias anônimas internas, e assim atender a



Crianças e adolescentes atendidos pelo trabalho voluntário de empregados da UN- no bairro de São Carlos, na periferia de Aracaju: Ouvidoria quer ampliar essas ações

“Queremos contribuir com uma preocupação pela cidadania que veio para ficar; ninguém mais vai querer voltar atrás”

Guta, ouvidora geral da Petrobras

mais uma das exigências da Lei. Mas esse instrumento será c como cumprimento de norma que todos têm a garantia da idade preservada.

Guta propõe um modelo garanta o respeito aos direitos e a ampliação da responsabilidade social no comportamento da companhia. “Essa é uma postura de maturidade muito grande que requer o envolvimento de todos” conclui. ■

PODE FALAR, NÓS QUEREMOS OUVIR

Além dos atendimentos pessoais, a Ouvidoria Geral da Petrobras oferece outros canais de comunicação com a força de trabalho da companhia. Veja abaixo a relação completa e escolha o canal mais adequado às suas necessidades. E lembre-se: a Ouvidoria garante a todos o sigilo absoluto das informações. Pode confiar.

e-mail: ouvidoria@petrobras.com.br
Site: <http://ouvidoria.petrobras.com.br>
Fax: (21) 3224-8189
Tel.: (21) 3224-8357

Endereço: Av. República do Chile, 65
 22º andar ■ sala 2202 B
 Centro ■ 20031-912
 Rio de Janeiro ■ RJ



O TRABALHO DOS PAIS PELA ótica dos filhos

TRANSPETRO INOVA AO CRIAR OUVIDORIA MIRIM E ABRIR NOVO CANAL DE DIÁLOGO COM A FORÇA DE TRABALHO. PROJETO PILOTO SERÁ AMPLIADO EM 2006

Desde outubro, os filhos dos empregados da Transpetro foram inseridos na política de cidadania da companhia – que inovou com a criação de uma Ouvidoria Mirim. O objetivo é saber o que as crianças pensam sobre o ambiente de trabalho de seus pais. De acordo com a ouvidora geral da Transpetro, Geide Miguel, a criação da Ouvidoria Mirim pode ser reveladora: “A percepção das crianças sobre o cotidiano de trabalho dos pais, ao nosso ver, é um retrato da sabedoria infantil.”

Por meio de cartas, e-mails, fax, telefonemas e até visitas, as crianças se manifestam sobre como o trabalho dos pais interfere no cotidiano



Geide quer valorizar a sabedoria infantil

delas. Muitas cartas abordaram a importância da companhia para os pais e a política de relacionamento da empresa. “Fico feliz de saber que o meu pai está trabalhando numa empresa muito boa, onde o empregado é valorizado”, escreveu Maria de Fátima, de 10 anos. “A Transpetro

**“É importante
estimular a força
de trabalho
a não exceder
sua jornada
de trabalho,
porque o lazer
é parte essencial
de uma vida
saudável”**

Geide Miguel, ouvidora geral
da Transpetro

é o melhor trabalho porque eles ajudam as pessoas a viver”, acrescentou Bárbara, 7 anos.

Outras crianças aproveitaram a oportunidade para pedir mais tempo com os pais, como foi o caso de Clara e Felipe. “Minha mãe sai cedo de casa e volta muito tarde”, disse a menina. “Gostaria que meu pai tivesse mais tempo para brincar de dominó e andar de bicicleta”, completou Felipe, 5 anos.

Segundo Geide, é muito natural que os filhos queiram passar mais

tempo perto dos pais. Para a ouvidora, o convívio familiar é fundamental para a produção dos empregados. “É importante estimular a força de trabalho a não exceder sua jornada de trabalho, porque o lazer é parte essencial de uma vida saudável. O empregado feliz exerce suas funções com mais tranquilidade e tem um alto índice de produtividade.”

Com o sucesso da iniciativa, a ouvidora pretende aprimorar o projeto piloto da Ouvidoria Mirim. No próximo ano, a Transpetro pretende ampliar os canais de comunicação, o número de funcionários participantes e o período de funcionamento da nova Ouvidoria. “Pretendemos envolver todos da força de trabalho neste projeto, incluindo os que trabalham nos terminais e navios. Essa amplitude é essencial”, disse ela.



ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
063
FIS. Nº
3408 -
Doc:

Por trás das lentes

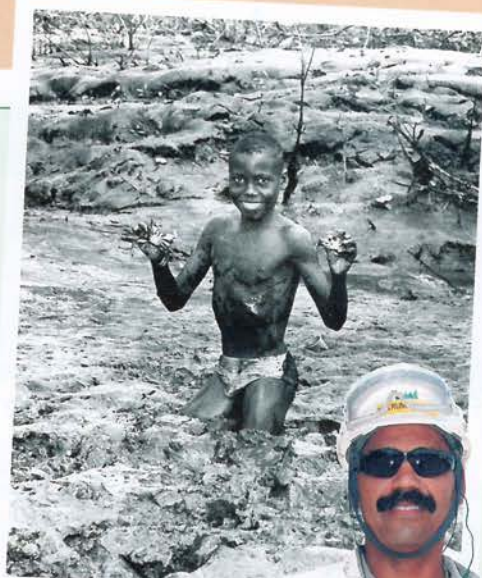
A primeira máquina fotográfica do técnico de manutenção da RLAM Waldemir Gomes de Almeida, conhecido como "Bigode", foi um presente dos pais recebido aos 16 anos, depois que ele viu uma exposição de vários autores, em 1980, em Salvador. As fotos em preto-e-branco o impressionaram tanto que nunca mais deixou de fotografar. Nem mesmo depois de ingressar na Petrobras, aos 22 anos, Waldemir abandonou o *hobby*, que durante dez anos chegou a ser uma segunda atividade profissional. Ele fez trabalhos como *free-lancer* para jornais de Salvador até 2001, quando parou por falta de tempo, e montou duas exposições de seus trabalhos. Agora, só fotografa por lazer. O que mais gosta de

O simpático 'Bigode' tem orgulho da foto que fez de um menino catando caranguejos num mangue na Bahia

retratar são paisagens, mas foi focando gente que ele fez a melhor foto de sua vida.

"Sobrevivência", que retrata um menino catando caranguejo em um mangue no interior da Bahia, participou da exposição regional do Concurso Prata da Casa, da Petrobras, em 2000. Outra foto de Waldemir ganhou o quinto lugar em um concurso da Marinha, em 2002.

WALDEMIR GOMES DE ALMEIDA



Amigos de cavaco e violão

Fábio Gondim, da Gerência de Estruturas Oceânicas do Cenpes, e Flávio Torres, coordenador de Articulação Externa do SMS, conheceram-se na faculdade, reencontraram-se na Petrobras, mas o que os uniu mesmo foi a música, ou melhor, o samba de raiz. A parceria vem desde o final dos anos 80, quando Fábio, com seu violão e seu pandeiro, foi convidado por Flávio, dono de um cavaco, a integrar o grupo de samba Canoa Furada. Formado somente por engenheiros navais, o grupo inaugurou a tradição

de samba do restaurante Sobrenatural, em Santa Teresa, no Rio, e foi um dos pioneiros da revitalização da Lapa. O amor pelas rodas de samba acabou levando os dois amigos, no início dos anos 90, para o bloco Simpatia é Quase Amor, de Ipanema. No Simpatia, eles são duplê de músicos e dirigentes. Tocam violão e cavaco nos desfiles do bloco e participam da organização das saídas e das festas do amarelo e lilás. No resto do ano, a parceria continua no grupo de choro Disfarça e Chora.



Flávio (de óculos) e Fábio (ao violão) defendem as cores do bloco Simpatia é Quase Amor (ao lado, desfilando em Ipanema): paixão pelo samba



Apaixonado pelo mar e pelo vento

É no mar, velejando, que José Luís Acciaris, coordenador da Engenharia na plataforma P-48, passa a maior parte de seus dias de folga. A paixão pelo esporte começou ainda na adolescência, vivida na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Ele velejava na Baía de Guanabara em uma prancha a vela de um amigo, construída com compensado naval. O primeiro barco, um Tahiti de 16 pés, foi comprado logo que começou a trabalhar. Hoje, Acciaris passa suas folgas perto do *Verdinho*, um Velamar 28, ancorado no Angra dos Reis Marina Clube. E foi na Baía de Angra dos Reis que ele começou a competir. Este ano, por exemplo, foi o segundo colocado na Classe APS 2 do campeonato Flotilha de Angra dos Reis de Veleiros de Oceano, mesmo não tendo participado de quatro das 10 regatas da temporada. As duas filhas, Marina e Renata, muitas vezes o acompanham nas aventuras. Há dois anos, ele e Marina ganharam a regata Ele e Ela.



José Luís a bordo: dias de folga ao sabor do vento

PAULO JAMES

Craque da mesa

O futebol de mesa é uma paixão cultivada desde a infância por Eldenísio Tosta Santos, conhecido como Tosta, técnico de manutenção da RLAM/MI/El. "Quando faço um gol ou uma jogada difícil, é como se estivesse jogando futebol. É o máximo", descreve. A dedicação ao *hobby* fez de Tosta um craque. Ele venceu todas as etapas do torneio de futebol de mesa dos jogos do Jubileu da Petrobras, em 2003/2004. Mas este não é seu único título. Tosta já foi campeão da Taça Cidade de Salvador, em 2002, do campeonato Norte/Nordeste, em 2004, e até campeão brasileiro, em 2004. A brincadeira de adulto aprendida na infância é ainda uma maneira de exercitar alguns princípios essenciais em sua vida, como respeito, disciplina, dedicação e vontade de vencer.

Tosta e seus botões: vários títulos



ANTÔNIO REIS

Solidariedade como bandeira

Eliana Rodrigues Araújo, do RH da UN-RNCE, aprendeu o significado da palavra solidariedade ainda pequena. Cozinheira na casa de ricos, a avó mantinha, nos anos 60, em sua casa pobre de taipa, uma escolinha da campanha "De pé no chão também se aprende a ler", inspirada no método Paulo Freire. A família também distribuía donativos da campanha evangélica "Brasil para Cristo". "Fui criada compartilhando o pouco que tínhamos", diz Eliana. Mas foi quando nasceu seu filho, hoje com 20 anos, que ela fez da solidariedade sua

bandeira. Eliana percebeu que o filho, ainda bebê, não se comportava como as outras crianças, e iniciou uma série de exames. Somente há pouco é que o diagnóstico de Síndrome de Asperger foi confirmado por um geneticista americano especializado em autismo. O sofrimento destes anos de incerteza levou Eliana a participar da fundação de uma associação de pais para ajudar famílias e portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento, além de promover capacitação de profissionais.

A associação acabou de ganhar um terreno e está em busca de parcerias para construir sua sede.



JOÃO CARLOS RIBEIRO

Eliana fez de seu drama pessoal um estímulo para ajudar os outros

Perolas do petróleo

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
064
Fis. Nº 3408
Dec:

Propaneiro

Navio destinado ao transporte de derivados de petróleo gasosos



Posto Pantanal, em Coxim (MS): tributo à natureza



O talento dos músicos mineiros brilha no Posto Villa Rizza

Jorge Am

ENCHAM O TANQUE de cultura

PETROBRAS DISTRIBUIDORA INAUGURA EM BELO HORIZONTE O SEXTO POSTO TEMÁTICO ABASTECIMENTO DO PAÍS, O VILLA RIZZA, COM UMA HOMENAGEM À MÚSICA MINEIRA

De Ary Barroso a Samuel Rosa, do Skank, passando por Milton Nascimento e seu famoso Clube da Esquina, a música mineira é a grande homenageada do mais novo posto temático da Petrobras Distribuidora. Inaugurado em outubro, o Posto Villa Rizza, em Belo Horizonte, veio se juntar aos outros cinco postos temáticos que destacam a cultura regional em outras cidades do país: da Inconfidência Mineira, em Ouro Preto (MG); do Descobrimento do Brasil, em Porto Seguro (BA); de Jorge Amado, em Ilhéus (BA); do Pantanal, em Coxim (MS), e do Automobilismo, em São Paulo.

A novidade do Posto Villa Rizza é que ele conta com um centro cultural construído numa casa tombada em 1992 pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. A Petrobras restaurou a fachada da casa, que já abriga um bar com música ao vivo e que servirá

como espaço para exposições e lançamentos de livros e CDs. “A restauração foi uma forma de a Petrobras devolver aos mineiros um imóvel que tem valor arquitetônico importante. Além disso, o casarão do Posto Villa Rizza vai funcionar como um memorial da música mineira”, afirma Sergio Calvet, coordenador de padronização de imagens de postos BR da Petrobras Distribuidora.

Pinturas descobertas

A casa restaurada tem painéis com fotos dos mais importantes artistas mineiros. Segundo Francisco Barros, gerente comercial do Villa Rizza, o posto terá ainda fotos das capas de discos históricos da música de Minas Gerais. “Quem vier abastecer aqui vai ter um pouco de contato com a nossa história musical. Preservamos a fachada da casa e reformamos a parte interna. Ficou tudo muito bonito”, orgulha-se Barros.

A coordenadora de *marketing* da Petrobras em Minas, Jacqueline Pires Pimenta Figueiredo, conta no período da reforma, descobriu-se que o casarão tinha vários quadros pintados nas paredes. “E os quadros foram restaurados e servados durante a pintura”, explica Jacqueline. O nome Villa Rizza é uma homenagem do major Antônio Zeferino da Silva à sua esposa, Rizza Porto Guimarães. Em 1930, europeu, a casa foi construída por ele e ficou pronta em 1930.

Com investimento de R\$ 1,5 milhão, o Villa Rizza é o segundo posto temático de Minas, que já conta com o da Inconfidência Mineira, em Ouro Preto.



O posto de Ilhéus (BA)

O Posto Inconfidência Mineira revive o Brasil Colônia

Posto do Descobrimento: marco em Porto Seguro

Neste, o destaque é a arquitetura colonial da cidade histórica. O posto tem ainda painéis baseados em pinturas da época e distribui aos clientes *folders* com informações sobre o período do Brasil Colônia.

Incentivar a cultura nacional

Carla Heredia, gestora do projeto de postos temáticos da Petrobras Distribuidora, explica que o objetivo é incentivar a cultura nacional em seus aspectos regionais. Ela lembra que o primeiro a ser inaugurado foi o de Porto Seguro,

na Bahia, por ocasião dos festejos dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, em 2000.

O Posto do Descobrimento tem como destaque um mastro-vela de 14 metros de altura, que fica próximo à Avenida Litorânea e se tornou o ponto de referência do local. No posto, também foram criadas áreas cenográficas e elementos paisagísticos que lembram as grandes navegações e a descoberta do Brasil.

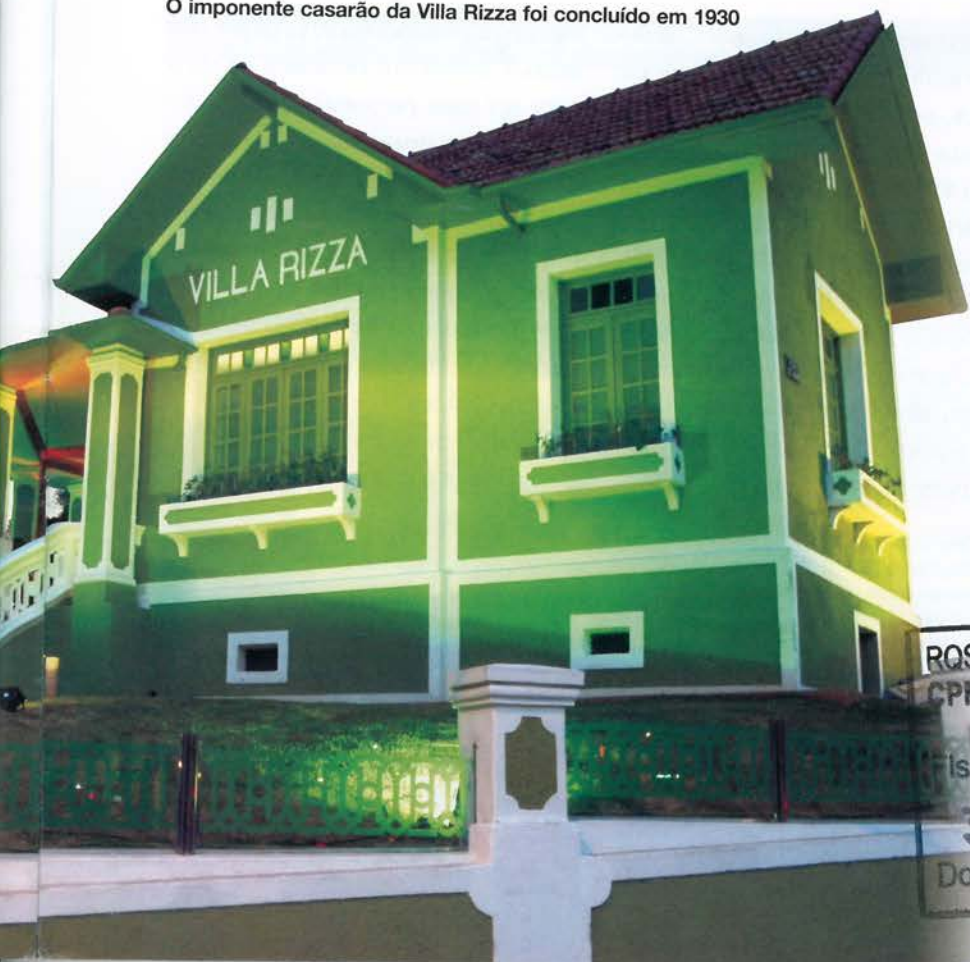
Também na Bahia, há o posto em homenagem ao universo do escritor Jorge Amado, criador de clássicos

como *Gabriela, cravo e canela* e *Capitães de areia*. O posto abriga uma exposição permanente sobre a cultura do cacau e o patrimônio histórico de Ilhéus. Num armazém, o cliente pode assistir à exibição de um desenho animado sobre o universo da obra do escritor homenageado.

Terra da garoa, mas também do nosso tricampeão de Fórmula-1, Ayrton Senna, São Paulo ganhou um posto temático, o São Paulo Veloz, em 2002. Localizado no bairro de Vila Prudente, o posto expõe um carro de Fórmula-1 da Williams, equipe que utiliza combustível fornecido pela Petrobras. O posto tem dois painéis com fotos e uma pequena biografia de todos os pilotos brasileiros, de Chico Landi a Rubens Barrichello. Completam a decoração réplicas em tamanho natural de quatro carros de corrida ilustrados com motivos ligados à Petrobras. Os frentistas do São Paulo Veloz vestem uniformes que lembram os de mecânicos de uma escuderia.

Na entrada de Coxim, cidade conhecida como o Portal do Pantanal, a Petrobras inaugurou o posto que reproduz o cenário de uma das regiões mais bonitas do país. A beleza da flora e da fauna está presente na decoração do posto que fica na BR-163, no Mato Grosso do Sul. O cliente tem à disposição um pequeno quiosque, construído pelos índios nativos, com aquários que abrigam diversos espécimes da região pantaneira.

O imponente casarão da Villa Rizza foi concluído em 1930



DIVULGAÇÃO BR

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 085
3408
Doc:

Na Praia da Macumba, no Rio
42 surfistas descem a mesma onda
novo recorde para o Guinness Boo



VIVER A VIDA SOBRE as ondas

VOCÊ ACHA QUE NÃO TEM JEITO PARA O SURFE? DOIS PROFISSIONAIS DO CENPES TAMBÉM ACHAVAM, MAS HOJE, FORA DO TRABALHO, ELES SÓ PENSAM EM SUBIR NUMA PRANCHA

Responda rápido: o que há em comum entre uma prancha de surfe e o Cenpes – Centro de Pesquisas da Petrobras? À primeira vista, nada. Mas experiente fazer a mesma pergunta ao geofísico João Norberto Noshang Neto e ao biólogo Bias de Faria. A resposta será idêntica: tudo a ver. Quando não estão se dedicando ao trabalho no Cenpes, os dois empregados da Petrobras colocam a prancha de longboard debaixo do braço e correm para a praia, onde dividem a mesma paixão: o surfe.

Coordenador do Programa Tecnológico de Energias Renováveis do Cenpes, o gaúcho Norberto, de 45 anos – dos quais 19 de Petrobras –, começou a surfar há apenas cinco anos. Antes de chegar ao Rio de Janeiro, em 1992, seu esporte era o futebol. Foi zagueiro do Grêmio

(“Joguei com o Mauro Galvão”, lembra, orgulhoso), mas abandonou os campos após sofrer descolamento de retina devido a uma bolada.

Em 1992, quando chegou ao Rio, Norberto se reencontrou com a bola: descobriu o futevôlei. Bateu bola com o ex-craque Júnior, do Flamengo, e com o baixinho Romário. Certo dia, conversando com um amigo surfista, decidiu aprender o novo esporte. “Meu amigo disse para eu entrar para a

escolinha, mas não queria pagar o mico. Chamei um professor de surfe para ser meu *personal trainer* e todo sábado e domingo estava dentro d’água”, conta o geofísico. Não pagou mais. “Hoje, o pessoal pergunta por que eu não disputo campeonatos. Acho que aprendi a surfar.”

Quando não está no mar, Norberto se dedica, no Cenpes, ao desenvolvimento de energias renováveis, como a eólica, a

Norberto (à esquerda) e Bias trabalham no mesmo lugar e compartilham a mesma paixão: o surfe



solar, a fotovoltaica e a de biomassa, entre outras, incluindo – vejam que coincidência – a energia das ondas.

Forte ligação com o mar

Essa interação entre a vida profissional e o meio ambiente também acompanha o dia-a-dia do biólogo Bias de Faria, de 39 anos, que trabalha com desenvolvimento tecnológico na Gerência de Avaliação e Monitoramento Ambiental. Ele também começou tarde a dar as primeiras remadas sobre uma prancha, há três anos. “Eu buscava uma atividade física para aliviar o estresse e relaxar. Comecei a fazer aulas de surfe e me apaixonei pelo esporte. Fiquei obcecado pelas ondas”, lembra Bias. “Quando você entra no mar, deixa todos os seus problemas fora da água.”

O mar, aliás, já é um velho conhecido de Bias. Graduado em biologia marinha, ele morava perto da praia e praticava mergulho autônomo antes de subir numa prancha.



A Petrobras incentiva a prática do surfe: esporte integrado ao meio ambiente

Norberto e Bias se conheceram quando já eram surfistas. Em pouco tempo, passaram a se encontrar na Barra da Tijuca para surfar. Na praia, também se tornaram amigos de Rico de Souza, um dos pioneiros do surfe brasileiro e organizador do Petrobras Longboard Classic, principal campeonato de pranchões do país. Em novembro, na etapa do Rio de Janeiro, realizada na Praia da Macumba, Rico convidou os dois amigos para integrarem o grupo que tentaria superar o recorde mundial de maior número de surfistas na

mesma onda, marca que entraria para o *Guinness Book*.

O recorde registrado no *Guinness*, obtido em dezembro de 2002, na Austrália, por 38 surfistas, foi quebrado no Rio. E logo no primeiro dia de competição, por 42 surfistas, mas sem a participação de Norberto e Bias. O primeiro estava trabalhando e o outro não chegou a tempo. No dia seguinte, nova tentativa, agora com os dois. Não conseguiram, mas, para eles, valeu a participação no evento. Outras ondas virão. ■

INCENTIVO AO ESPORTE DESDE 2002

A Petrobras é hoje a maior patrocinadora do surfe brasileiro, com investimentos de R\$ 1,1 milhão em 2005. Desde 2002, a empresa oferece a atletas de todo o país a oportunidade de se destacarem no cenário nacional do esporte por meio de quatro competições: Circuito Petrobras de Surfe Feminino, Petrobras Longboard Classic, Seletiva Petrobras de Surfe Masculino e Festival Petrobras de Surfe. Os torneios se destacam no calendário do surfe brasileiro e atraem um número cada vez maior de participantes em várias categorias. Prova de que o principal objetivo da Petrobras vem sendo alcançado: contribuir para o crescimento do surfe no país.

O Circuito Petrobras de Surfe Feminino, reconhecido por seu pioneirismo (é o único evento do surfe brasileiro dedicado exclusivamente às mulheres) e contribuição às causas sociais e ambientais, atrai as principais atletas do país. Por meio de campanhas realizadas em todas as etapas, o circuito leva às praias debates sobre violência doméstica, combate ao câncer de mama e doação de sangue, entre outros.



Válido como etapa do Campeonato Brasileiro de Longboard, o Petrobras Longboard Classic tem o objetivo de reunir os melhores atletas profissionais e amadores da categoria, também conhecida como pranchão. A competição, realizada em duas etapas, dá espaço para a participação de surfistas de todas as outras categorias (master, super master, legends, super legends, júnior e feminina).

A Seletiva Petrobras de Surfe Masculino foi criada em 2004, reúne os melhores atletas profissionais do país e vale pontos para o ranking nacional. A disputa é realizada em três etapas. Entre os dias 16 e 18 de dezembro foi realizada, na Barra da Tijuca, a segunda edição do Festival Petrobras de Surfe. O evento, que encerrou a temporada do surfe nacional, teve formato inédito e foi disputado por equipes de três atletas: um longboarder, um representante da categoria masculina e um da feminina.



BOA LEITURA

Mais uma vez Luis Fernando Veríssimo nos brinda com seu talento e bom humor, praticamente indiscutíveis. As 73 bem elaboradas crônicas fazem jus ao título, *Banquete com os deuses* (Editora Objetiva), e trazem um Veríssimo apaixonado pela arte e pela cultura, por cinema, literatura e música (em particular o jazz). Fellini, Truffaut, Chaplin, Shakespeare, Cartola, Chico Buarque, Marquês de Sade, Salvador Dalí e outros mestres desse mesmo naipe habitam o mundo do escritor gaúcho nesta divertida obra. Além de cronista, Veríssimo é também jornalista, publicitário, cartunista e escritor.



Claudia Cabaleiro,
da área de Comunicação da RPBC

180 Graus (Editora Marco Zero), de Márcia do Valle, faz um relato atual e verdadeiro da condição feminina em relação aos homens e da questão

emblemática da função das mulheres de 30 anos na vida contemporânea. Com sua visão apurada e uma linguagem desenvolvida e inteligente, a autora destrincha a intimidade das personagens, uma

brasileira e uma francesa, mulheres fortes e bem-sucedidas, com seus problemas nas relações amorosas, seus devaneios, desejos e pensamentos. A chave principal do romance é a possibilidade de estas mulheres darem sempre uma guinada em suas vidas, o tal giro de 180 graus que o título sugere.

Denise Aveleda,
da área de Engenharia



Piloto patrocinado pela BR é tetra na Supersport

O piloto Gilson Scudeler, do Team Scud Petrobras, conquistou o tetracampeonato brasileiro de Motovelocidade, na categoria Supersport (600 cc), ao chegar em segundo lugar na última etapa da temporada 2005, dia 27 de novembro, no Autódromo Internacional de Curitiba. Foi o quarto título consecutivo de Scudeler.

Com quatro vitórias este ano, ele somou 156 pon-

tos no campeonato, 20 a mais que o vice. "Quero compartilhar a conquista com a equipe e os patrocinadores, que contribuíram também com ações fundamentais para que chegássemos ao fim do campeonato comemorando mais um título", frisou o piloto do Team Scud Petrobras.



FELIPE GOFMAN

Pessoas e necessidades especiais

Música, depoimentos e uma exposição foram usados na Jornada Integrada PAE (Programa de Assistência Especial), realizada entre os dias 26 e 28 de outubro, no Edifeb (Programa de Assistência Especial), realizada entre os dias 26 e 28 de outubro, no Edifeb-Ouro Negro, no Cenpes, na Reduc e na Transpetro para chamar a atenção da força de trabalho da Petrobras para os problemas enfrentados pelas pessoas com necessidades especiais. O evento foi aberto com debate entre a ouvidora geral da Petrobras, Maria Augusta Ribeiro, a Guta, a musicoterapeuta Heloísa Daher, a jornalista Claudia Werneck e o cineasta Evaldo Mocarzel. Eles falaram de exclusão, de preconceito

e de discriminação contra pessoas com necessidades especiais. Um dos depoimentos mais emocionantes foi o de Elizabete Sá, professora da rede pública de Belo Horizonte, cega de nascença, que contou sua luta pela Justiça para garantir participação em concurso público e posterior nomeação para o cargo de professora.



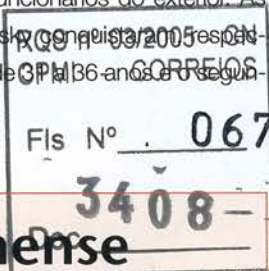
GERALDO FALCÃO



TODIA EDITORA

Corrida rústica: as feras da resistência

A XIX Corrida Rústica do Sistema Petrobras, no dia 13 de novembro, nas instalações da Repar, foi um sucesso. Cerca de 300 pessoas da força de trabalho da empresa no Brasil e no exterior participaram da prova. Os vencedores gerais da prova foram os mesmos do ano passado, em Natal. Hilneres Teles de Jesus, da UNBA, que completou a prova em 20min24s, disputou na categoria de 30 a 34 anos. Luciana Bispo de Lima, da Refinaria de Cubatão, fez em 27min32s, e correu pelo grupo de 31 a 36 anos. Pela primeira vez, a competição promovida pela Comunicação Institucional foi aberta à força de trabalho das unidades da empresa na América Latina. A organização recebeu 46 inscrições de funcionários do exterior. As argentinas Mirleni Yael e Sheila Grashinsky conquistaram, respectivamente, o primeiro lugar na categoria de 31 a 36 anos e o segundo lugar no grupo de até 30 anos.



Casas no Norte Fluminense

No dia 11 de novembro, a Petrobras entregou 16 casas a famílias que viviam no entorno da faixa de 68 km de dutos do Gasoduto Barra do Furado-Cabiúnas (Gascab III), nos municípios de Quissamã e Carapebus, no Norte Fluminense. As famílias fazem parte de um grupo de 68 que tiveram que deixar suas casas por causa da obra de alargamento do gasoduto, licenciado pela Feema. Elas receberam casas, a um custo total de R\$ 1,2 milhão, porque o valor das indenizações seria insuficiente para a compra de outro imóvel. "Estou ansiosa para fazer a mudança. Essa nova casinha me deixou muito feliz. Agradeço à Petrobras,

que nos tratou muito bem", disse dona Maria da Penha dos Santos, uma das moradoras. A Petrobras mantém um telefone (0800-252160) para tirar dúvidas da população e programas sociais e ambientais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.



ALTON MENDONÇA

ENERGÉTICAS

Acordo com a gigante

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo, assinou dia 21 de novembro em Dharhan, na Arábia Saudita, acordo com a estatal Saudi Aramco, a maior empresa petrolífera do mundo, para o desenvolvimento das relações comerciais e de recursos humanos e a cooperação nas áreas de desenvolvimento tecnológico para produção, exploração e refino.

Qualificação profissional

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, lançou dia 18 de novembro, em Salvador, o Plano de Qualificação Profissional do Prominp. O plano prevê um investimento de R\$ 220 milhões para qualificar, até o fim de 2007, 70 mil profissionais nos níveis superior, técnico e básico para atender à demanda do setor de petróleo e gás.

Avanço capixaba

Até o fim de 2006, a Petrobras investirá R\$ 4,73 bilhões na Estação de Fazenda Alegre, no Terminal Norte Capixaba, na Plataforma de Peroá e na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, no Espírito Santo. A cerimônia de lançamento da pré-operação das unidades, dia 11 de novembro, foi prestigiada pelo governador Paulo Hartung.

Isto é cinema

Está novamente em atividade o Cineclube da Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas do Rio de Janeiro (ABD&C), no bairro de Botafogo. O projeto, contemplado pelo Programa Petrobras Cultural, tem como objetivo criar um espaço alternativo para a exibição de curtas-metragens e documentários e realização de debates.

SAIBA O QUE ACONTECE NAS UNIDADES DA COMPANHIA NO EXTERIOR

ARGENTINA



Arte e tecnologia

A Petrobras foi a principal patrocinadora da Argentina Oil & Gas, realizada em Buenos Aires. O Centro de Convenções Costa Salguero abrigou uma exposição e, em paralelo, o II Fórum Internacional de Energia, que analisou o mercado latino-americano do setor. O estande da Petrobras apresentou espetáculos teatrais sobre o ar, a água e a terra, além de exibições dos carros abastecidos com a gasolina especial da Petrobras utilizada em competições automobilísticas.

CHINA



Parceria oriental

Em outubro, uma delegação da Petrobras se reuniu em Pequim com uma equipe da Sinopec (segunda maior estatal chinesa) para debater os temas "Cooperação tecnológica entre Refino e Petroquímica" e "Projetos de Refino, Petroquímica e Fertilizantes". Foram realizados dois *workshops*. Os brasileiros visitaram também a Refinaria de Qingdao, cujo perfil pode ser adaptado ao processamento do óleo Marlim, da Bacia de Campos.

LÍBIA



Novo escritório

Já está em funcionamento o escritório da Petrobras em Trípoli, capital da Líbia, que pôs em andamento a operação do contrato exploratório da costa do país, na Área 18, em águas de 250 a 750 metros de profundidade, no Mar Mediterrâneo. Segundo o gerente geral na Líbia, Iran Garcia, o início da perfuração do bloco está previsto para o final de 2007. O direito de operação da Área 18 foi obtido por meio de uma licitação feita pela estatal National Oil Corporation (NOC).



MÉXICO



Encontro amistoso

O ministro de Energia, Fernando Canales, e o presidente da Pemex, Luiz Ráirez Corzo, receberam uma comitiva da Petrobras que visitou recentemente o México. O presidente José Sergio Gabrielli de Azevedo, que liderou a comitiva, manifestou a intenção da Petrobras de estar mais presente no país. A exploração e a produção em águas profundas e ultraprofundas na área mexicana do Golfo do México e uma possível parceria com a Pemex foram destaques da apresentação.

URUGUAI



Pelas ações sociais

A Petrobras prestigiou as comemorações dos 40 anos da Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás Natural Latino-americanas e do Caribe (Arpel) em outubro, em Montevideu. Ao lado dos gerentes gerais da companhia no México e no Uruguai, o presidente José Sergio Gabrielli de Azevedo fez uma palestra na qual elogiou o trabalho da associação e defendeu a ampliação das ações da Arpel na área de responsabilidade social.

VENEZUELA



Mais uma conquista

A Petrobras arrematou em leilão o bloco Moruy II, com 874 quilômetros quadrados, localizado no sudeste do Golfo da Venezuela. Na parceria com a empresa japonesa Teikoku, a Petrobras entrará como operadora e terá participação de 50% no empreendimento. Para a fase exploratória inicial, estima-se um investimento de US\$ 20 milhões. O prazo da licença poderá se estender até 30 anos. A negociação fez parte da segunda rodada de licitação para exploração *off-shore* na Venezuela.

192 MILHÕES DE REAIS INVESTIDOS EM 2 ANOS.

74 NOVOS PROJETOS SELECIONADOS PARA 2006.

MAIS 1,5 MILHÃO DE PESSOAS ATENDIDAS.

COMO VOCÊ PERCEBEU, NEM SEMPRE OS NÚMEROS SÃO FRIOS.

Já saiu o resultado da seleção pública de 2005 do Programa Petrobras Fome Zero. Serão contratados 74 novos projetos, de todos os Estados, que vão ajudar a melhorar a vida das comunidades menos favorecidas do País. Acesse www.petrobras.com.br e conheça os projetos escolhidos. Programa Petrobras Fome Zero. Unindo desenvolvimento e cidadania, estamos alimentando o sonho de uma vida melhor.



Acesse www.petrobras.com.br e conheça os projetos escolhidos.



**PROGRAMA
PETROBRAS
FOME ZERO**
DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA

FOME ZERO
O BRASIL QUE COME AJUDANDO O BRASIL QUE TEM FOME

BR PETROBRAS
O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de
Minas e Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Ancorar é preciso



CASA DA MEMÓRIA - IPBEC

Até 1950, ano da criação da Fronape (Frota Nacional de Petroleiros), o transporte de petróleo e derivados era feito por navios estrangeiros. Empresa do extinto CNP (Conselho Nacional de Petróleo), a Fronape começou com três navios e em 1953, quando foi incorporada à Petrobras, contava com 22.

Responsável pelo transporte marítimo de petróleo e derivados, álcool, GLP e produtos químicos, líder no transporte petrolífero no hemisfério sul, a unidade operacional passou, em 1999, a fazer parte da Transpetro (Petrobras Transporte SA), subsidiária da Petrobras que conta hoje com 10 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 44 terminais terrestres e aquaviários e uma frota de 52 navios-petroleiros.

Alguns destes navios viraram plataformas, outros estão sendo convertidos, como o navio-tanque *Barão de Mauá* (na foto da década de 80). Construído no estaleiro Ishibrás, no Rio de Janeiro, e incorporado à Fronape em 1979, o *Barão de Mauá* transportou petróleo durante 25 anos, até ser desativado, em 2004 – na época, era o maior navio brasileiro no mar e o último da classe a servir como navio-tanque.

A conversão do navio para a P-54, plataforma do tipo FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência), está sendo realizada e termina em 2007. A P-54 ficará ancorada no Campo de Roncador, na Bacia de Campos, e terá capacidade para produzir 180 mil barris de petróleo por dia.

**PETROBRAS**